

MESTRADO EM SOCIOLOGIA

# O crime de violência doméstica na cidade do Porto: uma análise sociológica

Mariana de Araújo Pereira

**M**

2016



**Mariana de Araújo Pereira**

**O crime de violência doméstica na cidade do Porto: uma  
análise sociológica**

Relatório de Estágio realizado no âmbito do Mestrado em Sociologia orientado pela  
Professora Doutora Maria Isabel Correia Dias

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Setembro de 2016



# O crime de violência doméstica na cidade do Porto: uma análise sociológica

Mariana de Araújo Pereira

Relatório de estágio realizado no âmbito do Mestrado em Sociologia, orientado pela  
Professora Doutora Maria Isabel Correia Dias

## Membros do Júri

Professor Doutor Carlos Manuel Gonçalves  
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Professora Doutora Ana Sani  
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Universidade Fernando Pessoa

Professora Doutora Maria Isabel Correia Dias  
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Classificação obtida: 16 valores



*Dedico este relatório ao meu avô Humberto, à minha  
mãe e ao meu irmão figuras centrais para me tornar na  
pessoa que sou hoje.*



## **Sumário**

<b>Agradecimentos .....</b>	<b>viii</b>
<b>Resumo .....</b>	<b>x</b>
<b>Abstract .....</b>	<b>xi</b>
<b>Índice de Figuras .....</b>	<b>xii</b>
<b>Índice de tabelas .....</b>	<b>xiii</b>
<b>Lista de abreviaturas e siglas.....</b>	<b>xiv</b>
<b>Introdução .....</b>	<b>1</b>
<b>Capítulo I. – Breve enquadramento teórico sobre a violência doméstica .....</b>	<b>2</b>
1. A violência doméstica e as suas formas de expressão .....	2
2. Principais modelos teóricos sobre a violência doméstica .....	9
2.1. Perspetivas de nível macro .....	10
2.2. Perspetivas de nível micro.....	14
2.3. Perspetiva da violência de género .....	16
2.4. Perspetiva dos sociólogos da família .....	19
2.5. Perspetivas integradoras sobre a violência doméstica.....	23
2.6. Razões para a permanência numa relação abusiva.....	30
3. Violência doméstica e justiça .....	34
3.1. Evolução legislativa em Portugal sobre o crime de violência doméstica .....	35
3.2. Sistema judicial português: dificuldades da resposta ao crime de violência doméstica.....	39
<b>Capítulo II. – Plano metodológico do estudo .....</b>	<b>43</b>
1. Objetivos do estágio, eixos de análise e hipóteses de pesquisa .....	43
2. Método, técnicas e amostras. ....	46
<b>Capítulo III. – O estágio.....</b>	<b>53</b>
1. A instituição: competências, profissionais e objetivos .....	53
1.1. A 1ª secção de Instância Central de Instrução Criminal e a Instância Local Criminal.....	56
2. O papel do sociólogo: tarefas desenvolvidas no âmbito do estágio curricular .....	57
3. Olhar retrospectivo: uma reflexão sobre o estágio desenvolvido.....	60



<b>Capítulo IV. – Apresentação e discussão dos resultados: a prevalência da</b>	
<b>vitimização feminina. ....</b>	<b>63</b>
1. Perfil sociodemográfico do agressor.....	63
1.1. Tipos de violência .....	66
1.2. Motivos subjacentes à prática de violência doméstica.....	68
1.3. Fatores de risco de violência doméstica.....	69
2. Perfil sociodemográfico da vítima.....	71
3. Características dos crimes de violência doméstica na cidade do Porto .....	75
4. Os inquéritos arquivados: alguns apontamentos.....	81
5. Representações dos magistrados do DIAP-Porto sobre a violência doméstica .....	84
5.1. A Família: representações e definição .....	85
5.2. Violência doméstica: a quebra da confiança e do afeto .....	87
5.3. As Vítimas: a dependência e a fragilidade .....	91
5.4. O Sistema Judicial: celeridade e eficácia das respostas .....	97
5.5. O Futuro: mais investimento e intervenção social .....	100
<b>Considerações finais .....</b>	<b>104</b>
<b>Referências bibliográficas.....</b>	<b>108</b>
<b>Legislação Consultada.....</b>	<b>116</b>
<b>Anexos.....</b>	<b>117</b>
Anexo 1 – Guião das entrevistas realizadas aos magistrados da 1ª secção do DIAP- Porto.....	118
Anexo 2 – Grelha de análise de conteúdo das entrevistas realizadas .....	122
Anexo 3 – Estrutura Orgânica da Comarca do Porto.....	123

## **Agradecimentos**

Gostaria de agradecer à minha família, a quem dedico este relatório, por todo o esforço, por me proporcionarem esta oportunidade, por acreditarem em mim e estarem sempre presentes em todas as etapas da minha vida universitária e não só. Obrigada mãe. Obrigada irmão.

Um especial agradecimento à Exma. Sra. Procuradora-Geral Distrital do Porto Dra. Raquel Desterro por ter acedido ao meu pedido de estágio, mas também ao Exmo. Sr. Diretor do DIAP-Porto Dr. António Vasco Guimarães por me receber na instituição que dirige. Agradecer ainda a colaboração de todos os profissionais afetos à 1<sup>a</sup> secção do DIAP-Porto, em especial, à Sra. Técnica de Justiça Principal Maria José Santos e aos oficiais de justiça, destacando a oficial de justiça Fernanda Ondina, que apesar do tempo limitado foi de uma ajuda preciosa, inesgotável e sempre disponível partilhando a sua experiência profissional.

Queria também agradecer às magistradas que permitiram e disponibilizaram do seu tempo para comigo, querendo realçar a supervisão, aconselhamento e introdução na dinâmica jurídico-legal da Procuradora da República Dra. Teresa Morais. Não querendo, porém deixar de retribuir também o meu agradecimento às Procuradoras-Adjuntas, que em muito colaboraram neste estudo. À Dra. Susana Catarino, pela sua boa disposição e simpatia, à Dra. Sandra Gil, pela partilha de conhecimentos, e à Dra. Alda Fontes pelo seu importante contributo.

Não obstante, esta investigação não teria sido possível sem a orientação e supervisão da Professora Dra. Isabel Dias, a quem desde já agradeço todos os desafios propostos. Também queria deixar um agradecimento à Professora Dra. Alexandra Lopes pela colaboração ao nível estatístico e pelos seus conselhos.

Gostava ainda de destacar o profissionalismo do Mestre Élio Silva, na construção dos mapas constantes neste relatório de estágio e, ainda a preciosa ajuda e apoio do Sr. Luís Faceira quando mais era necessário.

Por último, mas não menos importantes, agradeço em especial às minhas colegas

de curso Lúcia Ribeiro, Ângela Pinto e Fabiana Silva pelas vossas palavras de apoio e incentivo, da paciência de ouvir os desabafos, mas também por fazerem parte desta etapa tão importante. Sem esquecer uma amiga com quem partilhei este e outros percursos académicos, Joana Lima, por estares sempre presente nos bons e maus momentos.

Obrigada a todos.

## **Resumo**

Este estudo foi elaborado a partir da realização de um estágio curricular no Departamento de Investigação e Ação Penal do Porto (DIAP-Porto), que durou quatro meses e possibilitou efetuar uma análise quantitativa e qualitativa sobre os crimes de violência doméstica, na cidade do Porto. Este problema social foi alvo de intervenções ao nível social, político, mas também legal. Deste modo, um dos objetivos do estudo incide sobre o tipo de respostas jurídico-legais que são dadas a estes crimes, mas também se pretendeu analisar a forma como este fenómeno é percecionado pelos profissionais.

A revisão da literatura permitiu destringir conceitos e teorias, ilustrar as principais mudanças legislativas ocorridas no âmbito da violência doméstica, assim como, as lacunas apontadas ao sistema judicial. Na sequência disto, construíram-se os perfis dos intervenientes nos crimes, tendo por base uma amostra de 234 inquéritos arquivados entre 31 de Agosto de 2014 e 31 de Agosto de 2015. Foram ainda realizadas quatro entrevistas semiestruturadas aos magistrados da 1ª secção do DIAP-Porto com o intuito de compreender as suas representações sobre o crime de violência doméstica e seus intervenientes.

Com esta investigação constatou-se que as mulheres representam 88,9% das vítimas presentes na amostra analisada, sendo que apenas 11,1% das vítimas são do sexo masculino. Verificou-se que o tipo de violência mais praticado é física e psicológica, independentemente do sexo do agressor. A par disto, observou-se que uma expressão significativa de violência doméstica nos grupos etários mais jovens e que Paranhos é a freguesia da cidade do Porto com mais incidência do crime de violência doméstica. Concluiu-se ainda que os profissionais ambicionam uma melhor intervenção e a existência de mais respostas em torno das vítimas, inclusive do sexo masculino, mas também, relativamente às pessoas idosas, menores, com défices cognitivos e deficiências físicas.

**Palavras-chave:** violência doméstica, género, crime, sistema de justiça criminal, Sociologia

## **Abstract**

This investigation derives from an internship in Departamento de Investigação e Ação Penal (DIAP- Porto) which lasted for four months and gave the chance to analyze both quantitative and qualitative data about domestic violence crimes. This relational and social problem has been object of social, political and legal interventions. Thus, one of the purposes of this study focuses on the type of legal responses given to these crimes, but also focuses in the way this phenomenon is perceived by prosecutors.

The literature review allowed to unravel concepts and theories and to explain the main legislative changes that occurred, over the past years, in domestic violence cases, as well as expose the criticism identified in the criminal justice system. From this, it was executed a profile about the participants in the crimes of domestic violence based on a sample of 234 cases closed between 31th of August of 2014 and 31 of August of 2015. The data collected allowed conducting four semi structured interviews to the prosecutors of the 1<sup>st</sup> section of DIAP-Porto in order to understand their representations about domestic violence, abusers and victims.

With this investigation it was found that women represent over 88,9% of the victims in the sample and only 11,1% of the victims in domestic violence are males. It was noted that the most practiced form of violence is physical and psychological regardless the perpetrator's sex. It was also found that there is a significant expression of domestic violence in the younger age groups and the parish in Porto with more incidence of this crime is Paranhos. It was as well concluded that de prosecutors want more interventions and responses both social and legal around the victims, including male victims, elders and minors victims but also victims with cognitive impairment and physical disabilities.

**Keywords:** domestic violence, gender, crime, criminal justice system, Sociology

## **Índice de figuras**

Figura 1 – Eixos de análise do estudo .....	45
Figura 2 – Motivos subjacentes à prática da violência doméstica .....	68
Figura 3 - Tipo de relação entre a vítima e o agressor nos crimes de violência doméstica .....	75
Figura 4 – Duração dos comportamentos agressivos .....	76
Figura 5 – Espaço onde ocorreram as agressões nos crimes de violência doméstica .....	77
Figura 6 – Crimes de violência doméstica por freguesia da cidade do Porto .....	78
Figura 7 – Densidade populacional das freguesias da cidade do Porto .....	79
Figura 8 – Mês da ocorrência dos crimes de violência doméstica .....	80
Figura 9 – Período do dia da ocorrência do crime de violência doméstica .....	81
Figura 10 – Motivo do arquivamento dos inquéritos .....	83

## **Índice de tabelas**

Tabela 1 – Características sociodemográficas do agressor nos crimes de violência doméstica .....	64
Tabela 2 – Tipo de crime perpetrado por sexo do agressor .....	65
Tabela 3 – Tipos de violência perpetrada por sexo do agressor .....	66
Tabela 4 – Fatores de risco analisados nos crimes de violência doméstica .....	70
Tabela 5 – Tipo de crime perpetrado por sexo da vítima.....	72
Tabela 6 – Características sociodemográficas da vítima nos crimes de violência doméstica .....	73
Tabela 7 – Filhos em como entre vítima e agressor nos crimes de violência doméstica .....	74
Tabela 8 – Histórico de queixas anteriores pelo crime de violência doméstica contra o agressor .....	77
Tabela 9 – Número de processos arquivados entre 31 de Agosto de 2014 e 31 de Agosto de 2015 .....	82
Tabela 10 – Presença de testemunhas na ocorrência e tipos de testemunhas identificados .....	84

## **Lista de abreviaturas e siglas**

CP – Código Penal

CPP – Código do Processo Penal

CTS – Conflict Tactic Scale

DGRS – Direção Geral de Reinserção Social

DIAP – Departamento de Investigação e Ação Penal

EMP – Estatuto do Ministério Público

GAIV – Gabinete de Atendimento e Informação a Vítimas

MP – Ministério Público

PAVD – Programa para Agressores de Violência Doméstica

SPP – Suspensão Provisória do Processo

TIR – Termo de Identidade e Residência

VD – Violência Doméstica

VC – Violência Conjugal

VG – Violência de Género

VPI – Violência entre Parceiros Íntimos

VRI – Violência nas Relações de Intimidade



## **Introdução**

A violência doméstica é um fenómeno que só muito recentemente começou a ser visto como um problema social e relacional, sendo que tradicionalmente este era encarado como algo normal e legítimo no seio familiar. À medida que ocorre esta mudança de pensamento verifica-se que o Direito, que também procurava não se imiscuir na família, começa a evoluir ao nível legislativo por forma a combater e prevenir este tipo de criminalidade.

Por forma a concretizar esta investigação foi realizado um estágio curricular, com a duração de quatro meses, no Departamento de Investigação e Ação Penal do Porto (DIAP-Porto) onde se procurou compreender quais são as respostas jurídicas dadas a este tipo de crime, as mudanças legislativas mais significativas, o tipo de colaboração existente entre as entidades que prestam apoio, de alguma forma, às vítimas de violência doméstica. Não obstante, foi proposta ainda a elaboração de uma base de dados que permitisse identificar as principais características dos crimes de violência doméstica na cidade do Porto, mas também identificar os perfis de agressores e vítimas.

Este relatório encontra-se dividido em quatro partes: enquadramento teórico, plano metodológico, contextualização e caracterização do estágio e apresentação dos resultados. No primeiro capítulo, será realizada a apresentação de conceitos, das principais perspetivas teóricas, mas também serão expostas as principais leis e as lacunas apontadas ao sistema judicial. No segundo capítulo explicita-se o objeto de estudo, os objetivos de estágio, o modelo de análise e as hipóteses teóricas. Ao mesmo tempo, é referido o método de pesquisa desenvolvido ao longo deste estudo, tal como são apresentadas as técnicas de recolha de dados, as dimensões amostrais e as técnicas de análise utilizadas. No terceiro capítulo é caracterizada a instituição acolhedora, são apresentadas as tarefas e atividades desempenhadas, mas também é efetuada uma breve reflexão a experiência de estágio. No último capítulo são apresentados e analisados os principais resultados obtidos dos inquéritos arquivados e das entrevistas. Por fim, procede-se a uma breve reflexão sobre as conclusões alcançadas com este estudo.

## **Capítulo I. – Breve enquadramento teórico sobre a violência doméstica**

A violência doméstica apresenta uma panóplia de designações e definições. Deste modo, no presente capítulo, efetua-se um breve enquadramento teórico sobre este fenómeno, que é cada vez mais central ao nível da investigação e intervenção, nacional e internacional. Na sequência da revisão do estado da arte sobre a violência doméstica, procede-se a uma definição dos conceitos centrais neste domínio e dos perfis teóricos acerca dos agressores e das vítimas.

Além disso, procurou-se compreender de que forma a legislação referente à violência doméstica evoluiu ao longo dos últimos trinta anos. Para isso, realiza-se uma breve descrição do modo como a violência doméstica é encarada, tradicionalmente, e nos dias de hoje, mas também identificam-se as principais dificuldades e lacunas do sistema judicial português apontadas por alguns autores e magistrados.

### **1. A violência doméstica e as suas formas de expressão**

É dentro do núcleo familiar que enquanto indivíduos procuramos afeto e apoio, assim como construímos a nossa identidade. Contudo, é também neste núcleo que nos deparamos, não raras vezes, com a violência doméstica.

A violência doméstica não é um fenómeno novo, no entanto, o seu reconhecimento como uma transgressão do sistema de normas e de valores é muito recente. No quadro internacional, os primeiros estudos sobre este fenómeno surgem a partir dos anos sessenta, do século XX, com o foco nos maus-tratos às crianças. Uma década depois surgem novas preocupações relativas à violência contra as mulheres e, posteriormente, já nos anos 1990 e 2000, surgem estudos sobre os idosos e sobre a vitimização masculina (Dias, 2004, 2008; Matos, 2006).

Com a evolução teórica surge também uma tomada de atenção perante outros tipos de violência. Neste sentido, é possível verificar que num primeiro momento o abuso físico era o principal alvo de intervenção e investigação, decorrente do facto de

ter sido identificado o abuso de crianças como uma síndrome nos anos 1960. Posteriormente, denota-se que outros tipos de violência emergem de forma expressiva nos modelos teóricos em torno da violência doméstica, nomeadamente o abuso psicológico, os socioeconómicos e os sexuais.

Com o passar das diferentes décadas, o próprio conceito de violência doméstica vai alargando o campo dos comportamentos abusivos que passa a integrar. Ao ser socialmente construída, a noção de violência doméstica apresenta definições múltiplas, no entanto, todas elas têm em comum o facto de se tratar de um ato prejudicial para a vítima (Gelles, 1998; Lourenço e Carvalho, 2001).

Recorrendo à literatura constata-se que existe uma diversidade de sinónimos da noção de violência doméstica, nas mais diversas investigações, isto porque, se há autores para quem a violência doméstica pode abranger todos os membros de uma família (cônjuges, ascendentes e descendentes) que coabitem, ou não; também existem autores que abordam esta temática a partir de uma das várias formas existentes de violência doméstica, como por exemplo a violência contra mulheres, crianças ou idosos (Dias, 2004, p. 92).

Decorrente deste debate, verifica-se que existe uma ideia generalizada de que a violência doméstica remete apenas para os casos de violência dos homens sobre as mulheres (Duarte, 2011). Este ideal que é socialmente aceite e, não raras vezes, se encontra presente na grande maioria do senso comum, acaba por condicionar o uso deste conceito a formas de violência que não condignam com este imaginário.

Neste sentido, importa ressaltar a destrição entre violência de género e violência doméstica. A designação violência de género surge nos anos 1990 e refere-se à existência de “uma relação de poder e de dominação [por parte] do homem e de submissão [por parte] da mulher” (Pasinato, 2006, p. 147). Na perspetiva de Pasinato (2006), esta relação não só reforça, como também revela que os papéis sexuais foram sendo consolidados, ao longo do tempo, e reforçados pelo sistema patriarcal, e por consequência, “induzem a relações violentas entre os sexos e indicam que a prática desse tipo de violência [de género] não é fruto da natureza, mas sim do processo de

socialização das pessoas” (p. 147). A violência de género é, deste modo, vista como toda a violência perpetrada contra as mulheres e, não raras vezes, equiparada à violência doméstica, uma vez que na maioria dos casos a incidência é maior nas mulheres do que nos homens.

Com o passar dos anos, surgem outras designações que explicitam de uma melhor forma a violência, que prevalece nas relações íntimas (conjugais ou não conjugais), como é o caso do conceito de violência entre parceiros íntimos. Esta designação, segundo Manita (2009), surge da necessidade de “alargar o conceito de violência doméstica e, em particular, a de violência conjugal, de modo a abranger a violência exercida entre companheiros envolvidos em diferentes tipos de relacionamentos íntimos e não apenas na conjugalidade *strictus sense*” (Manita, 2009, p. 11).

O parceiro íntimo é considerado como “a pessoa com quem se mantém uma relação pessoal próxima que pode ser caracterizada pela ligação emocional, contacto regular, contacto físico contínuo e comportamento sexual, identidade de casal, familiaridade e conhecimento sobre a vida um do outro” (Breiding, Basile, Smith, Black e Mahendra, 2015, p. 11), sendo que pode não apresentar todas estas dimensões.

No presente estudo, a noção utilizada no seu desenvolvimento foi a de violência doméstica, no seu sentido mais lato, ou seja, não se descarta o carácter intergeracional presente no conceito, como também se tem em conta a violência perpetrada pelas mulheres sobre os homens. Assim, define-se a violência doméstica como “um comportamento violento ou um padrão de controlo coercivo exercido, direta ou indiretamente, sobre qualquer pessoa que habite no mesmo agregado familiar (e.g., cônjuge, companheiro/a, filho/a, pai, mãe, avô, avó), ou que, mesmo não coabitando, seja companheiro ou ex-companheiro” (Costa, 2016, p. 4).

A violência doméstica integra toda a violência que ocorre no seio da família, seja esta física, psicológica, social, económica e/ou sexual, que tenha como objetivo principal exercer o controlo dentro ou fora de casa (Palermo, 2008). Contudo, neste estudo, também se inclui a perseguição e assédio persistente (denominado *stalking*) como uma forma de expressão da violência. Com isto, importa caracterizar cada tipo de

violência supramencionado.

A violência física caracteriza-se por ser o tipo de abuso mais visível, assim como o mais utilizado na área da intervenção deste crime. Esta violência é definida como o uso intencional da força com potencial de causar a morte, deficiências, lesões e danos agravados (Breiding *et al.*, 2015; Krebs *et al.*, 2011). Manita (2009) ressalva o facto de que este tipo de violência pode não deixar qualquer tipo de marca, contudo o objetivo é sempre ferir ou causar dano por parte do agressor. No âmbito deste tipo de violência destacam-se os seguintes comportamentos: os atos de puxar o cabelo, dar estalos, murros, pontapés, apertar os braços com força, apertar o pescoço, bater com a cabeça da vítima numa superfície dura, bater na zona genital, queimar, atropelar ou tentar atropelar, arranhar, usar arma, coagir uma pessoa, entre outros (Breiding *et al.*, 2015; Manita, 2009).

Por seu turno, a violência psicológica envolve atos de ameaças e atos coercitivos, como a humilhação ou o controlo da vítima. No entanto, Manita (2009) afirma que este tipo de abuso “consiste em desprezar, menosprezar, criticar, insultar ou humilhar a vítima, em privado ou em público, por palavras e /ou comportamentos” (p. 16).

Breiding *et al.* (2015) referem que a agressão psicológica remete para a comunicação verbal ou não verbal com a intenção de causar dano mental ou emocional a uma pessoa e exercer controlo sob a mesma. Além disso, acrescentam que os “atos psicoagressivos não são atos físicos de violência e, em alguns casos, podem não ser percebidos como agressão porque são encobertos e manipulados (...)” e ainda que “os abusos psicológicos ocorrem frequentemente com outras formas de violência entre parceiros íntimos” (Idem, p. 15).

De entre os vários comportamentos e atitudes possíveis no domínio da violência psicológica são de ressaltar os seguintes: ameaça de agressão à vítima ou a familiares da mesma, acusações de infidelidade, perturbar a vítima no período da noite, destruir documentos com valor sentimental para a vítima e ainda criticar e rebaixar a mesma (Manita, 2009; Breiding *et al.*, 2015).

Manita (2009) refere como um comportamento que causa sofrimento psicológico

a perseguição persistente do agressor sobre a vítima no seu dia-a-dia. Contudo, neste estudo a perseguição, denominada de *stalking*, será tipificada como um outro tipo de violência exercida no âmbito da violência doméstica, como já foi referido anteriormente.

O *stalking* pode ser definido, segundo Krebs *et al.* (2011), como um comportamento de assédio e de ameaça repetido, que tem como resposta o medo da vítima (p.489). Todavia, é também um comportamento que causa medo e preocupação sobre a segurança de outros (e.g., família, filhos, amigos, etc.) (Breiding *et al.*, 2015, p.14).

Na perspetiva de Campbell, Glass, Sharps, Laughon e Bloom (2007), o *stalking* é definido como uma repetição ocasional da proximidade visual ou física, comunicação não consensual, ou ameaças implícitas, escritas ou verbais, que podem causar medo à pessoa perseguida (p. 253).

Este tipo de violência afeta por norma mais ex-companheiros ou ex-cônjuges, sendo que não existe distinção entre o sexo feminino ou masculino, pois tanto as mulheres como os homens podem colocar em prática este assédio persistente após uma rutura conjugal ou afetiva (Campbell *et al.*, 2007).

Segundo Campbell *et al.* (2007), os indivíduos *stalkers* apresentam uma maior probabilidade de desempenharem comportamentos abusivos e controladores do que aqueles que não adotam esta atitude de assédio. Os autores referem que o *stalking* por atual ou ex-companheiro pode ser um fator de risco acrescido para o homicídio nas relações de intimidade, sendo que dá ênfase à perseguição do/a agressor/a até ao trabalho da vítima, à destruição de propriedade e às mensagens ameaçadoras deixadas à vítima, como sendo comportamentos potencialmente letais (pp. 253-254).

Num estudo conjunto de McFarlane, Campbell e Watson (2002), conclui-se que as vítimas que sofrem de perseguição pelo/a seu/sua agressor/a em contexto de violência doméstica padecem três vezes mais de sintomas de ansiedade, depressão e trauma do que as vítimas sem historial de violência. Deste modo, as autoras argumentam que a perseguição e o assédio persistente deve ser considerado como um fator de risco para

futuros abusos físicos letais ou quase letais devido à proximidade entre ofensor e vítima, mas também pela associação com outros fatores, como o consumo de álcool e/ou drogas (p. 53).

Não obstante, importa afirmar que nem todos os comportamentos de *stalking* têm o mesmo grau de risco. Assim, McFarlane, Campbell e Watson (2002) consideram que espiar a vítima, deixar ameaças escritas no carro ou trabalho, ameaçar os filhos são atos que apresentam uma maior probabilidade de no futuro a vítima vir a sofrer de violência letal (p. 66).

A violência social, segundo Manita (2009), “resulta das estratégias implementadas pelo agressor para afastar a vítima da sua rede social e familiar, dado que uma vítima isolada é mais facilmente manipulável e controlável do que uma vítima com uma boa rede de apoio familiar e social” (p. 18). A autora ressalva ainda o facto de que muitas vezes as próprias vítimas se afastam dos seus familiares por vergonha ou pela pressão emocional de que são vítimas na relação.

Deste modo, o isolamento social pode derivar de um processo de «lavagem cerebral» pelo agressor; pela vergonha de uma relação falhada perante a sociedade; e ainda, pelo julgamento dos outros perante uma vítima que não abandona uma situação de abuso continuado (Baker, 2013, p. 161).

Associada a estratégias de isolamento da vítima, não raras vezes, encontramos a violência económica. Esta é “uma forma de controlo através do qual o agressor nega à vítima o acesso a dinheiro ou bens, incluindo, muitas vezes, bens de necessidade básica para esta e para os filhos” (Manita, 2009, p. 18). Contudo, é necessário enfatizar que até mesmo as vítimas que possuam um emprego próprio podem sofrer este tipo de abuso e ver o seu ordenado retido pelo seu abusador.

Face ao exposto, a violência económica não passa apenas pelo ato de extorquir o dinheiro à vítima, pode, pois, incluir atos de controlo da alimentação, da higiene pessoal, dos meios de comunicação e, até mesmo, do controlo das idas ao supermercado ou outros estabelecimentos comerciais (Idem, pp. 18-19).

Por último, importa ainda caracterizar a violência sexual que durante vários anos

foi considerada como não existente nas relações conjugais, devido à noção de que a mulher tem obrigações perante o seu cônjuge, inclusive no plano sexual; ou que numa relação de conjugalidade não existe espaço para a violação; ou ainda que o homem tem vontades naturais a que uma mulher se deve submeter (Idem, p. 19). Todavia, existem evidências de que a violência exercida entre parceiros ao nível sexual é comum, no entanto, muitas vezes a violação não é percebida como tal (Finkelhor e Yllo, 1983, p. 119).

Desta forma, pode-se definir a violência sexual como o uso da força física para obrigar uma pessoa a ter uma atividade sexual contra a sua vontade, mas também como todos os atos sexuais tentados ou efetuados com uma pessoa incapacitada para compreender a natureza do ato, recusar a participação ou ainda comunicar a falta de vontade (Krebs *et al.*, 2011, p. 488).

Tal como a definição anterior, Manita (2009) define a violência sexual como “toda a forma de imposição de práticas de cariz sexual contra a vontade da vítima, recorrendo a ameaças e coação ou, muitas vezes, à força física para a obrigar” (p. 19). Todavia acrescenta que existem outras condutas por parte do/a agressor/a que também devem ser incluídas neste tipo de violência, nomeadamente queimar os órgãos sexuais da vítima; amordaçar contra a vontade; e ainda, participar forçadamente em atos sexuais com outros indivíduos (Idem, p. 19).

Segundo Breiding *et al.* (2015), a violência sexual pode incluir a penetração forçada ou facilitada pela ingestão de álcool e/ou drogas, pressão para a penetração não desejada, toque intencional com caráter sexual. Esta forma de expressão da violência pode “ocorrer quando o ofensor força ou coage a vítima a participar em atos sexuais com uma terceira pessoa” (p. 11).

Na investigação de Finkelhor e Yllo (1983) sobre a violação na conjugalidade, os autores concluem que existem quatro tipos de coerção na violência sexual em casais heterossexuais, nomeadamente a coerção social, interpessoal, ameaça de força física e a coerção física (p. 121).

Deste modo, referem que a coerção social ocorre porque as mulheres têm medo de



serem abandonadas pelos seus maridos caso recusem qualquer ato sexual, mas também devido ao poder que o homem exerce sobre as mesmas, sob a forma de ameaças ou de humilhações (Idem, p. 121).

A coerção interpessoal refere-se às ameaças dos maridos que não são violentos por natureza. Por seu turno, a ameaça de força física tanto pode ser implícita como explícita, ou seja, pode ser apenas “um aviso” de que a mulher pode sofrer por recusar, como também pode incidir sobre o uso da força física pelo homem como meio de obter aquilo que quer (Idem, p. 121).

Por último, estes autores referem que a coerção física remete para os atos em si, isto é, prender a mulher, atingi-la, estrangulá-la, atá-la ou esmurrá-la no sentido de forçar o sexo (Idem, p. 121).

São vários os autores (Dias, 2004, p. 91; Krebs *et al.*, 2011; Breiding *et al.*, 2015) que afirmam que a violência doméstica pode conjugar múltiplas formas de expressão, isto é, um agressor pode fazer uso de diferentes tipos de violência (e.g., física e psicológica, sexual e física, etc.) sendo que esta conjugação leva a que a vitimização experienciada seja mais severa. Subjacente a esta questão, Krebs *et al.* (2011) afirmam que existe uma relação muito forte entre a violência psicológica e a violência física, sendo que a primeira prediz, de certa forma, o início da segunda, uma vez que quando as agressões psicológicas escalam a probabilidade de existir agressão física também aumenta (p. 489).

Por forma a compreender as causas da violência doméstica, no seguinte ponto, procura-se expor os principais modelos teóricos explicativos da violência, e dar conta dos debates mais recentes neste âmbito.

## **2. Principais modelos teóricos sobre a violência doméstica**

Com a crescente visibilidade do fenómeno da violência doméstica, várias foram as investigações que procuraram descobrir as causas para a mesma. Assim, inicialmente, identificaram-se os *stressores* externos (e.g., desemprego) e os problemas psicológicos dos intervenientes como fatores para a violência, mas também surgem estudos que

afirmam que a violência se deve a problemas individuais consequentes das famílias disfuncionais (e.g. divórcio) (Matos, 2006, p. 10).

Por outro lado, encontram-se teorias que têm em conta a estrutura social, afirmando que a violência é um meio dos homens de controlarem e manterem o poder sobre as mulheres, ou até mesmo que a masculinidade e as expectativas de género, que conduzem à violência (Nicolson e Wilson, 2004, p. 268).

Nos últimos anos, o debate revolve em torno de dois grandes paradigmas, designadamente o paradigma bidirecional (também designado por perspectiva da violência na família) e o paradigma da violência de género (ou perspectiva feminista), sendo que os investigadores têm-se posicionado numa vertente ou noutra.

Mais recentemente surgiram autores, como Johnson (2005, 2010), Anderson (2005, 2010, 2013) e Stark (2010), que tentam efetuar uma aproximação das duas correntes teóricas e quebrar com este dilema.

## **2.1. Perspetivas de nível macro**

Importa identificar algumas das correntes que moldaram os estudos sobre a violência doméstica, nomeadamente a teoria da subcultura, a teoria do conflito, a teoria patriarcal, a teoria dos sistemas e a teoria ecológica.

Segundo a teoria da subcultura, a violência surge por meio da aprendizagem social, isto é, a violência é vista como algo que é transmitido intergeracionalmente. Deste modo, os autores desta perspectiva defendem a existência de agressores que foram eles próprios vítimas de abusos na infância e adolescência e/ou assistiram aos abusos perpetrados às suas mães pelo seu pai (Bersani e Chen, 1988, p. 68.), acabando por se tornarem agressores a longo prazo.

A incorporação da lógica de dominação masculina, no decorrer da sua socialização primária, leva os agressores a apreenderem que o seu bem-estar decorre de uma dominação total sobre a sua mulher e filhos, e assim a violência torna-se num meio para atingir esse fim. Por outras palavras, a aprendizagem social transforma-se num elemento central na transmissão cultural dos sistemas de valores, ideais e crenças entre

os membros de uma subcultura perpetuando o estatuto de dominação masculina (Idem, p. 69).

Nesta perspetiva teórica são ainda identificados dois tipos de agressores masculinos, por um lado, aquele que é violento dentro e fora das relações de intimidade e, por outro, aquele que apenas se demonstra violento em ocasiões específicas da sua relação (Idem, p. 69).

Segundo Gelles (1993), a teoria da subcultura afirma que as normas e valores sociais dão significado e direção aos comportamentos violentos. Assim, estas normas e valores podem legitimar a prática de violência. Deste modo, esta corrente teórica, segundo o autor, explicita o porquê de certas áreas geográficas ou subculturas de uma sociedade apresentarem uma maior incidência de atos agressivos quando comparadas com outras (p. 38).

A teoria do conflito, por seu turno, tem como principal premissa a de que uma família em harmonia não é normal, ou seja, o conflito é visto como um elemento essencial na interação social, pois permite aos membros da família a promoção dos autointeresses de cada um (Bersani e Chen, 1988, p. 71).

Segundo Bersani e Chen (1988), esta perspetiva vê a violência como o último recurso colocado em prática para alcançar os autointeresses de um indivíduo sobre outro, ou seja, o conflito torna-se um meio de imposição da dominação e da submissão entre os membros de uma família (p. 71).

Na perspetiva dos autores, a intimidade no seio familiar leva a que haja uma tomada de consciência por parte de cada membro da individualidade de cada um, mas também ao confronto (Idem, p. 71).

Não obstante, é salientado pelos autores que as linhas de orientação da perspetiva do conflito não trazem consigo uma melhor compreensão sobre o fenómeno da violência doméstica, uma vez que, fornece um conhecimento limitado sobre as causas e consequências deste (Idem, p. 69).

Uma outra visão sobre a violência doméstica incide sobre a questão da autoridade no seio familiar, designada por teoria patriarcal e que se torna central nas abordagens

feministas sobre a violência. Esta define a autoridade como o recurso que dá poder de decisão a um indivíduo sobre os restantes membros de uma família (Idem, p. 72). Desta forma, é defendido que a causa da violência doméstica contra os indivíduos submissos (e.g., mulheres, crianças e idosos) deriva da sua posição vulnerável e inferior em relação ao homem.

Tal como a teoria da subcultura, esta perspetiva defende que a socialização é um meio legitimador das relações de subordinação e dominação ao longo do tempo. Decorrente disto, o papel social da mulher era imposto por via do casamento e/ou da maternidade, tornando a mulher num indivíduo com um papel meramente instrumental na sociedade e na família.

Conclui-se então que, para esta perspetiva, a estrutura social suporta a desigualdade de género, no sentido que perpetua as crenças e tradições que incidem sobre a violência familiar (e.g., as atitudes para com a mulher, o casamento, os serviços criminais e civis e as agências sociais) (Idem, p. 73). Além disto, a transmissão das tradições patriarcais acaba por influenciar os próprios profissionais, que lidam direta e indiretamente com a violência doméstica, (e.g., os magistrados e as forças de segurança) isto porque, a violência contra a mulher, durante vários séculos, foi vista como sendo socialmente legítima, principalmente quando a mulher se “desviava” do papel social que lhe era associado (Idem, p. 73).

Na sequência disto, é argumentado que existem dois meios para fundar o patriarcado, por um lado, através do reforço quotidiano da posição dominante e de controlo dos homens na estrutura social e, por outro, através da “santificação” do sistema das relações sociais a partir do qual pode surgir violência entre homens e mulheres (Idem, p. 73).

As principais críticas apontadas à teoria patriarcal remetem para o facto de esta ter como um único fator explicativo da violência doméstica o patriarcado e, ainda, o facto de limitar as suas análises à violência contra a mulher e não abordar, por exemplo, os abusos contra os menores (Idem, p. 75).

A teoria dos sistemas aplicada à violência na família permitiu encarar esta como um produto de um sistema e não como produto de uma patologia individual.

Gelles (1993) introduz as oito proposições delineadas por Straus (1973, cit. por. Gelles, 1993, p. 37), que melhor ilustram a relação entre a violência familiar e a teoria dos sistemas, designadamente a violência entre os membros de uma família tem várias causas (e.g., estrutura normativa da sociedade, traços de personalidade), existe mais violência familiar do que aquela que é denunciada, a maioria da violência familiar é negada ou ignorada, existe uma transmissão intergeracional da visão estereotipada da violência por meios dos membros mais velhos ou até mesmo pelos *mass media*, os comportamentos violentos podem originar uma resposta positiva para os agressores, o uso da violência pode criar novos conflitos e, por último, a rotulagem de um indivíduo como violento pode encorajar o mesmo a colocar em práticas comportamentos agressivos e coercivos (Idem, p. 37).

Segundo Bersani e Chen (1988), a existência de uma resposta negativa a práticas abusivas pode servir para a manutenção da violência nos níveis considerados normais, pelo contrário, se existir uma resposta positiva, por consequência, poderá existir uma escalada da violência (p. 80).

Na teoria dos sistemas é ainda argumentado que em qualquer relação existem normas, valores e respostas pré-estabelecidas, ou seja, cada indivíduo da relação tem um historial diferente e, desta forma, um indivíduo com um passado violento prediz futuras agressões (Bersani e Chen, 1988, p. 81).

Por último, importa ressaltar algumas características da teoria ecológica. Esta tem como principal premissa que a compreensão acerca do comportamento humano pode ser melhorada ao ter em conta os aspetos do ambiente que envolve os indivíduos, ou seja, é dado ênfase ao contexto social onde ocorre a violência (Idem, p. 76). Neste sentido, a violência relaciona-se com a perceção que a sociedade e as suas instituições têm do que é considerado como “violência normal” e “violência abusiva”.

No seu estudo sobre os maus-tratos infantis Belsky (1980, cit. por Bersani e Chen, 1988) identifica quatro níveis da análise ecológica, a saber, o desenvolvimento

ontogenético (que se refere ao histórico dos indivíduos no seio da família), o microssistema (que remete para o ambiente familiar onde os abusos ocorrem), o exossistema (que representa a estrutura formal e informal que influencia os indivíduos) e o macrossistema (que contém os valores e crenças culturais que influenciam os restantes níveis e criam as razões subjacentes à prática dos abusos) (p. 78).

Em suma, perspetivas de nível macro acerca da violência doméstica defendem que as causas para a violência tanto se podem encontrar na estrutura social, como na cultura da sociedade.

## **2.2. Perspetivas de nível micro**

De entre as várias teorias que se inserem nesta corrente, importa explorar a teoria dos recursos, a teoria da troca e controlo social e a teoria do interacionismo simbólico.

A teoria dos recursos, tal como o próprio nome indica, desenvolve o seu manancial teórico em torno dos conceitos de poder e de recursos. Para esta corrente, o poder é definido como a habilidade que um membro de uma família tem para influenciar o comportamento de outro. Assim, quanto mais recursos um indivíduo tem (e.g., sociais, pessoais, financeiros, simbólicos), mais poder ele terá nas suas relações (Gelles, 1993, p. 37). A par disto, é defendido que a socialização é um meio de perpetuar a legitimidade do poder.

Todavia, nem todos os autores desta perspetiva teórica usam o termo de poder, como é o caso de Goode. Para este autor (1971, cit. por Bersani e Chen, 1988) não é de poder que se deve falar, mas antes de *força manifesta*, sendo que esta apoia-se nas estruturas sociais exteriores à família. Desta forma, a força manifesta que um membro da família tem é influenciada por fatores como a idade, o prestígio, a posição social, o sucesso, as redes sociais, entre outros (p. 61).

Através desta premissa, Goode (1971, cit. por Bersani e Chen, 1988) refere que a estrutura normativa pode alterar o grau de violência usado por um indivíduo para induzir uma outra pessoa a ter um certo comportamento. Importa notar que a violência é vista como o último recurso para colocar em prática a força manifesta (Idem, p. 61).

Os recursos, nesta perspetiva teórica, dizem respeito a tudo aquilo que um membro dispõe para ajudar um outro a satisfazer as suas necessidades e/ou objetivos (Idem, p. 61). Desta forma, há quem afirme que os indivíduos que apresentam menos recursos têm uma maior propensão para a violência doméstica (Dias, 2004), contudo, convém notar que este fenómeno é visível em todos os estratos sociais.

A teoria dos recursos introduz ainda a questão da *inconsistência de status* (Bersani e Chen, 1988) que remete para os casos em que uma pessoa com um nível superior numa hierarquia de status (e.g., educação) pode ao mesmo tempo apresentar-se num nível inferior noutra (e.g., rendimento). Deste modo, é argumentado que um indivíduo avalia-se pela sua posição mais elevada a nível hierárquico, enquanto é avaliado pelos outros pelo estatuto mais baixo. Assim, o conflito surge desta avaliação diferenciada (Idem, pp. 61-62). Subjacente a esta questão, é possível averiguar que quando um indivíduo falha no seu papel enquanto “ganha-pão” da família, ou apresenta um grau de escolaridade inferior, este mesmo indivíduo está mais predisposto a recorrer à violência, para impor a sua dominância sobre outros.

A teoria da troca e controlo social defende que o contexto de interação entre dois ou mais indivíduos é guiado pela procura de recompensas e pela renúncia dos custos, ou seja, a interação baseia-se no equilíbrio entre o custo e a recompensa.

Segundo Gelles (1993), o modelo teórico da troca e do controlo social propõem que a violência familiar se rege pelo princípio do custo e recompensa (p. 38). Assim, a recompensa dada por um indivíduo a outro no decorrer de uma interação traz consigo uma dívida que deve ser saldada, isto é, o indivíduo em dívida deve oferecer benefícios em troca (Gelles, 1983, cit. por Bersani e Chen, 1988, p. 63). Com isto, a violência ocorre quando os indivíduos percecionam a existência de “injustiça” na interação com o outro, isto é, ficam ressentidos quando não recebem em troca os benefícios que esperavam (Idem, p. 63).

Bersani e Chen (1988) afirmam que os membros da família estão mais propensos à violência quando a expectativa dos custos é menor do que as recompensas que advêm desta. A par disto, a ausência de controlos sociais sobre a família leva a um decréscimo

dos custos, quando os membros são violentos uns com os outros (p. 64). Neste sentido, uma sociedade com um controlo social deficitário e que sofre as consequências de uma crise financeira terá um maior número de casos de violência doméstica.

Por último, é relevante referir a teoria do interacionismo simbólico aplicada à violência na família. Segundo Bersani e Chen (1988), o argumento principal desta perspetiva teórica é que o *self* é um produto social resultante do processo das interações sociais (p. 64). Deste modo, os indivíduos têm a capacidade de dar significados aos diferentes comportamentos com que se deparam no quotidiano.

É defendido que através de uma visão interacionista da violência familiar é possível compreender de uma melhor forma o significado que a violência tem para os indivíduos, mas também as consequências que tal significado pode ter para a configuração das interações sociais (Idem, p. 65).

Para esta perspetiva, a violência é influenciada pelas expectativas que um indivíduo tem em relação ao outro, sendo que caso exista uma quebra dessas mesmas expectativas há uma maior probabilidade de ocorrerem comportamentos violentos sobre o outro (Idem, p. 65).

Resumidamente, foi possível concluir que as teorias que analisam a violência doméstica ao nível micro fazem-no através das relações interpessoais, dos grupos sociais e até do próprio indivíduo.

### **2.3. Perspetiva da violência de género**

As perspetivas feministas e os movimentos feministas, que fomentaram o paradigma da violência de género, vieram alertar o mundo científico, político e social para os abusos que ocorriam no interior da família, levando à criação de abrigos para as vítimas e de leis adequadas à sua proteção e à punição dos agressores.

Em termos gerais, no paradigma da violência de género existem três conceitos chave na análise da violência, designadamente o género, o poder e o patriarcalismo (Dias, 2008, p. 161). Este paradigma, centra as suas análises na relação masculino-feminino e vê a desigualdade entre os géneros como um fator para a violência (Kurz, 1989; Nicolson e Wilson, 2004).



Se por um lado o sexo é encarado como a identidade biológica de um indivíduo, por outro o género refere-se “aos comportamentos apreendidos socialmente e às expectativas que são associadas a ambos os sexos” (Andersen, 1997, p. 20). Deste modo, “ser-se mulher ou homem” é uma categoria social que estabelece as oportunidades no decorrer da vida e as relações sociais de um indivíduo. Segundo Andersen (1997), em todas as culturas o género é uma característica essencial na organização das relações culturais e sociais, ainda assim, as expectativas que se relacionam com o género podem ser diferentes consoante a sociedade (pp. 20-21).

Subjacente à questão do género é possível ainda referir a noção de papéis de género. Estes são definidos como padrões de comportamento baseados nas expectativas culturais, os quais homens e mulheres exercem no seu quotidiano e apreendem ao longo da sua socialização (Idem, p. 32).

O poder é visto como a habilidade que um membro da família tem para influenciar o comportamento do outro, numa lógica de dominação, em que o membro dominante tenta subordinar, subjugar e oprimir o outro (Dias, 2015, p.105).

Segundo Yllo (1983), os valores, crenças e normas que decorrem do patriarcalismo, conferem-lhe poder na sociedade, uma vez que este sustenta a dominação masculina nas relações sociais (p. 278).

Assim sendo, a dominação masculina é identificada pelas feministas como a principal causa da violência contra a mulher, a qual, por sua vez, ganha suporte nas instituições sociais, ou seja, o sexismo é o principal fator para os maus tratos entre os indivíduos. A par disto, esta perspetiva conjuga a violência doméstica com outras formas de violência que são praticadas contra a mulher, nomeadamente a violação, o assédio ou até mesmo a discriminação (Keating, 2015, p. 111).

Segundo alguns autores, “a causa da violência contra as mulheres reside na sua posição de subordinação em relação ao homem e é sobretudo no âmbito das relações íntimas que a diferença de poder entre os sexos se manifesta, se reforça e se reproduz” (Dias, 2004, p. 203).

As feministas afirmam que as mulheres são as principais vítimas da violência e

defendem que quando estas desempenham o papel de agressoras, fazem-no apenas em legítima defesa ou para protegerem os seus filhos (Keating, 2015, pp. 111-112).

Neste sentido, são contra o argumento de que os homens e as mulheres são igualmente agressivos nas relações e demonstram, através de amostras retiradas do sistema de justiça criminal e/ou hospitalares, que, na maioria dos casos, as mulheres são as principais vítimas e, só uma pequena minoria, é que é agressora (Kurz, 1989).

Segundo Kurz (1989), os investigadores, conotados com a perspetiva da violência de género, acreditam que os homens usam a violência como um meio de controlarem as suas parceiras e chegam mesmo a demonstrar que os episódios de violência ocorrem quando eles tentam que as suas parceiras obedeçam aos seus desejos (p. 495).

Deste modo, a violência é um dos vários meios que os homens usam para exercer controlo sobre as mulheres, para além da raiva e abuso psicológico, enquanto outros meios de subjugação e dominação (Kurz, 1989; Keating, 2015; Dias, 2008; Nicolson e Wilson, 2004; Machado e Matos, 2012). Por outras palavras, a violência “é um produto do modelo patriarcal e, assim sendo, uma atividade exclusivamente masculina, através da qual as mulheres são subordinadas, dominadas e controladas pelos homens” (Machado e Matos, 2012, p. 9).

Para as feministas, as instituições sociais são coniventes com a perpetuação da violência sobre as mulheres, sendo que, historicamente, existiam leis que retiravam qualquer tipo de direitos às mulheres e às crianças e abonavam a favor do “castigo corporal” por parte dos maridos, principalmente, quando estes achavam que as mesmas não representavam o seu ideal de mulher (Kurz, 1989; Dias, 2010).

Além disso, as feministas argumentam que o próprio casamento legitima o controlo dos maridos sobre a mulher através dos papéis sexuais. De acordo com estes, o papel da mulher relaciona-se com o trabalho doméstico, os cuidados familiares, um papel sobretudo emocional (Kurz, 1989, p. 496). Por seu turno, o papel do homem relaciona-se com o trabalho e com a imagem de “ganha-pão” da família (Idem, p. 496).

Relacionado com este argumento, segundo a perspetiva feminista é possível observar que existe uma ligação com os papéis sexuais desempenhados e com a

dependência económica da mulher. Com isto, a dificuldade de sair de uma relação abusiva é muito maior quando se está economicamente dependente do seu agressor.

Apesar de existir validade no argumento de que a transmissão intergeracional da violência é um fator explicativo da violência perpetrada pelos homens, as feministas defendem que outros fatores, particularmente, as normas e as práticas de dominação masculina, são mais importantes para explicar o porquê dos homens adotarem comportamentos violentos (Idem, p. 497).

Deste modo, a perspetiva da violência de género apenas admite que as mulheres só praticam violência para se defenderem das agressões de que são alvo, ou para se libertarem da dominação masculina, como já foi referido. Ao mesmo tempo, acrescentam que as agressões infligidas pelas mulheres são menos graves do que aquelas que são perpetradas pelos agressores masculinos (Machado e Matos, 2012).

Todavia, estes argumentos são, muitas vezes, colocados em causa, visto que é sugerido que “muitas mulheres não indicam a auto-defesa como o principal motivo para a agressão contra os companheiros”, surgindo como motivos principais “a raiva, os ciúmes e a retaliação contra o dano emocional que lhes foi infligido, o esforço para assumir o controlo e o domínio na relação” (Idem, p. 13).

Resumidamente, a perspetiva da violência de género, apesar de centrar as suas análises na desigualdade de género e não “aceitar” a existência de violência de mulheres contra os homens (sem serem casos de legítima defesa), conseguiu produzir um corpo teórico capaz de alertar para o impacto e gravidade da violência doméstica sobre as vítimas, tornando assim possível elaborar planos de intervenção e criar redes de apoio às vítimas, assim como contribuiu para um maior conhecimento sobre este flagelo social.

#### **2.4. Perspetiva dos sociólogos da família**

Ao contrário do paradigma da violência de género, os sociólogos da família defendem que a violência atinge da mesma forma todas as relações familiares e que a sua origem pode estar na própria estrutura familiar (Kurz, 1989; Dias, 2008). A par deste argumento, a perspetiva da violência na família mostrou evidências de que as mulheres são tão violentas como os homens (Kurz, 1989; Dias, 2008; Machado e

Matos, 2012). Para o efeito, Straus (1979), na década de 1970, aplicou nos seus estudos a chamada *Conflict Tactic Scale (CTS)* com vista a medir a extensão com que os parceiros numa relação de namoro, coabitação ou conjugal se envolvem em abusos físicos e psicológicos entre eles, mas também medir o uso de raciocínio ou de negociação dos indivíduos para lidar com os conflitos (Straus, Hamby, McCoy e Sugarman, 1996, p. 283).

Segundo Casimiro (2008), através das escalas de conflito é possível “revelar os meios utilizados com mais frequência por homens e mulheres para resolverem os conflitos, identificando e medindo três táticas diferentes: o recurso à discussão racional e à argumentação, a agressão verbal, em que se incluem os insultos e as ameaças, e, finalmente, a violência, que se traduz no uso explícito de força física” (p. 583).

A partir deste instrumento, vários estudos<sup>1</sup> chamaram à atenção para a existência de homens vítimas de violência e, ao mesmo tempo, que os abusos praticados sobre estes não devem ser ignorados (Dias, 2008). A violência contra os homens é um “fenómeno [que] passa muitas vezes despercebido, na medida em que os homens são menos propensos a denunciar tais incidentes por vergonha e medo do ridículo, bem como pela falta de serviços de apoio” (Machado e Matos, 2014, p. 727). Todavia, a partir do uso das CTS é possível depreender que “as agressões cometidas pelas mulheres sobre os homens constituem um fenómeno social comparável, na sua natureza e magnitude, ao das mulheres maltratadas” (Casimiro, 2008, p. 582).

Os homens enquanto vítimas de violência doméstica são vistos pela sociedade como “inaceitáveis”, uma vez que ainda persiste o ideal masculino socialmente construído, isto é, o género masculino é “encarado como económico, social e politicamente dominante” (Machado e Matos, 2012, p. 8).

Deste modo, os sociólogos da família argumentam que a desigualdade de género não é o único fator que produz a violência numa relação, mas que existem outros fatores, como os socioeconómicos e os ligados aos processos de socialização, que

---

<sup>1</sup> Segundo Straus, Hamby, McCoy e Sugarman (1996), as escalas de conflito foram usadas, desde 1972, em inúmeros estudos em vários países, que abrangem mais de 70 mil participantes com diferentes características culturais, e que deram origem a mais de 400 artigos baseados neste instrumento (Straus *et al.*, 1996, p. 294).

podem explicar o fenómeno, até porque o patriarcalismo falha em explicar a violência nas relações entre casais homossexuais (Machado e Matos, 2014). Portanto, a violência doméstica, sejam os agressores homens ou mulheres, deve ser encarada como uma questão relacional e humana (Machado e Matos, 2012).

Os investigadores desta corrente identificam causas estruturais para a violência, nomeadamente a privacidade da família, a violência social, o desemprego, a insegurança financeira e ainda problemas de saúde, que aumentam a probabilidade de ocorrência de comportamentos violentos no seio da família (Keating, 2015).

No seu estudo, Felson e Cares (2005) referem que os agressores do sexo masculino apresentam uma maior probabilidade de ferir ou causar danos às vítimas durante um episódio violento do que os agressores do sexo feminino. Este argumento associa a força física ao género, tendo como principal premissa que a força adiciona ou subtrai poder físico aos agressores e às vítimas, ou seja, os homens agressores produzem mais dano e as vítimas do sexo feminino sofrem mais ferimentos (Felson e Cares, 2005, p. 1183).

Segundo os autores, os indivíduos do sexo masculino que são agressivos numa relação de conjugalidade, agredem com mais frequência as vítimas do que as mulheres agressoras. Contudo, estas últimas agredem, de igual forma, quando nos referimos a uma violência intrafamiliar e não apenas à violência conjugal.

Subjacente a esta questão, importa referir o estudo levado a cabo por Archer (2000), no qual comparou os resultados das “investigações realizadas com mulheres refugiadas em casas-abrigo e mulheres provenientes da população em geral e chegou à conclusão de que as entrevistas realizadas às mulheres alojadas nestas casas se retiravam índices muito mais elevados de agressões por parte dos cônjuges” (Casimiro, 2008, p. 588).

Neste estudo meta-analítico, Archer (2000) comparou cerca de 82 estudos que tinham como principal conclusão a existência de simetria de género na violência doméstica, sendo que a maioria destes estudos analisados tinham como principal instrumento as escalas de conflito.

Da análise efetuada Archer (2000) pôde retirar duas grandes conclusões, nomeadamente: as mulheres têm uma maior probabilidade do que os homens para colocarem em prática a violência física, e ainda, quanto mais jovem a amostra mais altos eram os níveis de violência feminina quando comparados com a violência masculina.

Segundo Hamberger e Guse (2002), as meta-análises de Archer (2000) sugerem que as mulheres usam, relatam e, até mesmo, iniciam a violência sobre os seus parceiros em níveis semelhantes com aqueles atingidos pelos homens (p. 1303).

Contudo, estes autores afirmam, as mulheres também apresentam uma maior probabilidade de denunciar terem sido feridas ou magoadas de forma mais severa, assim como procuram mais os serviços de saúde devido aos abusos sofridos (Idem, p. 1303).

Num estudo posterior, Archer (2002) analisa as diferenças em termos de género, no que diz respeito aos comportamentos físicos agressivos utilizados pelos agressores contra a vítima. Com esta meta-análise, o autor concluiu que os atos agressivos mais frequentes entre as mulheres agressoras, independentemente do instrumento de medida utilizado, são o "pontapear, morder, esmurrar" e "atingir com um objeto". O autor refere ainda que estes atos são classificados como "severos" (p. 333).

Por seu turno, os homens apresentam como comportamentos agressivos mais frequentes o "espancamento" e "estrangulamento" quando comparados com as mulheres. Deste modo, Archer (2002) conseguiu demonstrar que o "espancamento" e o "estrangulamento", mas também, em alguns casos, o ato de "puxar, agarrar, empurrar" são atos agressivos, predominantemente, masculinos (p. 333).

Uma das principais conclusões que se pode retirar dos estudos realizados por Archer (2000, 2002) é que a preocupação que existe em torno das vítimas femininas nos casos de violência doméstica não é de todo um equívoco. No entanto, considerá-las como as únicas vítimas de violência é uma visão muito redutora do fenómeno da violência doméstica (Archer, 2002, p. 340).

Num outro estudo, Mize e Shackelford (2008) afirmam que a violência doméstica tanto pode ser feminina como masculina, porém, as formas de expressão da violência

entre homens e mulheres são distintas. Assim, na sua perspetiva, as mulheres colocam em prática, na maioria dos casos, uma violência de tipo emocional e psicológica enquanto os homens recorrem sobretudo à agressão física e sexual (p. 100).

Em suma, a perspetiva da violência na família afirma que existe simetria de género na violência doméstica. No entanto, a forma como as mulheres colocam em prática a violência difere e, em muitos casos, não é percebida como tal pelas vítimas, que na maioria dos casos não reportam os abusos que sofrem. Também se constata que além do género existem outros fatores explicativos da violência doméstica (e.g., estruturais, doenças psicológicas, abuso de álcool e/ou drogas, etc.).

## **2.5. Perspetivas integradoras sobre a violência doméstica**

Na última década surgiram teóricos que procuram retirar o melhor da abordagem da violência de género e da abordagem dos sociólogos da família, no sentido de criarem um modelo explicativo integrador e mais abrangente sobre o fenómeno da violência doméstica.

Johnson (2005, 2010) tornou-se uma referência quando defendeu que os estudos realizados sobre a violência doméstica demonstram que existem vários tipos de violência e não só um tipo. A partir desta premissa o autor elaborou uma tipologia baseada nos padrões de controlo, sendo que cada um dos quatros tipos identificados possui características próprias.

O primeiro tipo identificado é o *terrorismo íntimo* que segundo Johnson (2010) remete para os casos com um agressor violento que usa a violência, em conjunto com outras táticas coercitivas e controladoras, na ânsia de ganhar controlo total sobre o seu parceiro (p. 213). Deste modo, o *terrorismo íntimo* (ou *patriarcal*) é motivado pela necessidade de manter o controlo sob o outro e ocorre, principalmente, na violência masculina contra as mulheres. Esta provoca lesões graves, assim como, aumenta de intensidade com o tempo sendo, por isso, a sua frequência maior (Ho, 2003, p. 184).

Para Johnson (2010), o *terrorismo íntimo* tem uma maior probabilidade de dissuadir a vítima a procurar ajuda nas forças de segurança, nos tribunais ou nos abrigos, assim como tem uma maior probabilidade de chamar a atenção de outras

pessoas que, muitas vezes, acabam por denunciar a violência às autoridades (p. 1127).

Johnson (2010) designa o segundo tipo de violência por *resistência violenta*, a qual corresponde aos casos em que a violência é praticada, essencialmente, por mulheres que se encontram aprisionadas numa relação abusiva de carácter terrorista (p. 213). Assim, a *resistência violenta*, tal como é definida pelo autor, caracteriza os casos de legítima defesa suportados e defendidos pela perspetiva feminista. Todavia, segundo o autor, estes casos são escassos. Neste sentido, o autor alerta que as investigações que incidem sobre a violência doméstica devem ter em conta este tipo de violência, no sentido de consolidar o conhecimento sobre este fenómeno (Ho, 2003; Johnson, 2010).

O terceiro tipo de violência diz respeito à *violência situacional do casal* (ou violência comum entre o casal) que se refere às situações que envolvem discussões que podem levar a agressões verbais e físicas com o aumento da sua intensidade (Johnson, 2005, 2010,). Contudo, Johnson (2010) refere que este tipo de violência difere do *terrorismo íntimo*, visto que não envolve um padrão coercitivo.

Para o autor (2005, 2010), a *violência situacional do casal*, apesar de envolver agressões verbais e físicas, a forma como estas surgem pode variar de casal para casal (e.g., problemas de gestão emocional de um ou de ambos os parceiros, falhas de comunicação entre o casal, problemas de abuso de álcool e/ou drogas, etc.).

Tal como ocorre no *terrorismo íntimo*, Johnson (2005) verifica que a *violência situacional do casal* é, muitas vezes, observada nas amostras aleatórias utilizadas pelos sociólogos da família, uma vez que esta violência é a mais comum e, por norma, as vítimas e os agressores integrados no *terrorismo íntimo* recusam participar nos estudos (p. 1127).

Por último, o autor identifica como quarto tipo de violência entre parceiros íntimos, o *controlo violento mútuo*, que remete para as situações que envolvem ambos os parceiros e são motivadas pela necessidade de controlo na relação. Neste caso, ambos os indivíduos são identificados como sendo terroristas íntimos, isto porque, lutam pelo controlo da mesma forma (Ho, 2003, p. 185).

Não obstante, Johnson (2005, 2010) refere que o *controlo violento mútuo* é muito



raro e muito difícil de se encontrar nas amostras, ao contrário do *terrorismo íntimo* que é amplamente estudado por meio das narrativas das vítimas.

Quanto à questão do género, Johnson (2010) considera que o seu papel na violência doméstica é generalizado e envolve muito mais do que as diferenças de género na forma de agredir ou nas consequências do abuso. Deste modo, o autor refere que a teoria do género<sup>2</sup> é uma perspetiva essencial na temática da violência (Idem, p. 213.).

Para Johnson (2005), embora se possa afirmar que a *violência situacional do casal* seja quase simétrica entre os géneros e que não está relacionada com as atitudes de género, observa, ao mesmo tempo, que o *terrorismo íntimo* é, na maioria, perpetrado por homens e relaciona-se, fortemente, com as atitudes de género (p. 1128).

Neste seu estudo, o autor chama a atenção para o facto de que a perspetiva da violência de género poder ser enquadrada na teoria do género e na teoria do controlo. Por seu turno, a perspetiva dos sociólogos da família centra o seu corpo teórico na teoria do conflito interpessoal.

Assim, Johnson (2005) conclui que se deve reconhecer que ambas as perspetivas explicam fenómenos diferentes, ou seja, devemos falar em *teorias diferentes para diferentes tipos de violência* (p. 1129).

Segundo a perspetiva de Anderson (2005), o principal problema no dilema entre a abordagem feminista e a abordagem dos sociólogos da família, centra-se ao nível teórico e não ao nível metodológico. Desta forma, “a solução para o conflito teórico reside na construção de uma teoria do género da violência contra a mulher, que assente na premissa de que homens e mulheres vêm e vivem de forma diferente a violência e que esta constitui um meio de construção da masculinidade” (Dias, 2008, p. 162).

Para Anderson (2005), o facto de existir confusão sobre se a violência doméstica é ou não *genderizada* revela que existem falhas na forma como definimos teoricamente o conceito de género. Além disso, a autora afirma que tipologias, como a de Johnson (2005, 2010), reduzem a abrangência do conceito de género ao tratá-lo apenas como uma característica individual, que prevê a perpetração de violência ou a vitimização

---

<sup>2</sup> A teoria de género defende que o género é um conceito que pode ser aplicado desde as diferenças de tamanho e força, de personalidade e atitude até à estrutura de género nas instituições sociais.

(Anderson, 2010). Assim, a autora apresenta três teorias do género, designadamente a *teoria individualista*, *interacionista* e a *teoria estruturalista* (Anderson, 2005, p. 854).

As *abordagens individualistas* sobre o género defendem que a masculinidade e a feminilidade são características que os homens e as mulheres incorporam nas suas identidades biologicamente ou por meio da socialização (Idem, p. 854). Decorrente desta premissa, estas abordagens pressupõem que a propensão que um indivíduo possa ter para a violência ou para comportamentos agressivos se deve às características inatas ou apreendidas via uma personalidade masculina (Idem, p. 854).

Na perspectiva *individualista* os indivíduos são classificados como sendo tradicionais ou igualitários no que diz respeito às atitudes que têm para com os papéis sexuais desempenhados pelos homens e pelas mulheres. Deste modo, um indivíduo mais tradicionalista será mais propenso a praticar atos violentos do que aquele que tem atitudes mais igualitárias (Idem, p. 854).

Segundo Anderson (2005), nas últimas décadas surgiram várias críticas em torno das abordagens *individualistas* sobre o género, nomeadamente o facto de estas reduzirem o género a um comportamento dos homens e das mulheres e não conseguirem explicar as diferenças dentro de grupos de homens e mulheres, isto é, porque é que uns são violentos e outros não.

A *perspetiva interacionista*, por seu turno, aborda o género como uma característica das interações sociais e não dos indivíduos. Por outras palavras, esta perspectiva afirma que os indivíduos “desempenham o género” ao longo das suas interações quotidianas com vista a corresponderem às expectativas sociais (Idem, p. 856).

Os estudos sobre violência doméstica que analisam o fenómeno à luz da perspectiva *interacionista* veem a violência como um meio pelo qual os homens realizam a sua masculinidade, isto porque, a violência é idealizada culturalmente como uma forma de demonstrar a masculinidade a outros.

Para esta abordagem um mesmo comportamento pode ser avaliado de diferente forma consoante o género e o contexto onde este ocorre. Desta forma, compreende-se o

porquê das vítimas masculinas não denunciarem as agressões, visto que, ao serem rotulados como vítimas, os homens veem o seu sentido de masculinidade ameaçado (Idem, p. 856).

Tal como a perspetiva anterior, a abordagem *estrutural* do género não o analisa apenas como uma característica individual e propõe que a localização na estrutura social dos homens e das mulheres é diferente por causa das desigualdades de género (Anderson, 2010).

Ao contrário da proposta apresentada por Johnson (2005, 2010), para a abordagem *estrutural* não é a frequência e a gravidade dos atos de controlo e da violência que diferem consoante o género, mas sim a localização na estrutura social dos agressores e das vítimas é que é *genderizada* (Anderson, 2005, 2010).

Tal como Risman (1998, cit. por Anderson 2010) defendeu, o género é uma força social que tem influência a vários níveis, nomeadamente ao nível individual, das interações e da estrutura social (p. 731). Anderson (2010) afirma que ao “nível individual, o género é uma identidade, um conjunto de crenças e atitudes. Ao nível da interação social, o género é uma performance que vai de encontro com as expectativas sociais. Ao nível da estrutura social o género é a base para dividir os recursos e as responsabilidades” (pp. 731-732).

Deste modo, o género, segundo esta perspetiva, organiza as instituições sociais, as identidades, as atitudes e as interações sociais; ou seja, o género é uma força social que opera independentemente dos desejos individuais (Anderson, 2005, p. 856).

Na aceção desta autora (2013), o argumento de que se deve teorizar o género como a base da desigualdade estrutural, e não como um atributo individual, deve ser tido em consideração e ser alvo de estudo por parte dos investigadores, que abordam a violência doméstica. Neste sentido, deve-se questionar antes o porquê das questões de género se relacionarem com a violência e testar as hipóteses com os dados empíricos (p. 317).

Na perspetiva de Stark (2010), o dilema da simetria de género é resolvido através da distinção entre o abuso por controlo coercivo e a violência *normal* de uma relação.

Este paradigma tem em conta o contexto histórico e político dos atos violentos, assim como introduz novas táticas para além da violência e enfatiza as consequências das agressões.

O autor afirma que concorda com o facto empírico de que as mulheres, tal como os homens, recorrerem à violência e de terem motivos, por detrás desse comportamento, semelhantes aos dos homens (e.g., ciúmes, pressões sociais, desemprego, etc.).

Stark (2010) destrinça a subjugação padronizada de um parceiro pelo outro (ou usando o termo de Jonhson (2005), o terrorismo íntimo), da propensão dos casais usarem violência quando discutem para expressar ciúmes, frustração ou raiva. Por outras palavras, Stark (2010) distingue a violência *normativa* da violência *abusiva* por meio dos resultados dos atos violentos (p. 202). Assim, para o autor, o conceito de abuso refere-se “à criação involuntária de autoridade não recíproca por uma parte sobre outra [o que leva à] correspondente reafecção de recursos e oportunidades de forma a beneficiar a parte dominante” (Idem, p. 202). Neste sentido, descarta aquilo a que ele se refere como “lutas” típicas dos relacionamentos (e que também envolvem, por vezes, violência física) do conceito de abuso, visto que este deve ser tomado como algo que ocorre num contexto altamente coercivo e desigual (Idem, p. 207).

Segundo o autor, existe uma certa confusão quanto aos atos que são considerados como violência psicológica, sendo que devia existir uma divisão entre o que é considerado abuso e aquilo que se reporta apenas a insultos, ciúmes e comportamentos controladores típicos de uma relação (Idem, p. 202).

A partir destas distinções, Stark (2010) alerta para o facto de ser necessário estudar a violência doméstica sem descurar a análise do contexto histórico, da presença de outras táticas coercivas, da experiência subjetiva da vítima e da avaliação dos danos individuais e sociais, que vão além dos danos físicos.

No seu artigo “*Do violent acts equal abuse?*”, Stark (2010) refere que, ao longo dos anos, foram várias as tentativas de associar o abuso psicológico ao conceito de violência doméstica, contudo, na sua perspetiva, o Direito Penal, as estratégias de intervenção e até mesmo o domínio político continuam, ainda nos dias de hoje, a focar-

se na violência física quase que exclusivamente.

O autor revela ainda que o dano físico não é por si só um fator discriminatório para aceder aos serviços criminais, aos abrigos e a outras instituições. No entanto, na prática ainda se observam respostas no âmbito da intervenção que se baseiam nos danos físicos e/ou psicológicos (Stark, 2010, p. 203).

Para o autor, os episódios de violência doméstica que chegam até ao sistema de justiça penal referem-se a episódios menores (em termos de gravidade) e com isto a resposta jurídica a estes casos é reduzida a um crime de segunda classe (e.g., ofensa à integridade, injúria).

Em relação às vítimas masculinas, Stark (2010) defende que uma das razões, senão mesmo a principal, para não existir intervenção com estes é porque não existem dados suficientemente expressivos que representem um problema para a saúde pública e para a segurança, além de que os homens não apresentam necessidades de proteção, tratamento e apoio que exijam a criação de novos serviços (p. 204).

Subjacente a esta questão, o autor refere que o sistema de justiça tem vindo a responder aos casos que envolvem vítimas masculinas da mesma forma que responde aos casos com vítimas femininas.

Para finalizar, Stark (2010) defende que com a tipificação da violência é possível contornar a questão da simetria de género, uma vez que aquilo que é considerado abuso envolve controlo coercivo, e este, por sua vez, é na maioria dos casos perpetrado pelos homens. Assim, a simetria de género é apenas visível na violência que decorrer das discussões típicas de um casal.

Como se viu, da discussão científica sobre a simetria de género na violência doméstica emergiram várias posições que tentam explicar a sua origem e quebrar com o dilema entre os paradigmas da violência de género e da violência na família. Contudo, o foco das teorias explicativas do fenómeno da violência doméstica não incidiu apenas nas causas, nos tipos e no género, também surgiram teorias que procuravam encontrar respostas para a permanência de uma vítima na relação abusiva.

## **2.6. Razões para a permanência numa relação abusiva**

Ao mesmo tempo que se desenvolviam as teorias explicativas sobre as causas da violência surgem estudos que se focam nas razões que levam as vítimas, quer masculinas, quer femininas, a permanecerem numa relação abusiva.

No início dos anos 1980, surge a *teoria do ciclo de violência* descrita como tendo três fases essenciais: a primeira fase é a do aumento da tensão acompanhada com o aumento do sentido de perigo; a segunda corresponde ao episódio violento e, por último, a terceira fase é designada de constrição-amorosa (Walker, 2009) ou, como outros autores designam, fase de lua-de-mel (Manita, 2009).

Segundo Walker (2009), o ciclo inicia-se após um período de namoro que é, não raras vezes, descrito como um interesse acrescido do agressor pela vida da vítima, mas ao longo do tempo, este comportamento transforma-se numa vigilância e perseguição (p. 91).

A fase de aumento da tensão caracteriza-se pela existência de algumas ameaças e atitudes agressivas por parte do agressor, que não fazendo uso de estratégias de negociação “utiliza basicamente todas as situações do quotidiano para produzir uma escalada de tensão para a vítima, criando um ambiente de iminente perigo para aquela” (Manita, 2009, p. 27). Por outras palavras, nesta fase existe um escalar da tensão representada por atos (e.g., chamar nomes, comportamentos agressivos intencionais e violência física) que aumentam o atrito entre os intervenientes (Walker, 2009, p. 91).

O agressor, na fase de aumento da tensão, é hostil, mas ainda não apresenta uma “personalidade explosiva”. Por seu turno, a vítima tanto pode aceitar a culpa, ou contra-atacar verbalmente, ou adotar uma posição submissa na tentativa de agradar e acalmar o seu agressor (Manita, 2009; Walker, 2009). Segundo Walker (2009), a posição submissa que as mulheres adotam levam a que as mesmas ganhem a falsa ideia de que controlam o seu agressor, ou seja, tem como resultado um padrão de comportamentos que cria o desamparo aprendido (ou *learned helplessness*) (p. 91).

Para Manita (2009) a fase de aumento da tensão pode ser potenciada quando existe o consumo de álcool ou drogas por parte de um dos intervenientes.

A segunda fase diz respeito ao momento em que a violência, que até então era verbal, se traduz em violência física e noutros tipos de violência de uma forma muito rápida devido aos acessos de raiva incontrolláveis por parte do agressor. As vítimas quando se confrontam com este momento em muitos casos não têm qualquer tipo de reação e “procuram apenas defender-se dos ataques mais violentos, reagindo passivamente, na esperança de que a «não resposta» atenua a ira do agressor e leve à interrupção do ataque violento” (Idem, pp. 27-28).

Walker (2009) considera que, por vezes, a vítima tenta prever os acessos de raiva incontrolláveis do agressor, para que lhe seja possível tomar certas medidas e proteger-se da melhor forma da dor e dos ferimentos (p. 94). A par disto, ainda refere que a fase do episódio violento, em alguns casos, relaciona-se com o momento em que há o envolvimento das forças de segurança.

Por último, a fase de lua-de-mel é marcada pelas tentativas do agressor em (re) conquistar o perdão da vítima pedindo desculpas pelo seu comportamento agressivo; ou pela atribuição da culpa à vítima ou a fatores externos; ou pela demonstração de afeto, carinho e remorso; ou ainda pelas promessas de que este foi um episódio isolado (Manita, 2009; Walker, 2009).

Para Walker (2009), o sentimento de remorso e as promessas do agressor, em alguns casos, fazem com o próprio acredite que não vai ser violento outra vez para com a vítima. A par disto, fornece o necessário para que a relação abusiva seja mantida num permanente ciclo de violência, uma vez que, há um reforço positivo de que o comportamento do agressor mudou, segundo a percepção da vítima (p. 94).

Segundo Manita (2009), a “oscilação comportamental do agressor e consequente ressonância e impacto cognitivo-afectivo na vítima constitui um dos factores que mais dificultam a ruptura [da relação abusiva] ” (p. 29), uma vez que a vítima acredita que existe amor na relação ou então que o seu agressor vai mudar de comportamento.

Para O’Leary (1988), a agressão familiar é distinta pela sua natureza quando comparada com os restantes tipos de agressão, isto porque a família é um grupo social também ele diferente dos demais, pois os estatutos e os papéis sociais são cedidos

consoante o sexo e a idade dos membros de uma família (p. 36).

Segundo este autor, deixar uma situação de abuso coloca em causa compromissos legais, morais, financeiros e afetivos sendo que estes acabam por fazer com que o abandono de uma relação violenta seja ainda mais difícil do que à partida pode parecer (p. 36).

Algumas investigações demonstram que tanto homens como mulheres são pressionados socialmente a ficarem em silêncio sobre a sua vitimização e até mesmo a não pedirem ajuda ou qualquer tipo de apoio (Eckstein, 2011, p. 22). Contudo, surge um paradoxo, isto porque, a própria sociedade culpabiliza estas vítimas por se manterem numa relação abusiva. Neste sentido, segundo estes estudos, a vítima é culpada quer por pedir ajuda, quer por se remeter ao silêncio sobre a sua condição.

Acresce a isto o facto de as vítimas que não abandonam as relações abusivas serem confrontadas com mais entraves quando iniciam um processo de rutura, uma vez que, o agressor conseguiu manter durante mais tempo o seu poder e dominância, mas também pelo facto de a vítima, ela própria, demonstrar mais sentimentos de impotência e desamparo (Idem, p. 22).

Deste modo, deixar uma relação abusiva é um processo moroso e que exige uma progressão entre decidir abandonar a referida relação até sair dessa situação e iniciar uma nova forma de viver. É decorrente desta premissa que surge *o modelo dos estados de mudança aplicado à violência doméstica* de Frasier, Slatt, Kowlowitz, e Glowa (2001), que permite identificar o estado em que as vítimas se encontram, sendo possível tipificar cinco fases distintas.

O primeiro estado é designado por *fase da pré-contemplação* onde as vítimas não desejam nem pretendem adotar qualquer tipo de atitude de mudança para com a situação que vivem. De seguida surge o *estado de contemplação* onde é identificada a existência de um problema e a mudança é considerada pela vítima. Quando a pessoa começa a desenvolver um «plano de fuga» encontra-se no *estado de preparação*. No entanto, assim que o plano de mudança é colocado em prática fala-se do *estado de ação*. Como último estado apresenta-se a *manutenção*, que, como o próprio nome indica, cinge-se ao



período em que as vítimas perpetuam e reforçam as mudanças já por si implementadas, no sentido de permanecerem afastadas da relação abusiva (Eckstein, 2011, p. 23).

Ainda assim, várias vezes, nos deparamos com vítimas que após implementarem o seu plano de mudança voltam para a relação com o seu agressor, acabando por permanecer num vaivém constante entre o “fugir e voltar” até, finalmente, conseguirem abandonar de forma permanente o agressor (Idem, p. 23).

Segundo Eckstein (2011), tanto vítimas do sexo feminino, como do sexo masculino, ultrapassam estes estados de mudança, sendo que quando voltam ou mantêm as relações abusivas apresentam razões diferentes para esta opção. No caso das mulheres, a autora afirma que estas podem evitar culpar o agressor e atribuir a raiz do problema da violência a fatores externos e focar-se na segurança e no apoio aos filhos (Idem, p. 23). Mas também permanecem na relação por razões religiosas ou para evitarem repercussões, como, por exemplo, a perseguição, o aumento da violência, o homicídio, entre outras.

No que diz respeito aos homens que também são vítimas, a maioria justifica a permanência numa relação abusiva pelo facto de terem assumido um compromisso no casamento, de terem de enfrentar a vergonha social e ainda por terem obrigações para com os filhos. Além disso, referem que o facto de obterem respostas negativas, ou não obterem qualquer tipo de resposta, por parte dos profissionais a quem pedem ajuda ou apresentam queixa também contribui para a sua permanência numa relação abusiva (Idem, p. 23).

Resumidamente, é possível afirmar que tanto homens como mulheres podem ser agressores quer nas suas relações familiares, quer nas suas relações íntimas. No entanto, a violência perpetrada por cada género difere em termos do controlo, da forma de expressão, da gravidade e da sua frequência. Além disso, a permanência numa relação abusiva é justificada de forma distinta em ambos os géneros. Contudo, apesar das diferenças também podemos encontrar semelhanças entre vítimas e agressores sejam eles do sexo feminino ou do sexo masculino.

Conclui-se assim que o género tem um forte impacto na violência doméstica e não deve ser desconsiderado nos estudos que abordam este fenómeno, sendo que se, por um lado, existem tipos de violência mais perpetrados por homens (e.g. terrorismo íntimo, abuso por controlo coercivo, etc.), por outro lado, também se encontram tipos de violência praticados por mulheres (e.g. violência mútua pelo controlo, violência em legítima defesa, violência intrafamiliar, etc.). Há então que abordar a violência doméstica face ao seu contexto histórico e social, aos motivos que estão na sua origem e face ao género (quer a nível individual, das interações sociais e da estrutura social).

No presente estudo, procurou-se efetuar também uma revisão acerca das Leis e do posicionamento da Justiça no âmbito da violência doméstica, assim como, se tentou enunciar as principais mudanças ocorridas ao nível da legislação e as lacunas associadas ao sistema judicial. Estas serão apresentadas de seguida.

### **3. Violência doméstica e justiça**

Tradicionalmente, o sistema judicial não tratava da violência familiar como um ato criminoso, pelo contrário, considerava que este fenómeno dizia respeito ao domínio privado. Deste modo, não estava sujeito a sanções jurídicas, ou sequer sociais, sendo apenas punido quando ocorresse a morte de um indivíduo, ou os danos fossem especialmente gravesos.

A violência era tomada como uma prática essencial e necessária para o exercício da autoridade masculina nas sociedades tradicionais. Neste sentido, alguns autores referem que os tribunais tinham um interesse “oculto” em manter as famílias unidas, com vista a preservar o *status quo*, ignorando a violência existente no seu seio ou até desencorajando as vítimas a tomarem ações legais (Stalnaker e Shields, 1994).

Os crimes que ocorriam no seio familiar eram, raramente, denunciados às autoridades competentes, algo que decorria desta posição do sistema criminal. No entanto, quando existia alguma denúncia o caso era tomado como se tratasse de um caso único e excecional na sociedade (Browne, 1988). Com isto, a visão patriarcal da Justiça permanecia legítima e a sua intervenção era mínima nos casos de violência doméstica,

por consequência, existia a perpetuação da condição de vítima (Idem).

Todavia, a forma como a Justiça encarava a violência doméstica mudou ao longo do tempo por meio da evolução das leis, das penas de prisão, e ainda da formação dos polícias e dos magistrados sobre as dinâmicas e gravidade do fenómeno em causa.

Esta transfiguração deriva da crescente consciencialização, assim como do aumento dos serviços e políticas sociais (Campbell *et al.*, 2007). Não obstante, e mesmo com as sucessivas reformas, ainda se pode encontrar “falhas” no sistema judicial, nomeadamente em termos do tempo e da eficácia da resposta. Campbell e seus colaboradores (2007) afirmam mesmo que a Justiça continua a ser demasiado lenta e pouco eficaz nas sanções proclamadas.

O processo de transformação da violência doméstica em crime remete-nos para a premissa de Durkheim (1983) de que uma ação constitui-se enquanto crime, não por ser criminosa, mas porque a consciência coletiva assim a identifica, ou seja, a sociedade determina aquilo que é considerado crime (p. 41).

Desta forma, o crime é uma questão social e cabe à sociedade proporcionar os meios para o desviante se regenerar, ou seja, deve debruçar-se sobre os fatores que levaram o indivíduo a praticar os atos desviantes e colocar em prática medidas de correção apropriadas ao crime cometido (Vaz, 1998).

À medida que se torna do conhecimento público, a visão da violência no seio familiar como algo legítimo entra em rutura dando origem à visão de que a violência é um problema social e relacional, no qual o Direito e a Justiça se devem imiscuir. Importa então rever as principais mudanças ao nível legislativo que ocorreram em Portugal nos últimos trinta anos neste domínio.

### **3.1. Evolução legislativa em Portugal sobre o crime de violência doméstica<sup>3</sup>**

Portugal, à semelhança de outros países (e.g. Estados Unidos da América, Inglaterra, etc.), efetuou alterações ao nível jurídico-legal a partir de meados da década de 1980, com a criminalização da violência exercida em contexto familiar. Até então, o

---

<sup>3</sup> Para mais informação sobre a legislação portuguesa, no âmbito da violência doméstica, ver site: <https://www.cig.gov.pt/documentacao-de-referencia/legislacao/>.

Estado só intervinha na vida familiar quando se colocava em causa os direitos patrimoniais inerentes às relações familiares (Duarte, 2011, p. 2).

Segundo Pedroso e Branco (2008), “tradicionalmente, o direito penal procurava não se imiscuir na família (tendencialmente íntima e privada), pelo que as situações de violência doméstica não tinham qualquer protecção legal e os crimes sexuais contra a família e as crianças tinham natureza semi-pública, apenas sendo investigados se houvesse queixa” (p. 73).

No ano de 2000, o crime de violência doméstica tornou-se público com a introdução da Lei nº 7/2000, de 27 de Maio. Com isto, o Ministério Público (MP) não depende mais da queixa da vítima para seguir com o procedimento criminal, nem admite a desistência de queixa.

Contudo, esta alteração trouxe consigo algumas críticas, nomeadamente o facto de parecer não existir qualquer tipo de consideração por parte do legislador sobre a vontade da vítima e o papel ativo que esta deve desempenhar no decorrer do processo judicial. No sentido de ultrapassar esta crítica, segundo Cardoso (2012), o legislador “consagrou a suspensão provisória do processo a pedido da vítima, criando uma «solução mitigada» no tratamento jurídico-processual do crime” (p. 13).

A suspensão provisória do processo<sup>4</sup> só é aplicada “se o crime for punível com pena de prisão não superior a cinco anos ou com sanção diferente da prisão, o Ministério Público, oficiosamente ou a requerimento do arguido ou do assistente, determina, com a concordância do juiz de instrução, a suspensão do processo mediante a imposição de injunções e regras de conduta” (Portugal, 2016, p. 128). Convém notar que nos processos de violência doméstica, a suspensão provisória só é aplicável caso o arguido não tenha condenações anteriores ou não tenha usufruído de uma suspensão provisória anterior pelo mesmo tipo de crime.

Posteriormente, estas alterações foram complementadas com a Lei nº 59/2007, de 4 de setembro, onde o crime de violência doméstica viu o seu estatuto ser tipificado de forma autónoma no Código Penal, no Art.º 152.º que se consubstancia no facto de

---

<sup>4</sup> Prevista no Art.º 281º e no Art.º 282º do Código do Processo Penal.

“quem, de modo reiterado ou não, infligir maus tratos físicos ou psíquicos, incluindo castigos corporais, privações da liberdade e ofensas sexuais: ao cônjuge ou ex-cônjuge; a pessoa de outro ou do mesmo sexo com quem o agente mantenha ou tenha mantido uma relação de namoro ou uma relação análoga à dos cônjuges, ainda que sem coabitação; a progenitor de descendente comum em 1.º grau; ou a pessoa particularmente indefesa, nomeadamente em razão da idade, deficiência, doença, gravidez ou dependência económica, que com ele coabite é punido com pena de prisão de um a cinco anos, se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal” (Lei nº 59/2007, de 4 de setembro).

A par disto, no Art.º 152.º da Lei nº 59/2007, de 4 de setembro, ainda são introduzidas as penas acessórias, como a proibição de contato com a vítima, a fiscalização por meios técnicos de controlo à distância; a proibição de uso e porte de armas; e ainda a frequência em programas específicos para agressores de violência doméstica.

Não obstante, só com a introdução da Lei nº 112/2009, de 16 de Setembro, é que se estabeleceu o regime jurídico a ser aplicado na prevenção da violência doméstica, mas também à proteção e assistência das vítimas.

Mais recentemente surge uma nova alteração legislativa importante, nomeadamente a Lei nº 130/2015, de 4 de Setembro, que veio acrescentar o Estatuto da Vítima no Código do Processo Penal. Este Estatuto contém medidas de proteção e promoção dos direitos das vítimas com base em vários princípios como o da igualdade, o do respeito e reconhecimento, o da autonomia da vontade, o da confidencialidade, o do consentimento, o da informação, e ainda o do acesso equitativo aos cuidados de saúde.

Esta Lei permitiu ainda a introdução de um novo título, que corresponde à condição de vítima, através do art.º 67º-A, que indica que é considerada vítima “i) a pessoa singular que sofreu um dano, nomeadamente um atentado à sua integridade física ou psíquica, um dano emocional ou moral, ou um dano patrimonial, diretamente causado por ação ou omissão, no âmbito da prática de um crime; ii) os familiares de

uma pessoa cuja morte tenha sido diretamente causada por um crime e que tenham sofrido um dano em consequência dessa morte” (Portugal, 2016, p. 45).

Acrescenta ainda a distinção entre a vítima e a vítima especialmente vulnerável. Esta última refere-se aos casos em que a “especial fragilidade resulte, nomeadamente da sua idade, do seu estado de saúde ou de deficiência, bem como do facto de o tipo, o grau e a duração da vitimização haver resultado em lesões com consequências graves no seu equilíbrio psicológico ou nas condições da sua integração social” (Portugal, 2016, p. 45).

Importa ainda referir a Lei nº 83/2015, de 5 de Agosto, que veio tipificar de forma autónoma o crime de perseguição e assédio persistente (*stalking*) através do Art.º 154º. A que se consubstancia no facto de “quem, de modo reiterado, perseguir ou assediar outra pessoa, por qualquer meio, direta ou indiretamente, de forma adequada a provocar-lhe medo ou inquietação ou a prejudicar a sua liberdade de determinação, é punido com pena de prisão até 3 anos ou pena de multa, se pena mais grave não lhe couber por força de outra disposição legal” (Lei nº 83/2015, de 5 de Agosto).

Embora esta Lei não se enquadre apenas nos casos de violência doméstica, a mesma conseguiu dar resposta a uma forma de expressão da violência existente, não raras vezes, nos casos de violência familiar e por parceiro íntimo colmatando, assim, uma falha legal que existia há vários anos.

De acrescentar ainda que em termos das penas acessórias passíveis de serem aplicadas a quem praticou o *stalking* encontram-se a proibição de contactos com a vítima, entre os 6 meses e os 3 anos, incluindo o afastamento da residência ou local de trabalho da mesma e a fiscalização por meios técnicos de controlo à distância; mas também pode existir a obrigação de frequentar programas específicos de prevenção, tal como ocorre na violência doméstica (Lei nº 83/2015, de 5 de Agosto).

Convém notar que ao contrário do Art.º 152º do Código Penal, o crime de perseguição e assédio persistente necessita de queixa por parte da vítima para iniciar o procedimento criminal.

Resumindo, de todas as alterações efetuadas, no âmbito da violência doméstica, é

possível distinguir as mais significantes, designadamente: “1) a eliminação definitiva dos requisitos de reiteração ou intensidade; 2) o alargamento do tipo relacional existente entre agente e vítima para a qualificação do crime de violência doméstica; 3) alargamento das possibilidades de aplicação de penas acessórias; 4) para além das situações de agravação em função do resultado, previsão da agravação em função das circunstâncias” (Duarte, 2012, p. 65).

Em Portugal, as alterações legislativas surgem num “contexto político e social de um movimento feminista frágil e fragmentado e na sequência de um conjunto de diretivas internacionais” (Faro, 2012, p. 19), ao qual acresce a consciencialização pública para o fenómeno em causa. Contudo, a par das transformações ao nível legal efetuadas ao longo dos anos, surgem também críticas, as quais são apresentadas de seguida.

### **3.2. Sistema judicial português: dificuldades da resposta ao crime de violência doméstica**

As mudanças legislativas efetuadas foram diversas, contudo, ainda subsistem lacunas relacionadas com a prática judicial, nomeadamente em torno da questão da reiteração, da aplicação das medidas de coação e das penas nos crimes de violência doméstica (Duarte, 2012).

A existência da reiteração no crime de violência doméstica é, ainda hoje, questionada pelos procuradores que lidam diariamente com estes casos. Por um lado, encontramos profissionais que afirmam que agir de forma reiterada no crime tem um impacto maior na avaliação do mesmo, mas, por outro lado, encontram-se outros profissionais que avaliam o crime sem ter em conta a reiteração, tal como consta na Lei.

No caso das medidas de coação aplicadas, denota-se que, apesar da ampliação das mesmas com as sucessivas revisões penais, na maioria dos casos de violência doméstica a medida mais aplicada trata-se do termo de identidade e residência (TIR), que segundo Duarte (2012) “ não confere qualquer proteção às vítimas [o] que as frustra naquelas que são as suas expectativas mais imediatas relativamente aos tribunais” (p. 5).

No domínio das penas aplicadas a crítica surge uma vez que apesar de existir um leque variado de penas possíveis, aquela que é mais aplicada é a pena de prisão

suspensa simples. Na aceção de alguns investigadores, este tipo de pena não confere qualquer tipo de proteção à vítima, além de que carrega o estereótipo de ser uma pena que produz o efeito de impunidade nos casos de violência doméstica.

Segundo Duarte (2011), o debate em torno da reiteração, da aplicação das medidas de coação e penas de prisão indica que “apesar [das] reformas legais progressistas, novos discursos e racionalidades se desenvolvem para justificar a continuidade da disparidade do género em situações de violência” (p. 7). Neste sentido, a autora afirma que apesar de ser consagrado o princípio da igualdade perante a Lei as mulheres são o grupo social mais afetado pelos mitos, preconceitos e estereótipos que constam nas leis e nos profissionais do sistema judicial (e.g., magistrados) (Idem, p. 7).

Em seguimento do que foi referido, Duarte (2011) indica os três principais estereótipos encontrados nas decisões judiciais acerca das vítimas do sexo feminino, designadamente a *Maria*, a *Eva*, e a *Super Mulher*.

O primeiro estereótipo refere-se às vítimas que permaneceram na relação abusiva, por causa dos compromissos familiares e conjugais, e denunciaram as agressões de que são vítimas num período mais tardio, uma vez que são economicamente dependentes do agressor e possuem baixas qualificações (Idem). Assim, nas decisões judiciais existe a imagem de uma mulher doméstica, “para quem a maternidade é a suprema realização, [sendo] inábil para tomar qualquer posição que implique autoridade sobre outras pessoas” (p. 7).

O estereótipo da *Eva* encontra-se nos casos onde as decisões judiciais apresentam uma atenuação dos comportamentos agressivos e dos atos violentos perpetrados pelo agressor, uma vez que para os magistrados a vítima teve comportamentos que incitaram tais atos. Deste modo, para Duarte (2011) ainda subsiste o ideal de que a vítima é “tentadora [o] que leva os homens a delinquir e que é também agente da sua própria vitimização, designadamente nos crimes sexuais” (p. 7).

Por último, a *Super Mulher* remete para as vítimas sem dependência económica do seu agressor e que têm carreiras profissionais sólidas, no entanto, ainda são subjugadas ao controlo do homem (Idem, p. 7).



Tal como Duarte (2011), também Lourenço, Lisboa e Pais (1997), afirmam que “os avanços da lei, no sentido da igualdade, da não discriminação, da penalização das ofensas corporais, mesmo entre cônjuges, ainda não integraram o quotidiano das pessoas, sendo muitas vezes as polícias a dissuadir as mulheres da prossecução da denúncia, o que reitera o domínio privado da violência conjugal” (p. 14).

A par disto, importa acrescentar a posição de Costa (2016) que refere que além dos próprios arguidos nos casos de violência doméstica não percecionarem os seus comportamentos violentos para com as vítimas como algo grave e com impactos significativos para as vítimas, o próprio enquadramento jurídico reforça esta minimização ao considerar situações de violência doméstica como meras ofensas à integridade física simples (crime que admite desistência de queixa por parte da vítima) (p. 8).

Nesse sentido, o autor alerta que “para uma melhor planificação da intervenção é fundamental perceber a forma como as escolhas comportamentais individuais são constrangidas pelas normas sociais dominantes, pelos papéis sociais e de género, pela forma como a sociedade estrutura as relações íntimas e constrói a imagem de homem e mulher” (Idem, p. 11).

Subjacente a esta questão, Costa (2016) refere ainda que é necessária uma articulação rápida e eficiente dos vários processos existentes entre os intervenientes de um caso de violência doméstica (e.g. processo de determinação das responsabilidades parentais, processo de divórcio), uma vez que “a ausência de articulação entre os processos pode colocar as vítimas/sobreviventes em situação de maior risco” (Idem, p. 26).

Além da falta de articulação entre processos o autor chama à atenção para o facto de existir uma violência disfarçada e oculta de nível institucional, nomeadamente pelo facto das audiências em tribunal e o próprio julgamento se apresentarem como “momentos que agravam o nível de risco para a vítima/sobrevivente, uma vez que o agressor pode recorrer a atos de intimidação e ameaça, como forma de desencorajar em levar para a frente o processo” (Idem, p. 27).

Na perspetiva de Costa (2016), é necessário a existência de salas de inquirição/interrogatório específicas, nos Departamentos de Investigação e Ação Penal, no sentido de que a prestação de declarações por parte da vítima não deve ser efetuada em espaços partilhados. Desta forma, o autor identifica medidas de proteção que devem ser tidas em consideração na prática judiciária do Ministério Público em casos de violência doméstica, designadamente “a prestação de declarações para memória futura; os mecanismos de proteção de testemunhas; o acesso a instalações de espera separadas, evitando o contacto entre vítima/sobrevivente e o agressor; o estabelecimento de períodos de tempo diferenciados para a vítima/sobrevivente e para o agressor no momento de saída do tribunal; e mecanismos de segurança e de informação à vítima, de forma atempada e segura, de todas as decisões judiciais” (Idem, p. 27).

Em jeito de conclusão, pode-se afirmar que a prática judiciária e a evolução legislativa apesar de terem evoluído, e muito, no âmbito do reconhecimento dos direitos da mulher e da violência doméstica, ainda apresentam mitos, estereótipos e falhas ao conduzirem os processos, ao inquirir as vítimas, ao minimizarem a violência e ao perpetuarem modelos sociais que regulam as relações de género.

Tendo presente esta revisão teórica, procurou-se elaborar um plano metodológico para colocar em prática no decorrer do estágio curricular, este será apresentado no capítulo seguinte.

## **Capítulo II. – Plano metodológico do estudo**

Neste capítulo será efetuada uma exposição dos principais objetivos do estágio e os eixos de análise considerados no decorrer da investigação. A par disto, refere-se ainda o plano metodológico, as técnicas de pesquisa, assim como, as técnicas de amostragem usadas para a seleção dos inquéritos analisados.

### **1. Objetivos do estágio, eixos de análise e hipóteses de pesquisa**

A escolha da temática do presente estudo tem como principais motivos, quer o interesse científico, quer a curiosidade pessoal em compreender as dinâmicas da violência doméstica na cidade do Porto, mas também do próprio sistema judicial português e os modos de sanção deste flagelo social.

Ao nível da pertinência científica, é possível afirmar que a presente investigação tornou possível abordar o fenómeno a partir de um olhar sociológico no interior de uma instituição legal, designadamente o Departamento de Investigação e Ação Penal do Porto (DIAP-Porto).

O principal objeto em estudo trata da violência doméstica no seu sentido mais lato, tal como já foi referido. A partir desta definição procurou-se analisar os crimes de violência doméstica na cidade do Porto, as suas características, os seus intervenientes e a forma como a justiça lida com este tipo de crime. Posto isto, emergiram duas perguntas de partida: *Quais são as principais características dos crimes de violência doméstica na cidade do Porto? Que respostas jurídico-legais são dadas aos crimes de violência doméstica e que representações os profissionais têm acerca desta problemática?*

Delineadas as perguntas de partida, traçaram-se os seguintes objetivos, que se pretendia ver cumpridos ao longo do estágio curricular:

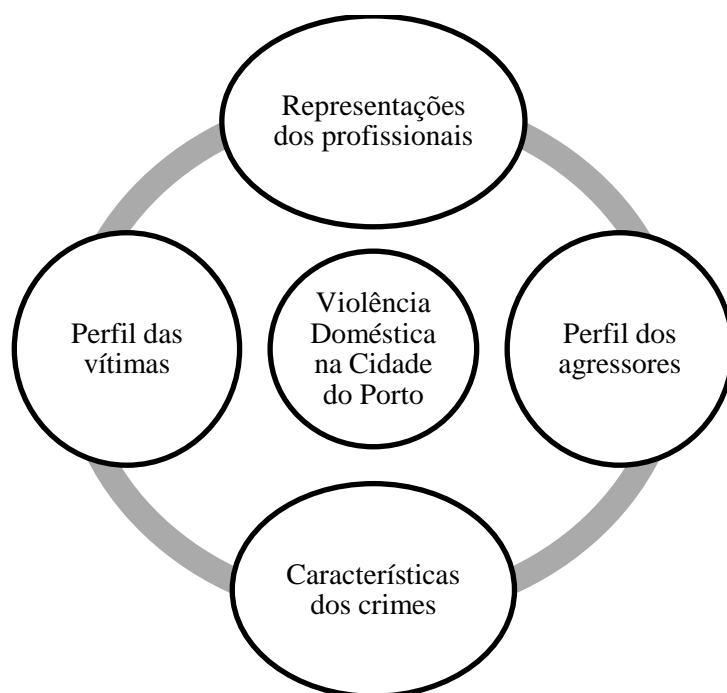
- estudar as causas da violência doméstica (e.g., sociais, psicológicas, culturais, económicas, de género, etc.);
- recolher e tratar fontes documentais, no sentido de construir

possíveis perfis de agressores e vítimas nos crimes de violência doméstica na cidade do Porto;

- analisar todo o processo investigatório realizado pelos profissionais ao nível dos crimes de violência doméstica, desde o 1º interrogatório judicial até à fase de julgamento em caso de acusação por parte do Ministério Público;
- recolher informação sobre as principais medidas de coação, colocadas em prática pelo Ministério Público, assim como os principais motivos de arquivamento dos inquéritos de violência doméstica;
- compreender a coordenação efetuada entre o sistema judicial, as forças de segurança, as organizações não-governamentais e demais instituições que possam estar envolvidas no domínio da ação preventiva e reabilitadora de casos relacionados com a violência doméstica;
- recolher, tratar e analisar as representações que os profissionais do Ministério Público têm sobre a violência doméstica, as vítimas e agressores, mas também sobre as mudanças legislativas;
- analisar as dinâmicas entre os profissionais, nomeadamente o modo como eles cooperam entre si, quais as suas funções, qual a posição na organização, e ainda o tipo de competências e de recursos que os profissionais mobilizam quando lidam com os casos de violência doméstica.

A partir dos objetivos de estágio delinearam-se os eixos de análise que orientam o presente estudo e que se podem observar na figura 1 a seguir apresentada.

*Figura 1- Eixos de análise do estudo.*



Tal como se pode observar na figura 1, a investigação efetuada incidu sobre três eixos de análise, a saber: i) a construção de perfis de agressores e vítimas; ii) a análise das principais características dos crimes de violência doméstica na cidade do Porto; iii) as representações dos profissionais sobre esta temática.

Decorrente dos eixos de análise e da revisão da literatura efetuada surgiram algumas hipóteses teóricas que se tornam pertinentes para a investigação a ser conduzida no estágio.

A revisão do estado da arte permitiu depreender que a violência doméstica se encontra, de igual modo, relacionada com fatores estruturais. Por outras palavras, em momentos de privação económica ou taxas de desemprego elevadas são períodos marcados pelo aumento dos crimes contra as pessoas, nomeadamente a violência doméstica. Neste sentido, surge a primeira hipótese de pesquisa: *Os indivíduos em situação de desemprego são mais propensos à prática da violência doméstica do que aqueles que se encontram empregados.*

Tal como já se observou, anteriormente, existe um debate em aberto sobre a existência de simetria de género ou não na violência doméstica (Johnson, 2005, 2010;

Anderson, 2005, 2010, 2013; Stark, 2010). É deste dilema que se retira a segunda hipótese de investigação, nomeadamente *os agressores do sexo feminino têm uma menor incidência do que os agressores do sexo masculino nas suas relações de intimidade e familiares*.

A partir do corpo teórico verifica-se que as formas de expressão de violência não são sempre iguais (Dias, 2004; Krebs *et al.*, 2011; Breiding *et al.*, 2015), sendo que podem variar consoante o agressor, mas também consoante o género deste (Mize e Shackelford, 2008). Assim, tem-se como terceira hipótese que *indivíduos do sexo masculino veiculam formas de violência mais físicas enquanto os indivíduos do sexo feminino perpetraram formas de violência do foro emocional e psicológico*.

Em termos do sistema judicial sabe-se que este é uma das principais portas de entrada à rede de apoio, que existe para as vítimas de violência, ao disponibilizar os serviços das forças de segurança, do próprio tribunal, dos serviços de proteção de crianças e ainda de informação e aconselhamento jurídico. É também neste sistema que se encontram atores-chave (e.g., magistrados, polícias, oficiais de justiça, juízes, etc.) que lidam diariamente com as vítimas e agressores em casos de violência doméstica.

Por meio da revisão da literatura, verificou-se que a forma como o sistema judicial encara as vítimas do sexo masculino é igual à forma como lida com as vítimas femininas, não havendo, por isso, diferenças de género a este nível (Stark, 2010). Com isto, surge uma nova hipótese de trabalho, *os profissionais do sistema judicial não diferenciam as vítimas e os agressores de violência doméstica pelo seu género, adotando posturas e discursos iguais quer para as mulheres, quer para os homens*.

Por forma a dar resposta aos objetivos de estágio e às hipóteses teóricas apresentadas foi necessário adotar uma metodologia que fosse o mais adequada possível ao objeto em estudo, permitisse o cruzamento de técnicas de recolha de dados e que não interferisse na dinâmica de trabalho diário dos funcionários.

## **2. Método, técnicas e amostras.**

O debate entre as abordagens quantitativas e qualitativas continua a estar muito

presente na investigação sociológica. O modelo quantitativo parte de um conhecimento prévio do manancial teórico existente sobre o objeto de estudo para a construção de hipóteses teóricas, que, posteriormente, deverão ser testadas (Duarte, 2009, p. 6). Nesta abordagem, os instrumentos de recolha são predefinidos, a dimensão amostral deve ser representativa e os dados extraídos devem permitir a generalização dos resultados para a população (Idem, p. 6).

Por seu turno, o modelo qualitativo vai formulando os pressupostos teóricos à medida que a investigação decorre. Assim, “mais do que testar teorias, procura-se descobrir novas teorias empiricamente enraizadas” (Idem, p.7). Numa abordagem qualitativa privilegia-se a importância da amostra e não a sua representatividade, assim como, vai-se construindo e reformulando as hipóteses ao longo do estudo, isto porque, “a abordagem da investigação qualitativa exige que o mundo seja examinado com a ideia de que nada é trivial, que tudo tem potencial para constituir uma pista que nos permita estabelecer uma compreensão mais esclarecedora do nosso objeto de estudo” (Bogdan e Biklen, 1994, p. 10).

Não obstante as características de cada abordagem metodológica, no presente estudo, em termos metodológicos optou-se por colocar em prática um modelo misto, onde se cruza uma abordagem quantitativa e qualitativa. Partindo de uma análise quantitativa sobre os crimes de violência doméstica cometidos na cidade do Porto foi realizada, posteriormente, uma análise mais aprofundada sobre as representações sociais dos magistrados sobre este tipo de crime, formas de expressão da violência, características e relação com a justiça dos intervenientes no processo, e ainda acerca da evolução legislativa neste domínio.

Segundo Creswell (2014), o método misto consiste num modelo de investigação completo que pode assumir várias formas para obter conclusões sobre a realidade social em estudo. Este método foca-se na recolha e análise de dados quantitativos e qualitativos que incidem sobre um mesmo objeto de estudo, o que torna o nosso conhecimento sobre a realidade social em causa mais aprofundado e amplo (p. 4).

O uso de uma metodologia mista neste projeto permitiu efetuar um cruzamento

metodológico a partir da combinação de métodos de investigação diferentes para medir uma mesma unidade de análise (Moreira, 2007). Atendendo ao referido, procedeu-se a um cruzamento dos dados, no sentido de que se fez uso de várias fontes de informação sobre a violência doméstica, nomeadamente fontes documentais, observação e ainda as entrevistas semiestruturadas, por forma existir um contraste da informação recolhida (Idem).

Na perspetiva de Duarte (2009), “o principal objectivo da integração de métodos [é] a convergência de resultados de investigação, resultados que seriam válidos se conduzissem às mesmas conclusões” (p. 12).

Posto isto, colocou-se em prática a observação direta, a análise documental e as entrevistas semiestruturadas como principais técnicas de recolha de dados.

A observação direta é um método de investigação social que permite captar “os comportamentos no momento em que eles se produzem e em si mesmos, sem a mediação de um documento ou de um testemunho” (Quivy, 2008, p. 196). Durante o estágio foi possível desenvolver um registo diário das dinâmicas entre os diversos profissionais e compreender as hierarquias, as funções e os trâmites processuais necessários à fase de inquérito.

Deste modo, foi possível “estar atento ao aparecimento ou à transformação dos comportamentos, aos efeitos que eles produzem e aos contextos em que são observados” (Idem, p. 196). Por forma, a catalogar os dados extraídos da observação direta criaram-se grelhas de observação que tinham em conta as seguintes componentes: local, duração, perfis-tipo dos intervenientes, tipo de atividade observada, decoração, modos de apresentação, modalidades de interação, linguagem cinética e relação com espaço físico.

Esta técnica permitiu, numa fase inicial do estágio, conhecer a cultura organizacional implementada no DIAP-Porto e as rotinas. Posteriormente foi tomada como uma técnica de recolha de dados fulcral, no sentido de que, enquanto agente passivo, no decorrer dos atos de investigação da 1ª secção do DIAP-Porto, só através da observação direta se conseguiu extrair informação essencial para a compreensão dos



trâmites processuais, do molde de inquirição, e ainda das condutas e posturas dos profissionais perante as vítimas, os agressores e as testemunhas.

Desta forma, a observação direta incidiu sobre os autos de inquirição a vítimas e testemunhas, conduzidos pelos magistrados e pelos oficiais de justiça, e ainda os autos de interrogatório e 1º interrogatório, que eram desenvolvidos nas instalações da 1ª secção, nos gabinetes de inquirição, ou ainda na 1ª secção de Instância Central de Instrução Criminal. Deste acompanhamento realizado obtiveram-se no total 13 observações diretas dos atos de investigação, que serão, posteriormente, analisadas em profundidade no capítulo referente aos resultados.

Foi estipulado que a análise documental iria incidir sobre os inquéritos arquivados da 1ª secção do DIAP-Porto referentes aos crimes de violência doméstica contra cônjuge ou análogo, contra menores e contra outros, ocorridos entre 31 de Agosto de 2014 e 31 de Agosto de 2015<sup>5</sup>.

Com isto, foi construída de raiz uma base de dados recorrendo ao programa informático de análise estatística *IBM SPSS Statistics 21*, e tendo em conta as variáveis encontradas (e consideradas pertinentes) no decorrer da análise documental efetuada aos inquéritos arquivados.

Deste modo, extraíram-se informações ao *nível sociodemográfico dos intervenientes* (e.g., sexo, idade, estado civil, situação perante o trabalho, nível de escolaridade), ao *nível dos fatores de risco* (e.g., consumo de álcool e/ou drogas, acesso a armas, historial de agressões, registo criminal, dependência económica da vítima e do agressor, existência de redes de apoio à vítima), ao *nível espaço-temporal* (e.g., período do dia da ocorrência, mês do ano da ocorrência, espaço onde ocorreram as agressões, freguesia da cidade do Porto), ao *nível das formas de expressão da violência colocadas*

---

<sup>5</sup> De referir que se numa primeira fase era esperado desenvolver uma base de dados com foco nos processos pendentes e arquivados relativos ao período temporal de 2008-2015, tal verificou-se ser inviável mais tarde. Por forma, a colmatar os constrangimentos organizacionais (e.g., inspeção dos profissionais no decorrer do estágio; impossibilidade de consultar uma amostra representativa que era proposta inicialmente; nomeação do tipo de crime nem sempre coincidente; falha informática do programa Citius no ano de 2014) e a cumprir a duração do estágio procedeu-se à reformulação do período a analisar.

*em prática, ao nível processual* (e.g., motivo de arquivamento do inquérito, ano de arquivamento, existência de testemunhas, histórico de queixas anteriores), entre outras.

Posteriormente procedeu-se ao cálculo da dimensão amostral a analisar, sendo que no período em questão existiam cerca de 600 inquéritos arquivados pela 1ª secção do DIAP-Porto. Deste total, contam-se 442 inquéritos relativos à violência doméstica contra cônjuge ou análogo, 155 por violência contra outros e 3 por violência doméstica contra menores. Na medida em que estes últimos apresentam um número demasiado pequeno para serem representados amostralmente, optou-se pela junção dos crimes de violência doméstica contra outros e contra menores, perfazendo um total de 158 inquéritos.

Neste sentido, o cálculo da amostra teve um universo de 600 inquéritos arquivados com máxima dispersão 0,5 e um nível de confiança de 95%, obtendo uma amostra de 234 inquéritos a analisar.

De seguida, efetuou-se uma seleção aleatória estratificada, por meio do programa informático *Randomizer*, dos dois grupos de crimes a estudar. No total foram selecionados 171 inquéritos por violência contra cônjuge ou análogo e 63 inquéritos por violência contra outros<sup>6</sup>.

A análise documental e, posterior, elaboração da base de dados permitiu a identificação dos perfis dos agressores e das vítimas, assim como, a obtenção das principais características dos crimes de violência doméstica na cidade do Porto, que serão analisadas, juntamente com os perfis no capítulo IV.

Numa segunda fase da investigação, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, no sentido de analisar as representações sociais dos profissionais que lidam diretamente com os casos de violência doméstica.

O principal motivo pela escolha deste tipo de entrevista prende-se com o facto desta se situar num nível intermédio, isto é, permite “que o próprio entrevistado

---

<sup>6</sup> Convém notar que o número de processos selecionados obteve-se a partir do cálculo das proporções amostrais para cada um dos grupos de processos em estudo. Assim, feitas as contas para os processos de violência doméstica contra cônjuge ou análogo foram selecionados 73% dos casos e para os processos de violência doméstica contra outros e menores foram selecionados 27% do total de inquéritos arquivados no período em análise.

estruture o seu pensamento em torno do objetivo perspectivado (...) [e] elimina do campo de interesse diversas considerações para as quais o entrevistado se deixa naturalmente arrastar, ao sabor do seu pensamento, e exige o aprofundamento de pontos que ele próprio não teria explicitado” (Albarello, Digneffe, Hiernaux, Maroy, Roquoy e Saint-Georges, 1997, p. 87).

Deste modo, o papel do entrevistador deriva da “linha de pensamento do seu interlocutor, ao mesmo tempo que zela pela pertinência das afirmações relativamente ao objectivo da pesquisa, pela instauração de um clima de confiança e pelo controle do impacte das condições sociais da interacção sobre a entrevista” (Albarello *et al.*, 1997, p. 95).

Neste sentido, as entrevistas semiestruturadas foram uma técnica fundamental no presente estudo, uma vez que, permitiram recolher significados e representações atribuídas pelos indivíduos acerca da violência doméstica. No total, foram realizadas quatro entrevistas<sup>7</sup> que tinham como principal objetivo conhecer as representações dos magistrados da 1ª secção acerca da violência doméstica, da família e da evolução legislativa, em Portugal, no domínio em causa.

No que concerne à dimensão amostral referente às entrevistas, convém notar que “o critério que determina o valor da amostra passa a ser a sua adequação aos objectivos da investigação (...) [assim] os indivíduos não são escolhidos em função da importância numérica da categoria que representam, mas antes devido ao seu carácter exemplar” (Idem, p. 103).

Por forma a colocar em prática esta técnica, elaborou-se um guião de entrevista<sup>8</sup> com um conjunto de perguntas pré-estabelecidas, no sentido de que estas “devem ser comparáveis, de modo a que quando surgem diferenças entre entrevistados estas se possam atribuir a variações reais de resposta” (Moreira, 2007, p. 206). O guião foi

---

<sup>7</sup> O número de entrevistas realizadas é reduzido, no sentido de que apenas existem quatro magistrados afetos aos crimes de violência doméstica, não sendo, assim, possível realizar mais entrevistas. Além disto, convém notar que, inicialmente era proposta a realização de entrevistas a outros profissionais, como oficiais de justiça e órgãos de polícia criminal. No entanto, acabou por se tornar inviável devido às limitações de tempo quer do próprio estágio, quer da disponibilidade dos próprios profissionais.

<sup>8</sup> Ver o anexo 1.

estruturado em quatro grandes tópicos, nomeadamente caracterização sociodemográfica dos entrevistados; família e violência doméstica; Direito, Justiça e violência doméstica; e, por fim, expectativas dos profissionais em relação ao futuro.

No domínio da análise dos dados importa referir que foram utilizadas duas abordagens de análise, devido ao facto da própria natureza dos dados ser diferente, assim efetuaram-se análises estatísticas e análises de conteúdo.

A análise estatística foi, meramente, descritiva em termos das variáveis que incidem sobre as características sociodemográficas dos agressores e das vítimas nos inquéritos analisados, no sentido de compreender e observar as tendências mais expressivas. A par disto, foram efetuadas ainda análises univariadas e bivariadas sobre os restantes dados, como por exemplo, fatores de risco, periodicidade das ocorrências, formas de expressão da violência colocadas em prática, e ainda, do âmbito processual.

A análise de conteúdo pode ser definida como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens” (Bardin, 1977, p. 42).

No presente estudo, optou-se por realizar uma análise temática (ou categorial) das entrevistas e que consiste na recolha dos “núcleos de sentido que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição podem significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido” (Idem, p. 105). Assim, procedeu-se ao corte do texto segundo temas<sup>9</sup>, uma vez que, permite estudar de uma forma mais aprofundada as opiniões, as atitudes, os valores e as representações dos magistrados sobre a violência doméstica.

No capítulo seguinte é apresentada a instituição acolhedora, uma breve descrição das atividades realizadas no âmbito do estágio curricular, mas também é efetuada uma reflexão sobre a experiência e competências adquiridas no mesmo.

---

<sup>9</sup> Ver o anexo 2 referente à grelha de análise de conteúdo.

### **Capítulo III. – O estágio**

No presente capítulo, procura-se expor as principais características da instituição acolhedora, por meio da descrição das suas competências, dos seus objetivos e ainda dos profissionais que fazem parte da mesma.

Posteriormente efetua-se uma breve descrição das atividades desenvolvidas ao longo do estágio curricular, assim como se procede a uma reflexão sobre os problemas organizacionais, os conhecimentos e competências adquiridas no decurso do mesmo.

#### **1. A instituição: competências, profissionais e objetivos**

O Departamento de Investigação e Ação Penal da Comarca do Porto (DIAP) tem sede na cidade do Porto<sup>10</sup>, situado mais precisamente na Rua de Camões, mas também apresenta secções locais noutros municípios, como Matosinhos, Maia, Vila Nova de Gaia, Valongo, Santo Tirso, Póvoa de Varzim, Vila do Conde e Gondomar. Esta instituição foi criada ao abrigo do Art.º 94.º, nº1 do Decreto-Lei nº49/2014, de 27 de março, sendo que a sua organização deriva do Estatuto do Ministério Público (EMP) (DIAP, 2016).

Ao DIAP compete dirigir o inquérito e exercer a ação penal por crimes cometidos na área da Comarca do Porto, mas também lhe compete pelos “crimes indicados no artigo 47.º do EMP, quando a atividade criminosa ocorrer em comarcas pertencentes ao extinto distrito judicial do Porto e na comarca de Aveiro; (...) a crimes de manifesta gravidade e a complexidade ou a dispersão territorial da atividade criminosa justificarem a direção concentrada da investigação; (...) aos crimes de natureza estritamente militar praticados nas áreas dos extintos distritos judiciais de Porto e Coimbra” (DIAP, 2016).

Esta instituição tem como principal objetivo a investigação criminal e nesse sentido apresenta secções de competências especializadas, semiespecializadas e genéricas. O estágio curricular desenvolvido foi realizado na 1ª secção a qual é especializada nos crimes de violência doméstica, de maus tratos, nos crimes contra

---

<sup>10</sup> Ver o anexo 3.

pessoas vulneráveis e nos crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual.

Ao nível da sua caracterização, é possível afirmar que a 1ª secção é constituída por oito oficiais de justiça e quatro magistrados, sendo que estes últimos se subdividem em três procuradores-adjuntos e um procurador da república.

Os oficiais de justiça são categorizados em diferentes tipos, designadamente técnico de justiça principal (também referido como chefe da secção), técnico de justiça-adjunto e técnico de justiça auxiliar.

Segundo o EMP, os procuradores da república devem representar o Ministério Público (MP) “nos tribunais de 1.ª instância, devendo assumir pessoalmente essa representação quando o justifiquem a gravidade da infracção, a complexidade do processo ou a especial relevância do interesse a sustentar, nomeadamente nas audiências de tribunal colectivo ou do júri; orientar e fiscalizar o exercício das funções do MP e manter informado o Procurador-Geral distrital; emitir ordens e instruções; conferir posse aos procuradores-adjuntos; proferir as decisões previstas nas leis de processo; definir formas de articulação com órgãos de polícia criminal, organismos de reinserção social e estabelecimentos de acompanhamento, tratamento e cura; exercer as demais funções conferidas por lei” (Procuradoria-Geral da República, 2013, pp. 51-52).

No caso dos procuradores-adjuntos, estes exercem funções nas comarcas segundo as leis de organização judiciária, mas compete aos mesmos representar o MP nos tribunais de 1.ª instância e outras funções conferidas por lei ou pela distribuição do serviço elaborada pelo Procurador da República competente (Idem).

Além destes profissionais, também existia um lugar ocupado na 1ª secção pelo estagiário de Psicologia, que desempenhava funções de apoio à vítima de violência doméstica em forma de consulta gratuita.

No corrente ano judicial, que teve início no ano de 2015, o DIAP apresentou objetivos processuais divididos em áreas prioritárias, qualidade da ação e celeridade.

Em termos das áreas prioritárias é dado ênfase à violência doméstica, proteção de vítimas e ainda aos direitos das crianças, jovens e idosos.

Deste modo, é esperado que o DIAP, em termos da violência doméstica,

desenvolva uma maior articulação entre os magistrados das várias secções por meio de reuniões de trabalho; incremente as reuniões periódicas entre os órgãos de polícia criminal (OPC) e os magistrados que desenvolvam o seu trabalho no domínio da violência doméstica; dinamize ações de formação no âmbito das reações da vítima, *workshops* e seminários em que os magistrados transmitam todo o seu conhecimento e experiência; efetue mais reuniões com organismos como os hospitais e escolas, no sentido de prevenir, antecipar e reprimir situações de riscos; e por último, divulgue a atuação do MP em atividades desenvolvidas por outras entidades (Loureiro, 2015, p. 2).

No domínio da proteção de vítimas a instituição propõe-se a aperfeiçoar o atendimento à vítima por meio do Gabinete de Atendimento e Informação à Vítima (GAIV) da Polícia de Segurança Pública (PSP); intensificar a colaboração com organizações de apoio à vítima e instituições especializadas no apoio psicológico; procurar apoio financeiro ao nível europeu no âmbito de projetos de apoio à vítima; e ainda estabelecer protocolos com universidades (Idem, p. 3).

Em relação aos direitos das crianças e jovens e direitos dos idosos, o DIAP pretende desenvolver reuniões de sensibilização com os profissionais de lidam diretamente crianças e idosos; desenvolver redes de cooperação com organizações que prestem apoio e trabalhem neste âmbito; mas também desenvolver um trabalho ativo no sentido de prestar atenção aos casos mais graves de violência e/ou abuso (Idem, p. 3).

A qualidade da ação do DIAP centra-se em grandes dimensões, nomeadamente a existência de uma visão integrada da intervenção do MP nas diferentes fases processuais, instâncias e diversas jurisdições; o reforço da direção do inquérito; a articulação com os OPC e outras entidades; o atendimento de qualidade ao público; a simplificação da intervenção do MP; e ainda a cooperação judiciária internacional (Idem, p. 4).

A questão da celeridade deve-se ao facto de ser necessário a existência de uma decisão de méritos em tempo útil e a acessibilidade seja igual para todo o público (Idem, p. 5).

Subjacente aos objetivos supracitados, convém referir que no decorrer do estágio

se encontrava implementado o projeto “Um Passo Mais”, dinamizado pela própria instituição e que já existe há três anos.

O projeto “Um Passo Mais” permitiu criar uma equipa especializada sobre os crimes de violência doméstica e uma rede de cooperação entre a Polícia de Segurança Pública (PSP), a Faculdade de Direito da Universidade do Porto, o Instituto de Medicina Legal (INML) e o próprio DIAP-Porto. Com isto, foram efetuadas ações de formação dos agentes de autoridade por parte dos magistrados, no sentido de dar mais apoio às vítimas ao nível do GAIV.

O projeto permitiu a existência de uma disponibilidade total dos magistrados da 1ª secção para possibilitar uma maior celeridade dos processos e, com isto, dar resposta às vítimas no menor tempo possível. Deste modo, o projeto “Um Passo Mais” tem como principais objetivos a proteção da vítima, a diminuição do sentimento de insegurança, o aumento da confiança nas forças de segurança e na Justiça, o aumento da celeridade processual, e ainda, a diminuição da reincidência dos crimes de violência doméstica.

Embora o estágio no DIAP-Porto seja o principal foco na análise da presente investigação, por forma a conhecer, compreender e analisar toda a estrutura investigatória e de intervenção, isto é, efetuar o acompanhamento dos inquéritos desde o 1º interrogatório judicial até à fase de julgamento, foi necessária a deslocação a outros locais, onde são realizadas algumas fases do processo, nomeadamente a 1ª secção de Instância Central de Instrução Criminal e a Instância Local Criminal.

### **1.1. A 1ª secção de Instância Central de Instrução Criminal e a Instância Local Criminal**

Os locais supracitados permitiram o acesso à fase de 1º interrogatório judicial de um arguido e de aplicação de medidas de coação, mas também à fase de julgamento e aplicação de sentenças.

A 1ª secção de Instância Central de Instrução Criminal situa-se no mesmo edifício do DIAP e a sua competência é determinada segundo o Art.º 119º da Lei n.º 62/2013, de 26 de agosto, que refere que as secções de instrução criminal devem “proceder à instrução criminal, decidir quanto à pronúncia e exercer as funções jurisdicionais relativas ao inquérito, salvo nas situações previstas na lei, em que as funções



jurisdicionais relativas ao inquérito podem ser exercidas pelas secções de competência genérica da instância local” (Lei n.º 62/2013, de 26 de agosto).

Esta secção tem, tal como já foi referido, oficiais de justiça e magistrados, contudo o interrogatório é presidido pelo juiz de instrução que tem como competência “proceder à instrução, decidir quanto à pronúncia e exercer todas as funções jurisdicionais até à remessa do processo para julgamento, nos termos prescritos” no CPP (Portugal, 2016, p. 31).

O juiz de instrução deve efetuar o 1º interrogatório judicial ao arguido detido e aplicar medidas de coação, mas também no decorrer do inquérito pode ordenar a realização de perícias, exames, buscas domiciliárias, apreensões e escutas (Idem, p. 122).

Por seu turno, a Instância Local Criminal situa-se na Rua do Bolhão, no Porto, onde se procedem aos julgamentos em tribunal singular. Segundo a Lei n.º 20/2013 de 21 de Fevereiro, o tribunal singular tem como principal competência julgar os processos que por lei não couberem na competência dos tribunais de outra espécie; ou respeitarem a crimes previstos no título V do livro II do Código Penal; ou cuja pena máxima seja igual ou inferior a 5 anos de prisão; ou que sejam julgados em processo sumário (Idem, p. 30).

Em termos dos oficiais de justiça estes podem-se subdividir em três tipos, nomeadamente escrivão de direito, escrivão-adjunto e escrivão auxiliar.

Tendo em conta todas as características, supracitadas, da instituição e dos objetivos de estágio delineados no capítulo anterior procedeu-se à estruturação das tarefas a serem desenvolvidas no âmbito do estágio. Estas serão apresentadas no ponto seguinte.

## **2. O papel do sociólogo: tarefas desenvolvidas no âmbito do estágio curricular**

O estágio foi realizado entre o mês de Fevereiro e início de Junho, o que equivale a 500 horas de trabalho na instituição em colaboração com os magistrados e demais

funcionários da 1ª secção do DIAP-Porto. Inicialmente foram propostas as seguintes tarefas a realizar no âmbito do estágio:

i) o acompanhamento dos inquéritos;

ii) o acompanhamento, na 1ª secção de Instância Central de Instrução Criminal, da apresentação do suspeito detido a primeiro interrogatório;

iv) a observação dos diversos atos de investigação realizados pelos Procuradores da República, Procuradores Adjuntos e oficiais de justiça que lidam diretamente com os casos de violência doméstica;

v) a recolha e tratamento da informação para a construção de uma base de dados atualizada sobre os crimes de violência doméstica, com vista à identificação dos perfis de agressores e de vítimas, das características dos crimes e dos próprios inquéritos;

vi) o acompanhamento de um julgamento pelo crime de violência doméstica.

Decorrente disto, realizou-se uma reunião com a supervisora de estágio, no sentido de debater as tarefas a desempenhar, os objetivos estabelecidos, mas também esclarecer algumas dúvidas ao nível do Direito e dos trâmites processuais.

Consequentemente foi proporcionada a oportunidade de efetuar uma análise documental dos inquéritos pendentes<sup>11</sup> da 1ª secção, isto porque existia a necessidade de compreender os procedimentos jurídico-legais. Com a análise preliminar dos inquéritos pendentes verificou-se a existência de múltiplas designações dos crimes de violência doméstica, tais como, violência contra cônjuge ou análogo, violência contra outros (e.g., idosos, tios, irmãos) e violência contra menores. Paralelamente constatou-se que o auto de denúncia/participação policial/queixa criminal é remetido à secção de informática, sendo apresentado com carácter urgente ao magistrado de turno e classificado para poder ser distribuído à 1ª secção. No entanto no decorrer da investigação a classificação do crime pode ser alterada.

Com isto, obteve-se informação acerca dos crimes de violência doméstica o que permitiu delinear os eixos de análise do presente estudo, mas também planear a recolha

---

<sup>11</sup> Estes inquéritos correspondem a processos que ainda não tiveram decisão final, ou seja, são processos que aguardam a prática de atos ou diligências pelo tribunal ou pelas partes, ou ainda são processos que aguardam a ocorrência de determinados prazos.

e tratamento dos dados constantes nos inquéritos.

Ainda na primeira semana de estágio desenvolveram-se algumas tarefas que possibilitaram, além da recolha dos dados, a identificação da cultura organizacional da instituição, mas também o contacto com os casos de violência doméstica.

Tratando-se de uma instituição formal, existiram alguns constrangimentos, nomeadamente o facto de não poder desempenhar um papel ativo com as vítimas, os agressores e as testemunhas. Por forma a colmatar este obstáculo procedeu-se à observação das dinâmicas dos técnicos de justiça-auxiliares, dos técnicos de justiça-adjuntos e dos magistrados no seu quotidiano, designadamente os autos de inquirição, de declarações, de interrogatório, 1º interrogatório judicial e ainda o julgamento de um crime de violência doméstica.

Através da observação dos atos de investigação praticados pelos profissionais foi possível depreender que existe um claro ritual no âmbito das diligências, uma vez que existe uma série de frases-tipo que fazem parte destas atividades, como por exemplo: *“Deve dizer a verdade e só a verdade”*, *“Tem o direito a remeter-se ao silêncio”*, *“Sempre que se sentir ameaçada ou for procurada pelo agressor deve dirigir-se à esquadra e manter o contacto com a mesma caso necessite de apoio ou ocorra mais alguma situação de violência”*, *“Deseja prosseguir com o procedimento criminal?”*.

Posteriormente foi proporcionado pela instituição a participação no “Colóquio de Violência Doméstica”, realizado nas instalações do DIAP-Porto e que permitiu a partilha de conhecimentos, visões e estratégias das mais variadas áreas (e.g., Direito, Psicologia e Sociologia). Este colóquio possibilitou aprofundar o conhecimento sobre o projeto “Um Passo Mais” implementado na instituição acolhedora, compreender as dificuldades que o crime de violência doméstica apresenta ao sistema de justiça criminal português, mas também a importância das respostas que são dadas a este crime.

Com o contacto diário com os oficiais de justiça da 1ª secção do DIAP-Porto tornou-se possível acompanhar as suas atividades como, por exemplo, o cumprimento de despachos, junção de documentos aos inquéritos, diligências e atendimento ao público entre outros. A par desta tarefa, foi desenvolvida a consulta das listagens e dos

mapas estatísticos do Ministério Público, com a ajuda e supervisão da técnica de justiça principal da secção supramencionada.

Após a reformulação do período de análise, já discutido no capítulo anterior, procedeu-se à consulta dos inquéritos arquivados e à recolha dos dados mais pertinentes para a identificação dos perfis dos intervenientes nos crimes de violência doméstica, assim como as características dos crimes que ocorrem na cidade do Porto.

Por último, foi realizada uma reunião final com a supervisora de estágio para apresentar alguns resultados preliminares, refletir sobre o trabalho desenvolvido, as competências adquiridas e ainda sobre as etapas seguintes do presente relatório.

Seguidamente será efetuada uma breve reflexão sobre a experiência do estágio curricular e da mais-valia que este foi quer para a autora, quer para a própria instituição acolhedora.

### **3. Olhar retrospectivo: uma reflexão sobre o estágio desenvolvido**

A Sociologia enquanto ciência é recente e enquanto profissão debate-se com algumas dificuldades de inserção no mercado de trabalho não só porque existe uma panóplia de papéis que o sociólogo pode assumir profissionalmente, como pelo facto do conhecimento sociológico, por vezes, confundir-se com o senso comum (Costa, 2004; Pinto, 2004). Com isto, compreende-se o certo desconhecimento acerca do papel dos sociólogos no seio dos profissionais da justiça. Contudo o interesse em conhecerem melhor a Sociologia e a sua colaboração no presente estudo revela o potencial que esta área disciplina pode ter no sistema de justiça criminal.

Ainda que no início do estágio se tenha sentido algumas dificuldades ao nível da compreensão e descodificação da linguagem jurídica e dos próprios trâmites processuais, a integração no seio da cultura organizacional colmatou esses défices de conhecimento. Paralelamente, a oportunidade de trabalhar com profissionais especializados na área do Direito e na Psicologia foi enriquecedora, uma vez que, permitiu a troca de conhecimentos e experiências profissionais que favoreceram o presente estudo.

O estágio curricular proporcionou, de igual modo, a colocação em prática de todo o manancial de saberes teóricos e metodológicos adquiridos ao longo da licenciatura e do mestrado em Sociologia, designadamente com a operacionalização de métodos de pesquisa, técnicas de recolha de dados (e.g., observação, análise documental, entrevistas semiestruturadas), técnicas de amostragem, técnicas de análise de dados, entre outros procedimentos. Além disto, a experiência do estágio curricular permitiu uma maior proximidade com o objeto de estudo, assim como a consolidação de competências relacionais (e.g., a capacidade de adaptação a um meio laboral e a uma cultura organizacional formal).

A presença de um sociólogo num tribunal como o DIAP-Porto pode ser útil, no sentido deste apresentar um leque de competências que permitem, por exemplo, fomentar projetos de intervenção, identificar os perfis-tipo dos intervenientes de um crime, determinar a prevalência e incidência da criminalidade na área afeta ao tribunal, possibilitar a formação dos próprios profissionais em temáticas como a violência doméstica, colaborar ou constituir gabinetes de apoio à vítima com equipas interdisciplinares, agregar e gerir informação relevante acerca da criminalidade de forma sintética e exaustiva, efetuar dinâmicas de grupo ou mediação com os intervenientes nos casos de violência doméstica.

A inexistência de um sociólogo na instituição acolhedora trouxe consigo alguns obstáculos, visto que houve a necessidade de construir o papel do sociólogo num tribunal por forma a delimitar as funções e tarefas que deveriam ser desempenhas ao longo do estágio e que respondiam às necessidades da própria instituição.

A construção de uma base de dados, no decorrer do estágio, possibilitou a obtenção de resultados importantes para a instituição que, posteriormente, pode incorporar no seu projeto de combate e prevenção à violência doméstica. Simultaneamente, o presente estudo permitiu a identificação de atores-chave nos crimes de violência doméstica o que pode ser uma mais-valia para futuros projetos de intervenção, reinserção social ou até mesmo programas para agressores de violência doméstica.

Deste modo, o estágio foi uma experiência única e enriquecedora, no sentido de que foi uma mais-valia tanto para a autora, como para a instituição com o cruzamento de conhecimentos e experiências.

No capítulo seguinte procede-se à apresentação e discussão dos resultados.

## **Capítulo IV. – Apresentação e discussão dos resultados: a prevalência da vitimização feminina.**

No presente capítulo são expostos os principais resultados obtidos no decorrer do estágio curricular desenvolvido na 1ª secção do DIAP- Porto, a partir da consulta dos inquéritos arquivados entre 31 de Agosto de 2014 e 31 de Agosto de 2015, e das entrevistas realizadas aos magistrados afetos à secção especializada nos crimes de violência doméstica.

Este capítulo subdivide-se em cinco partes. As duas primeiras dizem respeito à análise do perfil de agressor e de vítima existentes na cidade do Porto, no ano em causa e de acordo com os dados constantes nos inquéritos que compõem a amostra.

A terceira parte refere-se às características gerais dos crimes de violência perpetrados como, por exemplo, o mês com mais ocorrências, o período do dia das ocorrências e as freguesias com mais incidência de violência. Apresenta-se, na quarta parte, uma breve descrição das características dos processos arquivados analisados, como, por exemplo, o motivo do arquivamento do inquérito.

Por último, são apresentados os dados das entrevistas, sendo a sua análise estruturada em função das categorias construídas para efeitos da análise de conteúdo.

### **1. Perfil sociodemográfico do agressor**

Numa primeira fase foi efetuada uma análise descritiva das características sociodemográficas dos agressores. Posto isto, extraíram-se os dados que incidem sobre o sexo, a idade, o estado civil, as habilitações literárias e ainda sobre a situação perante o trabalho, tal como se pode verificar na tabela 1.

Os dados revelam que 86,3% dos agressores são do sexo masculino, contudo 13,7% são do sexo feminino.

*Tabela 1- Características sociodemográficas do agressor nos crimes de violência doméstica.*

Variáveis descritivas	Sexo do agressor				TOTAL	
	Feminino		Masculino			
	ni	%	ni	%	ni	%
Idade						
Até aos 16 anos	-	-	-	-	-	-
17 aos 25 anos	4	1,7	23	9,8	27	11,5
26 aos 35 anos	8	3,4	41	17,5	49	20,9
36 aos 45 anos	9	3,8	55	23,5	64	27,4
46 aos 55 anos	5	2,1	36	15,4	41	17,5
56 aos 65 anos	4	1,7	27	11,5	31	13,2
66 aos 75 anos	-	-	9	3,8	9	3,8
Acima dos 75 anos	2	0,9	11	4,7	13	5,6
Estado civil						
Sem registo	-	-	1	0,4	1	0,4
Solteiro	15	6,4	81	34,6	96	41,0
Casado	13	5,6	83	35,5	96	41,0
União de facto	1	0,4	7	3,0	8	3,4
Divorciado/Separado	3	1,3	29	12,4	32	13,7
Viúvo	-	-	1	0,4	1	0,4
Nível de escolaridade						
Sem registo	12	5,1	75	32,1	87	37,2
Não sabe ler nem escrever	1	0,4	-	-	1	0,4
Sabe ler e escrever sem frequência escolar	-	-	1	0,4	1	0,4
1º ciclo do ensino básico	5	2,1	33	14,1	38	16,2
2º ciclo do ensino básico	2	0,9	33	14,1	35	15,0
3º ciclo do ensino básico	8	3,4	33	14,1	41	17,5
Ensino secundário	3	1,3	15	6,4	18	7,7
Ensino superior	1	0,4	12	5,1	13	5,6
Situação perante o trabalho						
Sem registo	1	0,4	12	5,1	13	5,6
Empregado	9	3,8	98	41,9	107	45,7
Desempregado	13	5,6	56	23,9	69	29,5
Estudante	1	0,4	9	3,8	10	4,3
Aposentado	6	2,6	27	13,4	33	14,1
Outro	2	0,9	-	-	2	0,9
TOTAL	32	13,7	202	86,3	234	100

N=234

Constata-se ainda que, em termos da idade, os agressores, independentemente do sexo, têm entre os 36 e os 45 anos, seguindo-se o grupo etário dos 26-35 anos, e que a



proporção dos solteiros é semelhante à dos casados, mostrando aqui que o estado civil<sup>12</sup> não tem um poder discriminatório na amostra analisada.

Ao nível das habilitações literárias dos agressores masculinos denota-se que existe uma homogeneidade na sua distribuição entre o 1º e 3º ciclo do ensino básico. Por seu turno, as agressoras apresentam uma maior percentagem ao nível do 3 ciclo do ensino básico. Porém, estes resultados podem ter um enviesamento, visto que, existem 37,2% dos casos da amostra em que não existe qualquer registo sobre as habilitações literárias dos agressores em todo o processo.

Derivado da revisão da literatura, se verifica que os indivíduos que se encontram em situação de desempregado estão mais propensos a praticar atos violentos nas suas relações de intimidade e familiares. Isto ocorre devido ao *stress*, que a sua posição na sociedade acarreta, mas também, às questões socioeconómicas provocadas pelo desemprego. Os dados revelam que os agressores masculinos estão maioritariamente empregados (45,7%), já as mulheres agressoras encontram-se desempregadas (5,6%).

A partir da tabela 2, foi efetuada a análise do tipo de crime de violência doméstica perpetrado pelos agressores em termos do seu sexo.

*Tabela 2- Tipo de crime perpetrado por sexo do agressor.*

Tipo de crime	Sexo do agressor				TOTAL	
	Feminino		Masculino			
	ni	%	ni	%	ni	%
Violência doméstica contra cônjuge ou análogo	24	10,3	189	80,8	213	91,0
Violência doméstica contra outros	8	3,4	13	5,6	21	9,0
TOTAL	32	13,7	202	86,3	234	100

N=234

No caso dos agressores masculinos 80,8% dos crimes analisados reportam-se a violência entre parceiros íntimos e 5,6% a violência intrafamiliar. O mesmo ocorre no

<sup>12</sup> Note-se que o estado civil quer do agressor, quer da vítima podia sofrer modificações no decorrer do processo, ou seja, os intervenientes poderiam estar casados aquando a ocorrência e no decorrer do inquérito divorciarem-se. Apesar disto, no presente estudo, optou-se por ter em conta apenas o estado civil aquando a ocorrência.

caso das agressoras sendo que 10,3% dos casos se reportam a violência entre parceiros íntimos e apenas 3,4% casos apontam para a violência intrafamiliar.

Em síntese, no período em análise, o perfil do agressor de violência doméstica, na cidade do Porto, apresenta as seguintes características sociodemográficas: é do sexo masculino, tem entre os 36 e os 45 anos, é solteiro ou casado, possui entre o 1º e o 3º ciclo do ensino básico e está predominantemente empregado.

No ponto seguinte, identificaram-se os tipos de violência perpetrados pelos agressores, assim como os fatores de risco e os motivos subjacentes às agressões e abusos.

### **1.1. Tipos de violência**

Os agressores usam, quer no domínio das relações de intimidade, quer no domínio das relações intrafamiliares, diferentes formas de expressão da violência. Além disso, não raras vezes, eles podem colocar em prática múltiplos tipos de violência, conseguindo mesmo conjugá-los num só episódio violento.

Com base na análise documental efetuada aos inquéritos concluiu-se que os tipos de violência presentes nos autos de notícia e denúncia são: a violência física, psicológica, social, económica, sexual e ainda o *stalking*.

*Tabela 3- Tipos de violência perpetrada por sexo do agressor.*

Tipos de violência	Sexo do agressor				TOTAL	
	Feminino		Masculino			
	ni	%	ni	%	ni	%
Física	21	9,0	168	71,8	189	80,8
Psicológica	28	12,0	191	81,6	219	93,6
Económica	4	1,7	33	14,1	37	15,8
Social	6	2,6	69	29,5	75	32,1
Sexual	-	-	6	2,6	6	2,6
Stalking	2	0,9	43	18,4	45	19,2

N=234

A partir da tabela 3 é possível observar que a violência psicológica e a física são os tipos de violência mais infligidos pelos agressores, representando cerca de 93,6% e 80,8% da amostra, respetivamente.

A violência social (32,1%) surge como o terceiro tipo mais prevalente na amostra estudada, destacando-se aqui comportamentos como controlar as redes sociais da vítima (e.g. amigos, família, colegas de trabalho), impedir a vítima de sair de casa, controlar as chamadas telefónicas ou as mensagens de telemóvel. Associada muitas vezes a este tipo de violência, encontra-se a violência económica, que representa cerca de 15,8% da amostra analisada.

Verifica-se também que apenas 2,6% dos casos remetem para a violência sexual, no entanto, convém ter presente que ainda subsiste a ideia dos deveres conjugais de uma mulher em relação ao homem, na nossa sociedade, assim como outros mitos acerca deste tipo de violência doméstica.

Por último, observa-se que o fenómeno do *stalking* tem uma expressão significativa, sendo que 19,2% dos agressores desenvolvem comportamentos de assédio persistente, como efetuar chamadas telefónicas contínuas; perseguir e aparecer nos locais frequentados pela vítima (e.g., local de trabalho, residência da vítima, residência de familiares e amigos); destruir bens pessoais da vítima (e.g., carro, residência); até efetuar tentativas persistentes de contacto com a vítima.

Em termos de género, constata-se a partir da tabela 3 que 9% dos agressores femininos colocam em prática violência física e, num número mais expressivo, 71,8% dos agressores masculinos também perpetraram este tipo de violência. A violência psicológica é praticada por 12% dos agressores femininos e 81,6% dos agressores masculinos. Os dados revelam ainda que a violência sexual é preferencialmente colocada em prática pelos agressores masculinos (2,6%), assim como, o *stalking* (18,4%).

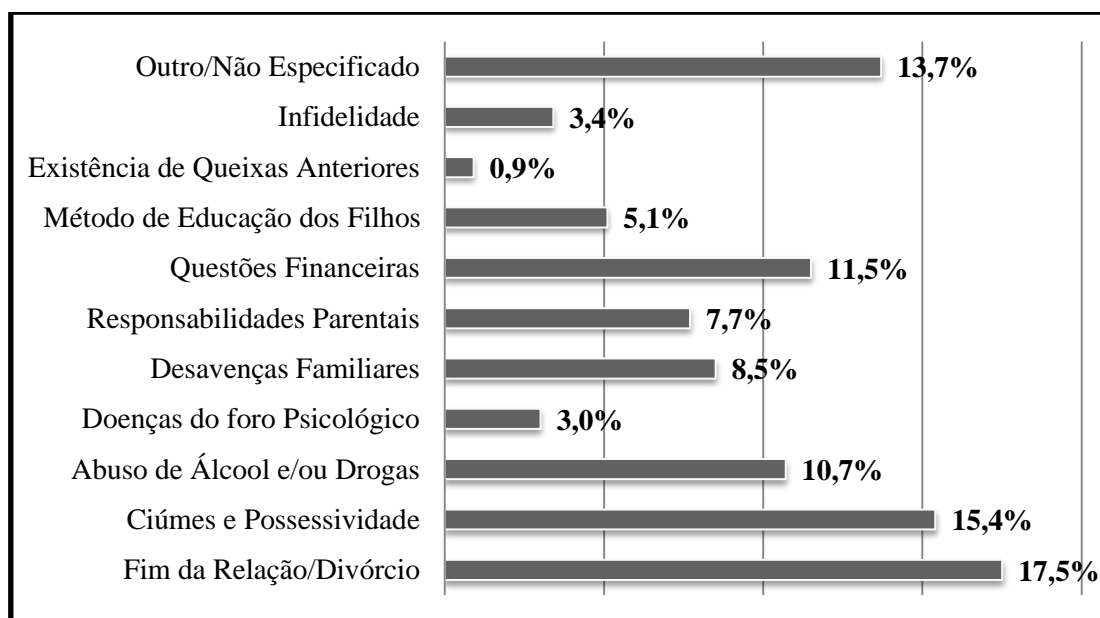
Deste modo, a partir dos dados é possível concluir que os agressores do sexo feminino adotam comportamentos violentos do foro psicológico, contudo, verifica-se que os perpetradores do sexo masculino apresentam uma homogeneidade em termos da violência física e psicológica.

## **1.2. Motivos subjacentes à prática de violência doméstica**

Decorrente das análises anteriores, procurou-se compreender os motivos que poderiam estar subjacentes aos episódios de violência doméstica analisados. Tais motivos são ilustrados na figura 2.

Ao nível teórico, sabe-se que a violência pode ter múltiplas causas e é um fenómeno multidimensional, no entanto, durante a análise documental efetuada procurou-se identificar os principais motivos da violência a partir dos autos de notícia e denúncia.

*Figura 2- Motivos subjacentes à prática de violência doméstica.*



Na figura 2 constam os principais motivos subjacentes à violência encontrados. Estes podem ser reunidos em quatro grupos, designadamente *fatores externos* (abuso de álcool e drogas, existência de queixas anteriores no tribunal, questões financeiras), *fatores relacionais* (fim da relação/divórcio, infidelidade, ciúmes e possessividade), *fatores familiares* (métodos educativos, responsabilidades parentais, desavenças familiares/discussões), e ainda, *fator psicológico* (doenças do foro psicológico).

De acordo com a figura 2, observa-se que o fim da relação/divórcio surge em lugar de destaque, seguindo-se os ciúmes e possessividade como motivos principais

identificados na amostra.

De seguida, verifica-se que as questões financeiras (e.g., desemprego, empréstimo e/ou roubo de dinheiro de um familiar, partilhas e heranças) representam 11,5% da amostra e o consumo de álcool e substâncias ilícitas 10,7%. Em terceiro lugar, encontramos os fatores familiares que, no seu total, representam cerca de 21% da amostra analisada. Por último, encontram-se as doenças do foro psicológico (e.g., esquizofrenia, bipolaridade e distúrbios de personalidade) que representam apenas 3% dos casos que envolvem violência doméstica.

### **1.3. Fatores de risco de violência doméstica**

A par das análises realizadas procedeu-se também ao estudo dos fatores de risco, associados às ocorrências constantes dos inquéritos arquivados, e verificou-se que nos autos de notícia e denúncia se dava ênfase a sete fatores: o consumo de álcool, o consumo de drogas, o acesso a armas, a existência de redes sociais de apoio à vítima, os antecedentes criminais do agressor, a dependência económica da vítima em relação ao seu agressor, mas também a dependência económica do agressor em relação à vítima.

Decorrente da análise da tabela 4, constata-se que, na maioria dos casos, nenhum dos intervenientes consumia álcool (74,4%) e drogas (87,6%). Porém, em termos do agressor verifica-se que cerca de 23% consumia álcool e 12% consumia drogas o que, por consequência, aumenta o risco associado aos episódios violentos.

Relativamente ao acesso a armas, em 7,7% dos casos o agressor possui, ou tem possibilidade de aceder a uma arma, seja esta de fogo ou uma arma branca. Neste sentido, estes casos representam um maior risco de letalidade para a vítima e devem ser tidos em consideração.

Numa análise dos antecedentes criminais do agressor, observa-se que apenas 6,4% da amostra tinha um registo criminal anterior ao inquérito por violência doméstica. Deste modo, questionou-se o tipo de crimes que se associam à violência doméstica. Assim, efetuou-se um registo no diário de campo aquando a análise documental sobre estes. Com base neste registo, concluiu-se que o crime de condução sem habilitação legal é registado 10 vezes, seguindo-se a condução ilegal (3 vezes) e a

condução de veículo em estado de embriaguez (2 vezes). Neste sentido, comprova-se que “de entre os delitos associados a violência doméstica surgem em primeiro lugar os delitos estradais” (Costa, 2016, p. 13).

*Tabela 4 - Fatores de risco analisados nos crimes de violência doméstica.*

Variáveis Descritivas	ni	%
<b>Consumo de Álcool</b>		
Apenas o agressor consome	54	23,1
Apenas a vítima consome	1	0,4
Ambos os intervenientes consomem	5	2,1
Nenhum dos intervenientes consome	174	74,4
<b>Consumo de drogas</b>		
Apenas o agressor consome	28	12,0
Apenas a vítima consome	-	-
Ambos os intervenientes consomem	1	0,4
Nenhum dos intervenientes consome	205	87,6
<b>Acesso a armas</b>		
Sim	18	7,7
Não	216	92,3
<b>Redes sociais de apoio à vítima</b>		
Sem registo	74	31,6
Sim	130	55,6
Não	30	12,8
<b>Antecedentes criminais do agressor</b>		
Sem registo	104	44,4
Sim	15	6,4
Não	115	49,1
<b>Dependência económica da vítima em relação ao seu agressor</b>		
Sim	43	18,4
Não	191	81,6
<b>Dependência económica do agressor em relação à vítima</b>		
Sim	2	0,9
Não	232	99,1

N=234

Não obstante, ainda se verificou a presença de crimes como a ofensa à integridade física simples e qualificada, desobediência, falsidade de depoimento ou declaração, ameaça, injúria, tráfico de estupefacientes, recetação, violência doméstica, roubo, participação em motim armado, e ainda, descaminho ou destruição de objetos sob poder público.

A inexistência de redes sociais de apoio à vítima determina uma maior

vulnerabilidade da vítima. Posto isto, denota-se que cerca de 13% da amostra analisada se encontra em total isolamento social, ou seja, a vítima já não tem qualquer tipo de relação com a sua família, amigos, ou até mesmo vizinhos. Por esta razão, estas vítimas manifestam um maior grau de vulnerabilidade perante o seu agressor, estando sob o seu domínio total e encurraladas num ciclo de violência.

No que concerne à dependência económica da vítima em relação ao seu agressor, constata-se que esta ronda os 18,4%. Convém notar que, em alguns dos casos, se verificou que esta dependência económica ocorria também em situações onde a vítima tinha emprego próprio, mas o seu rendimento era-lhe retido pelo agressor. Por seu turno, os agressores, por norma, não são dependentes economicamente da vítima, observando-se apenas dois casos em que isso acontecia.

Em síntese, a multiplicidade de fatores de risco e de motivos subjacentes à violência praticada leva a que os profissionais do sistema judicial (e.g. magistrados, órgãos de polícia criminal, oficiais de justiça) que lidam diretamente com ocorrência de violência doméstica estejam atentos aos mesmos e acionem medidas preventivas nas situações mais graves onde o risco de letalidade ou quase letalidade é maior.

## **2. Perfil sociodemográfico da vítima**

No que diz respeito ao perfil da vítima procedeu-se a uma análise semelhante à anteriormente realizada, ou seja, efetuou-se uma análise descritiva, que incide sobre as variáveis sociodemográficas das vítimas dos crimes de violência doméstica, no período de 31/08/14 e 31/08/15.

Partindo da análise da tabela 5, verifica-se que, na grande maioria dos casos, as vítimas são do sexo feminino (cerca de 89%). Contudo, existem 11,1% dos casos em que a vítima é masculina. Neste caso procurou-se perceber se as vítimas do sexo masculino representam casos de violência entre parceiros íntimos ou se representam, pelo contrário, casos de violência intrafamiliar.

A partir de uma análise bivariada, constata-se que 10,3% dos casos em que a vítima é masculina se referem a situações de violência entre parceiros íntimos e apenas

0,9% casos remetem para a violência intrafamiliar. Por seu turno, as vítimas femininas sofrem abusos, na sua maioria, pelo seu parceiro (80,8% dos casos) e apenas 8,1% se referem a vítimas femininas da violência intrafamiliar.

*Tabela 5- Tipo de crime perpetrado pelo sexo da vítima.*

Tipo de crime	Sexo da vítima				TOTAL	
	Feminino		Masculino			
	ni	%	Ni	%	Ni	%
Violência doméstica contra cônjuge ou análogo	189	80,8	24	10,3	213	91,0
Violência doméstica contra outros	19	8,1	2	0,9	21	9,0
TOTAL	208	88,9	26	11,1	234	100

N=234

Em termos de idade, as vítimas do sexo feminino apresentam uma homogeneidade entre os 26-35anos e os 36-45anos, representando ambos os grupos etários 20,1% da amostra. Por outro lado, as vítimas do sexo masculino têm uma maior incidência na faixa etária dos 36 aos 45 anos (3,8%).

Os dados da tabela 6 revelam ainda que as vítimas são, na sua maioria, solteiras ou casadas, independentemente do sexo da vítima, sendo que nas vítimas femininas se denota que 14,5% se encontram divorciadas ou separadas, enquanto nos homens esse valor é marginal.

Através da análise da tabela 6 pode-se ainda observar que no que diz respeito ao nível de escolaridade da vítima, globalmente, as vítimas concluíram apenas o 3º ciclo do ensino básico. Constata-se também que existem diferenças ao nível do sexo da vítima, uma vez que, os indivíduos do sexo feminino na sua maioria detêm o 2º e 3º ciclo do ensino básico, mas nas vítimas do sexo masculino prevalecem o 3º ciclo e o ensino secundário.

Não obstante, verifica-se também que, ao contrário dos agressores, existe um maior número de vítimas com o ensino secundário e o ensino superior, perfazendo 14,5% e 7,7% da amostra, respetivamente. Assim, os dados revelam que as vítimas, por



norma, apresentam um nível de escolaridade superior aos agressores, deste modo, a *inconsistência de status* pode ser um fator a ter em conta na raiz da violência doméstica.

*Tabela 6- Características sociodemográficas da vítima nos crimes de violência doméstica.*

Variáveis descritivas	Sexo da vítima				TOTAL	
	Feminino		Masculino			
	ni	%	ni	%	ni	%
Idade						
Até aos 16 anos	4	1,7	-	-	4	1,7
17 aos 25 anos	31	13,2	2	0,9	33	14,1
26 aos 35 anos	47	20,1	5	2,1	52	22,2
36 aos 45 anos	47	20,1	9	3,8	56	23,9
46 aos 55 anos	41	17,5	4	1,7	45	19,2
56 aos 65 anos	14	6,0	3	1,3	17	7,3
66 aos 75 anos	10	4,3	2	0,9	12	5,1
Acima dos 75 anos	14	6,0	1	0,4	15	6,4
Estado Civil						
Sem registo	1	0,4	-	-	1	0,4
Solteiro	81	34,6	14	6,0	95	40,6
Casado	75	32,1	9	3,8	84	35,9
União de facto	6	2,6	1	0,4	7	3,0
Divorciado/Separado	34	14,5	1	0,4	35	15,0
Viúvo	11	4,7	1	0,4	12	5,1
Nível de escolaridade						
Sem registo	58	24,8	7	3,0	65	27,8
Não sabe ler nem escrever	-	-	1	0,4	1	0,4
Sabe ler e escrever sem frequência escolar	1	0,4	-	-	1	0,4
1º ciclo do ensino básico	30	12,8	1	0,4	31	13,2
2º ciclo do ensino básico	32	13,7	4	1,7	36	15,4
3º ciclo do ensino básico	43	18,4	5	2,1	48	20,5
Ensino secundário	28	12,0	6	2,6	34	14,5
Ensino superior	16	6,8	2	0,9	18	7,7
Situação perante o trabalho						
Sem registo	14	6,0	1	0,4	15	6,4
Empregado	87	37,2	13	5,6	100	42,7
Desempregado	50	21,4	7	3,0	57	24,4
Estudante	17	7,3	2	0,9	19	8,1
Aposentado	25	10,7	3	1,3	28	12,0
Outro	15	6,4	-	-	15	6,4
TOTAL	208	88,9	26	11,1	234	100

N=234

Por último, no que concerne à situação perante o trabalho das vítimas quer do

sexo feminino, quer do sexo masculino, 42,7% encontram-se empregadas para 24,4% que está desempregada. Esta evidência contraria o argumento teórico muito comum que consiste em afirmar que o desemprego da vítima a coloca numa situação de maior dependência do agressor e consequentemente a torna mais vulnerável a situações de violência.

Na tabela seguinte, dá-se a conhecer se a vítima tem filhos em comum com o agressor tentando-se perceber se este fato funciona como fator de maior vulnerabilidade.

*Tabela 7- Filhos em comum entre vítima e agressor nos crimes de violência doméstica.*

Variáveis Descritivas	ni	%
<b>Filhos em comum</b>		
Sim	114	48,7
Não	120	51,3
<b>Número de filhos em comum</b>		
Um filho	63	27,8
Dois a três filhos	47	20,1
Mais do que três filhos	4	1,7

N=234

De acordo com a tabela 7, verifica-se que 48,7% das vítimas tem filhos em comum com o agressor, sendo que 27,8% apenas têm um filho; 20,1% dois a três filhos e apenas 1,7% das vítimas têm mais do que três filhos. Convém referir que, na análise efetuada, se observaram casos que remetem para famílias recompostas, neste sentido, existiam crianças e adolescentes na residência, no entanto, ou eram filhos apenas da vítima ou do agressor, não sendo por isso, na maioria das vezes, contabilizados nos autos de denúncia analisados.

Em suma, o perfil da vítima do crime de violência doméstica na cidade do Porto no período entre 31/08/2014 e 31/08/2015 apresenta as seguintes características: são principalmente mulheres, entre os 26 e os 45 anos de idade, solteiras, com o 3º ciclo do ensino básico, empregadas e que têm em comum um ou entre dois e três filhos em comum com o agressor.

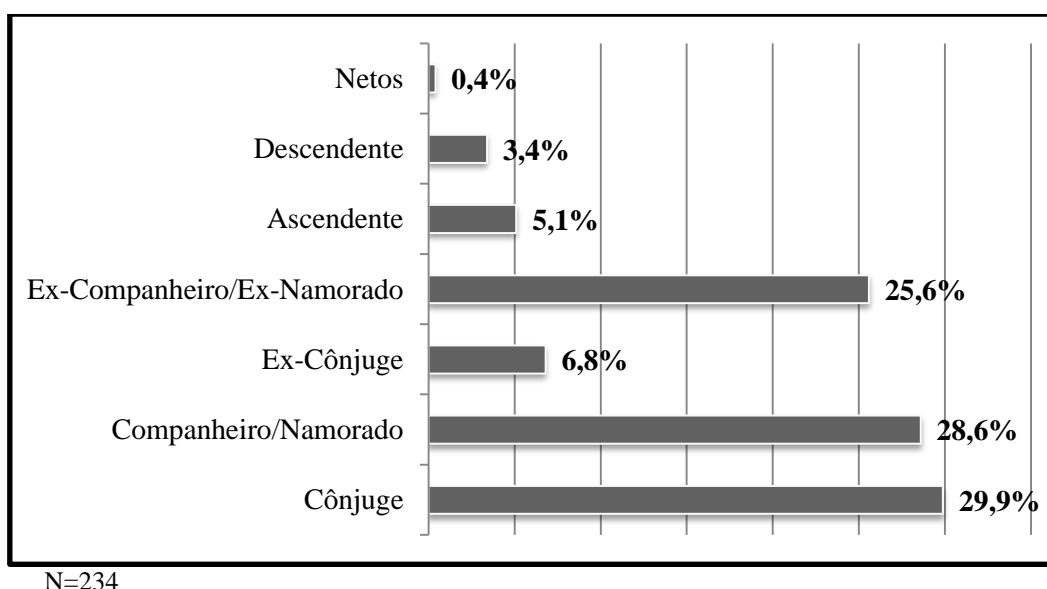
Feita uma análise das principais características sociodemográficas dos agressores e das vítimas do crime de violência doméstica na cidade do Porto, apresenta-se, de

seguida, uma análise mais detalhada de outras variáveis que nos permitem uma leitura contextualizada do fenómeno.

### **3. Características dos crimes de violência doméstica na cidade do Porto**

Neste ponto será analisado o tipo de relação que a vítima mantinha com o agressor, a duração dos comportamentos agressivos, o histórico de queixas entre os mesmos intervenientes, a incidência do crime de violência doméstica ao nível geográfico e espacial, assim como a periodicidade dos crimes.

*Figura 3 - Tipo de relação entre a vítima e o agressor nos crimes de violência doméstica.*



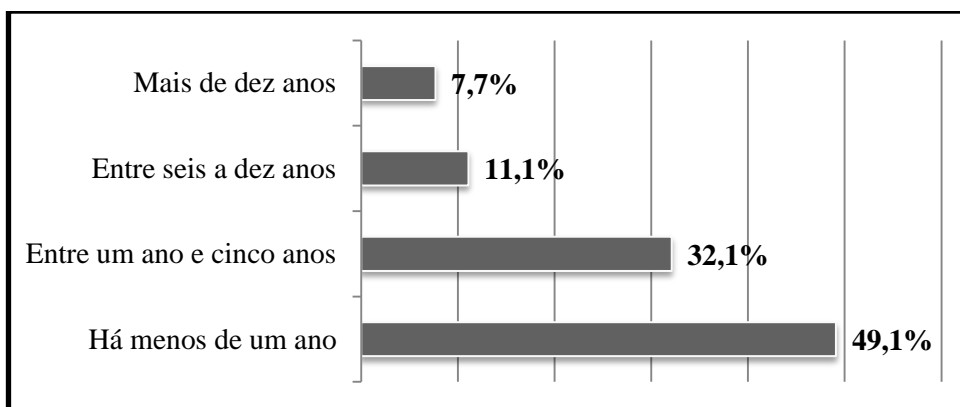
Na figura 3 ilustra-se o tipo de relação mantida entre a vítima e o agressor, constatando-se que as vítimas têm uma relação de grande proximidade com os agressores na medida em que estes são principalmente os cônjuges, companheiros/namorados ou ex-companheiros/ex-namorados. Observa-se ainda que a violência ocorre tanto em sede da conjugalidade formal, como informal como é o caso dos ex-companheiros e ex-namorados. No entanto, os ex-cônjuges praticamente não têm expressão nesta amostra na qualidade de agressores (6,8%).

De referir ainda que, existem casos de violência doméstica perpetrados contra os ascendentes (5,1%), na sua maioria idosos, que sofrem agressões por parte dos seus

filhos adultos; mas também situações inversas em que os filhos são vítimas, eles próprios, de abusos por parte dos seus pais (3,4%).

Ainda se procurou estudar a duração dos comportamentos agressivos, no sentido de que a sua maior duração revelaria vítimas fragilizadas, vulneráveis e dependentes do seu agressor.

*Figura 4- Duração dos comportamentos agressivos.*



N=234

Em relação à duração dos comportamentos agressivos, segundo a figura 4, verifica-se que 49,1% dos casos analisados correspondem a episódios violentos que ocorreram há menos de um ano. Seguem-se as situações cuja duração oscila entre um e cinco anos (32,1%), entre seis e dez anos (11,1%) e acima dos dez anos revelando situações de violência doméstica persistente e reiterada.

Subjacente a esta questão, ainda se analisou a existência de queixas anteriores pela prática do crime de violência doméstica. Assim, a partir da tabela 8 constata-se que em 65% da amostra analisada não existiam queixas anteriores da vítima em relação ao agressor. Contudo, nos casos em que existiram queixas anteriores cerca de 28% das vítimas efetuou uma a duas queixas e 6% três a cinco queixas.

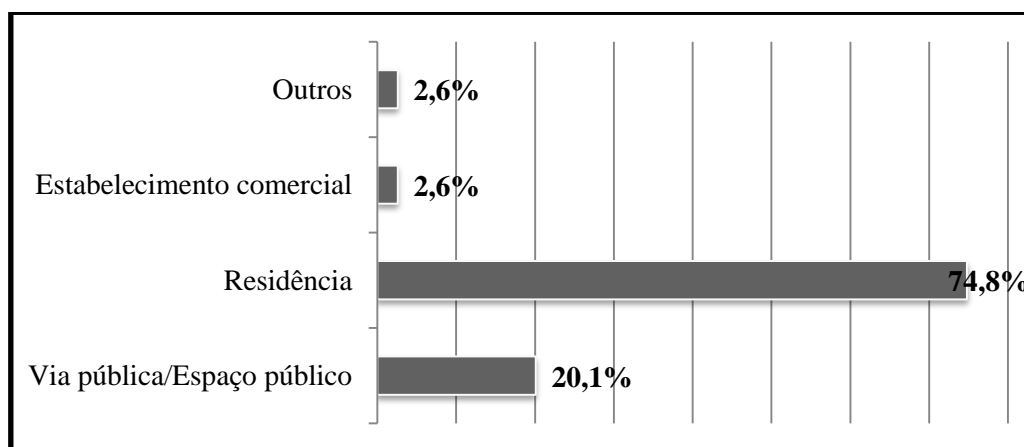
*Tabela 8 - Histórico de queixas anteriores pelo crime de violência doméstica contra o agressor.*

Variáveis Descritivas	ni	%
<b>Histórico de queixas por violência doméstica</b>		
Sim	82	35,0
Não	152	65,0
<b>Número de queixas anteriores</b>		
Nenhuma	152	65,0
Uma a duas queixas	66	28,2
Três a cinco queixas	14	6,0
Mais do que cinco queixas	2	0,8

N=234

De seguida analisa-se o espaço onde ocorrem as agressões. À semelhança do que tem vindo a ser demonstrado pela literatura neste domínio, a residência surge como o espaço mais perigoso para a vítima, tal como se ilustra na figura 5.

*Figura 5- Espaço onde ocorreram as agressões nos crimes de violência doméstica.*



N=234

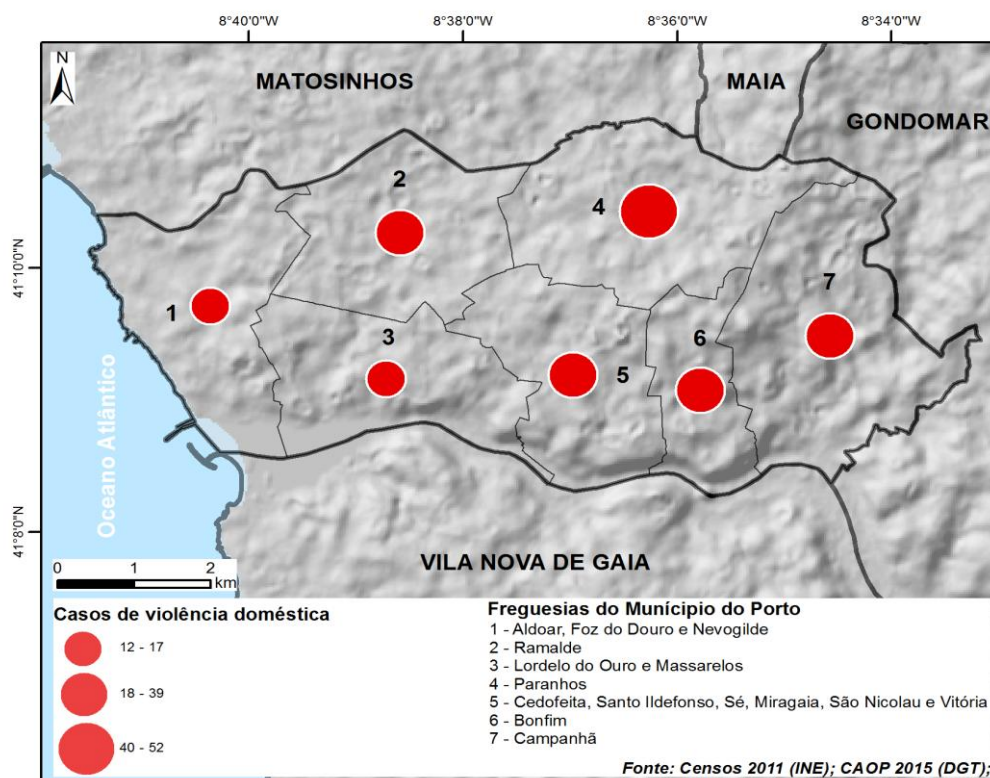
Como se vê 74,8% dos casos de violência ocorrem na residência, no entanto, também se verifica que existem situações (20,1% da amostra) em que as agressões são infligidas no espaço e na via pública. Apesar de residual, observaram-se casos em que as agressões ocorreram em estabelecimentos comerciais (2,6%), como um *shopping* e uma loja de venda a retalho, espaços que se referem aos locais de trabalho das vítimas.

Fez-se igualmente uma análise da localização geográfica, mais concretamente das

freguesias<sup>13</sup> da cidade do Porto, com maior incidência do crime de violência doméstica com vista a compreender a sua distribuição territorial.

A partir da figura 6 é possível observar que a cidade do Porto é composta por sete freguesias, a saber: União de Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde; Ramalde, União de Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos; Paranhos, União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória; Bonfim e Campanhã.

*Figura 6 - Crimes de violência doméstica por freguesia.*



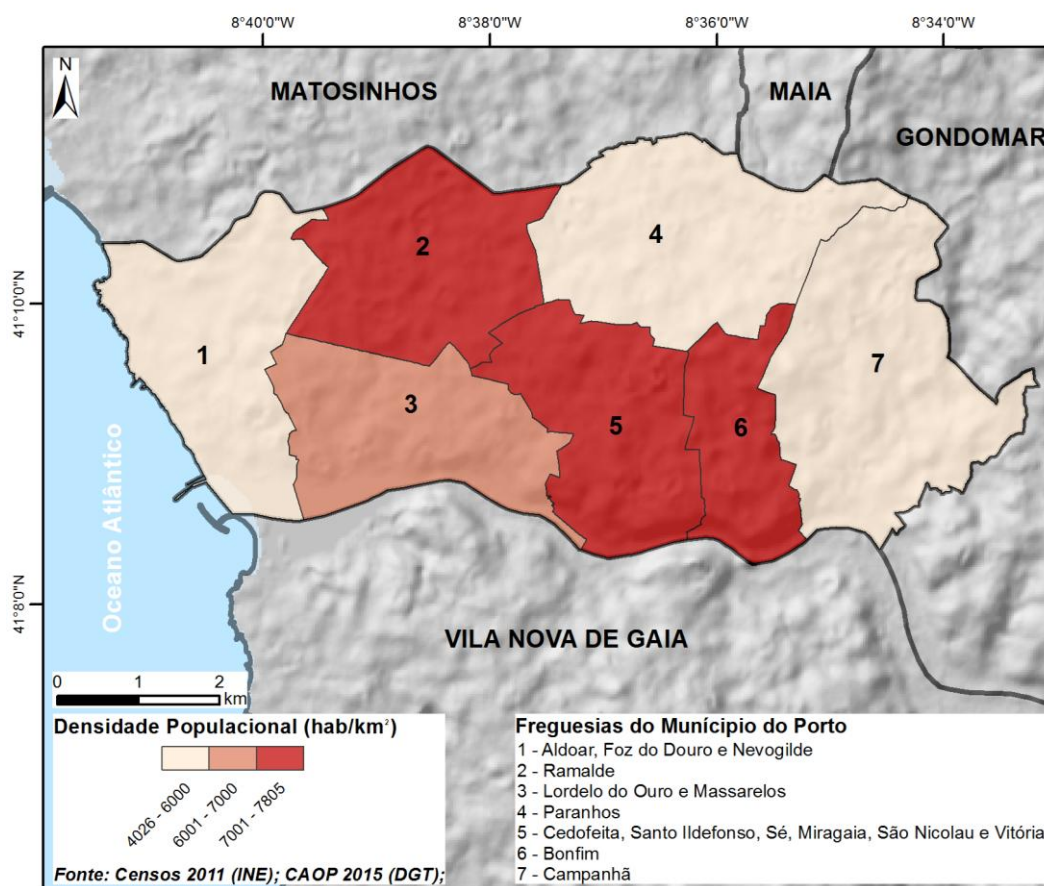
Nesta figura, constata-se que a freguesia de Paranhos apresenta um maior número de casos de violência doméstica, situando-se entre os 40 e os 52 casos, em relação às restantes freguesias. A União de Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde e a

<sup>13</sup> Convém notar que a análise efetuada teve em conta a designação das freguesias adotada no ano de 2013, ou seja, adotaram-se as designações que incluem as uniões de freguesias.

União de Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos são as que têm menos expressão deste tipo de crime, obtendo apenas 12 a 17 casos.

Decorrente dos dados anteriores, levantou-se a hipótese de existirem mais casos de violência doméstica na freguesia de Paranhos devido à sua densidade populacional. Assim, efetuou-se uma análise da densidade populacional das freguesias da cidade do Porto, no sentido de perceber se esta pode ou não influenciar o número de crimes por violência doméstica.

*Figura 7- Densidade populacional das freguesias da cidade do Porto.*



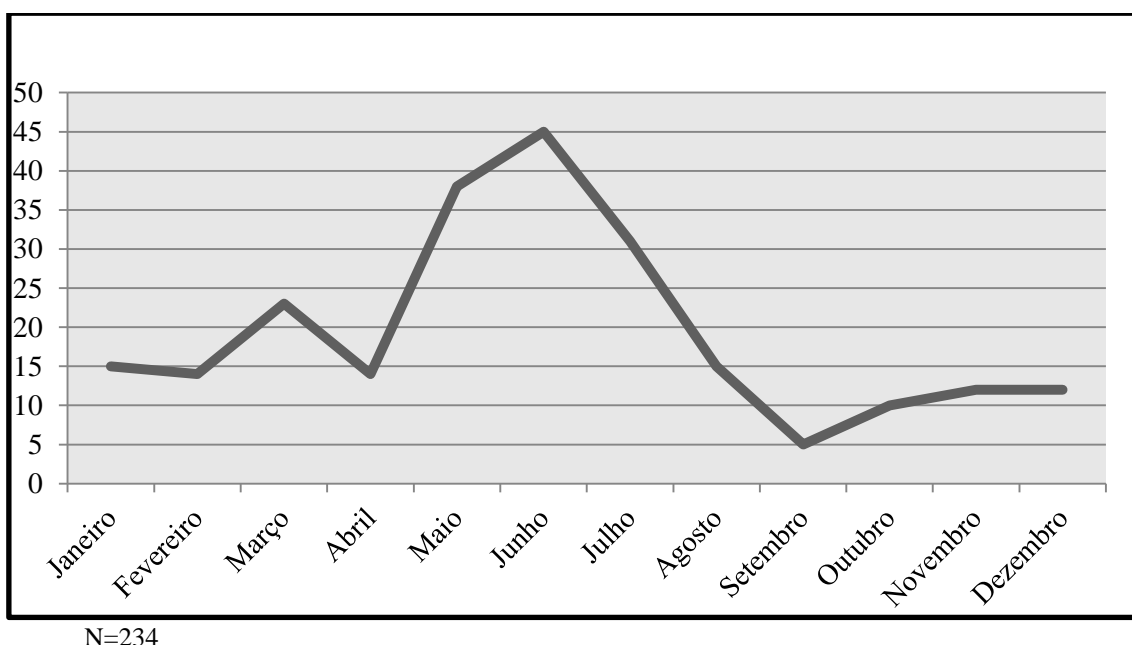
Na figura 7 observa-se que a freguesia de Paranhos é uma das freguesias com menos densidade populacional. Deste modo, a hipótese de que uma maior densidade populacional leva a uma maior expressão de crimes de violência doméstica na cidade do

Porto não se comprova.

Foi ainda analisado o período do ano em que ocorrem os crimes de violência doméstica na cidade do Porto, no período de análise considerado. Assim, extraíram-se dados relativos ao mês da ocorrência do crime, mas também ao período do dia.

A partir da figura 8 constata-se que é nos meses de maio e junho que ocorrem mais crimes de violência doméstica, com destaque para o último mês que atingiu 45 casos, sendo que setembro é o mês com menos ocorrências.

*Figura 8- Mês da ocorrência do crime de violência doméstica.*

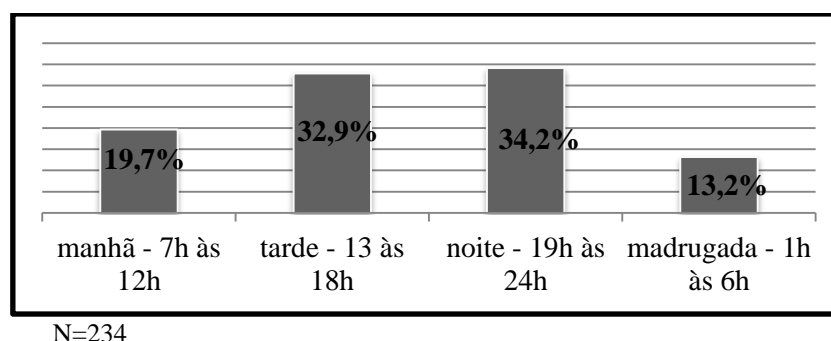


Em relação ao período do dia de ocorrência deste tipo de crime teve-se em conta quatro períodos, nomeadamente manhã, tarde, noite e madrugada, repartidos em intervalos de seis horas.

Na figura 8, observa-se que o período da noite e da tarde são os que apresentam uma maior percentagem de ocorrências do crime de violência doméstica (cerca de 34,2% e 32,9% respetivamente). Por seu turno, a madrugada é o período do dia com menos casos (13,2%).



*Figura 9- Período do dia da ocorrência do crime de violência doméstica.*



Em suma, é possível afirmar que os crimes de violência doméstica analisados revelam a prevalência da violência entre parceiros íntimos, a prática continuada de comportamentos agressivos, a presença de um histórico de queixas contra o mesmo agressor em alguns casos. Paralelamente, concluiu-se que o local preferencial para ocorrência de violência é a residência e que territorialmente existe uma maior incidência da prática do crime de violência doméstica na freguesia de Paranhos. Por fim, constatou-se ainda que existem períodos do dia e do ano com uma maior expressão deste tipo de criminalidade.

No ponto seguinte apresenta-se uma análise das variáveis que estão presentes nos inquéritos arquivados.

#### **4. Os inquéritos arquivados: alguns apontamentos**

No período em causa tentou-se identificar, de igual modo, um conjunto de características dos inquéritos arquivados relativos ao crime de violência doméstica. Posto isto, analisou-se o número de processos arquivados no período em causa, o motivo do arquivamento do inquérito, a existência de testemunhas, o tipo de testemunhas, o histórico de queixas por violência doméstica anteriores à ocorrência analisada.

Em termos dos processos arquivados, a partir da tabela 9 verifica-se que existem inquéritos que se iniciaram antes de 2014, sendo que os processos mais antigos analisados já decorriam desde 2009. No que diz respeito ao ano de arquivamento verifica-se que em 2014 foram arquivados 89 processos, enquanto em 2015 foram

arquivados 145.

*Tabela 9 - Número de processos arquivados entre 31 de Agosto de 2014 e 31 de Agosto de 2015.*

Ano de início do processo	Ano em que o processo foi arquivado	
	2014	2015
2009	2	-
2011	4	1
2012	6	16
2013	6	18
2014	71	57
2015	-	53
<b>TOTAL</b>	89	145

No que diz respeito ao motivo que conduziu ao arquivamento dos inquéritos. Foram identificados seis, nomeadamente por cumprimento das injunções aplicadas pelo MP<sup>14</sup>; por inexistência da prática do crime<sup>15</sup>; por falta de indícios de crime<sup>16</sup>; por dispensa de pena<sup>17</sup>; por desistência de queixa decorrente da requalificação do tipo de crime<sup>18</sup>; e ainda, por morte do arguido/denunciado<sup>19</sup>.

Observando a figura 10, verifica-se que na maioria dos casos analisados, cerca de 65,8%, o motivo subjacente ao arquivamento do inquérito refere-se à aplicação do nº2 do Art.º 277º do CPP, ou seja, à falta de indícios que comprovem o crime ou os seus agentes. Esta percentagem de casos resulta de vários fatores, designadamente as vítimas remeterem-se ao silêncio não prestando declarações, ou quando as prestam as mesmas serem insuficientes para a produção de prova; as testemunhas não serem coerentes nos depoimentos; as vítimas não apresentarem elementos clínicos, fotografias ou outros dados relevantes para que o MP possa investigar; ou ainda, pela reconciliação das vítimas com os/as agressores/as.

<sup>14</sup> Segundo o nº 3 do Art.º 282º do CPP.

<sup>15</sup> Previsto o nº 1 do Art.º 277º do CPP.

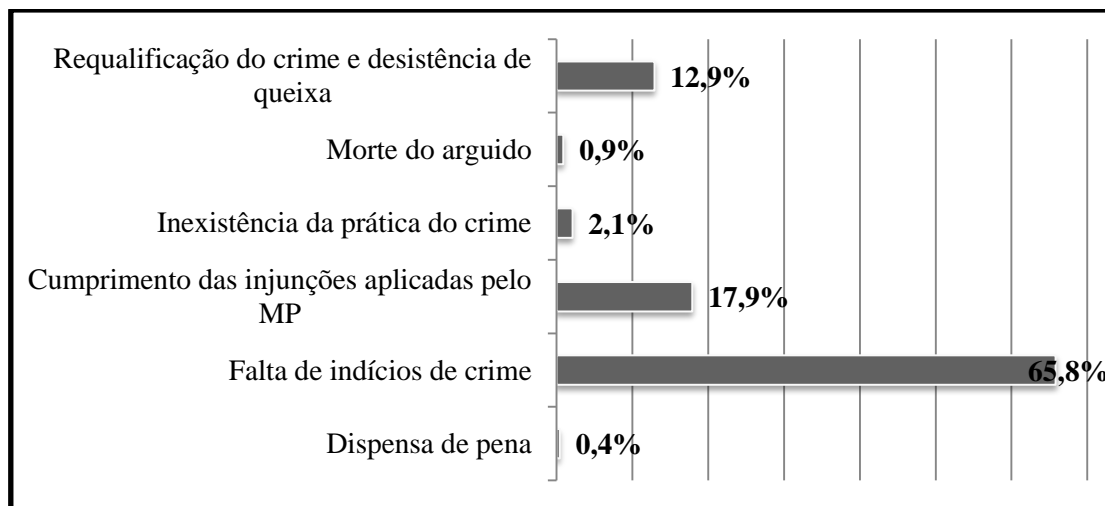
<sup>16</sup> Disposto no nº2 do Art.º 277º do CPP.

<sup>17</sup> Tipificado no Art.º 280 do CPP.

<sup>18</sup> Tal como prevê o Art.º 51º do CPP, conjugado com os Art.ºs 49º e 50º do CPP. De realçar que na amostra analisada verificou-se que nenhuma das vítimas desejou exercer procedimento criminal contra o arguido/denunciado quando o crime de violência doméstica foi requalificado por despacho e passou a ser tipificado a ofensa à integridade física simples, a injúria ou a ameaça.

<sup>19</sup> Em caso de morte do arguido/denunciado prevê-se a extinção do procedimento criminal segundo o Art.º 127º do Código Penal.

*Figura 10 - Motivo do arquivamento dos processos.*



N=234

Efetuiu-se igualmente uma análise da existência de testemunhas aquando o episódio violento, uma vez que, por norma, os crimes de violência doméstica, devido à sua natureza íntima raramente apresentam testemunhas e quando existem, estas são familiares ou os filhos dos intervenientes.

Como se pode observar na tabela 10, em 54,7% das ocorrências existiam testemunhas das agressões entre os intervenientes do processo. Estas testemunhas são principalmente familiares (e.g., sogras, noras, irmãos, tios, pais) ou os filhos dos intervenientes. Os vizinhos e desconhecidos têm uma presença residual, revelando a natureza privada deste fenómeno.

Resumidamente, foi possível verificar que existe um leque variado de possíveis motivos para o arquivamento dos inquéritos, sendo que a falta de indícios é o principal fator de arquivamento destes. Neste sentido, seria importante tomar algum tipo de medidas neste domínio e contrariar esta tendência.

*Tabela 10 - Presença de testemunhas na ocorrência e tipos de testemunhas identificados.*

Variáveis Descritivas	ni	%
<b>Testemunhas das agressões</b>		
Sim	128	54,7
Não	106	45,3
<b>Tipo de testemunhas das agressões</b>		
Filhos	28	12,0
Familiares	49	20,9
Amigos	13	5,6
Vizinhos	14	6,0
Desconhecidos	15	6,4
Outros	9	3,8
<b>TOTAL</b>	128	54,7

N=234

Ao mesmo tempo, verificou-se que os familiares e filhos comuns dos intervenientes dos crimes de violência doméstica são as principais testemunhas das agressões. Isto introduz uma dupla vitimação, principalmente nos casos dos filhos, uma vez que estes são também vítimas da violência perpetrada pelo agressor.

Em seguimento dos dados extraídos da análise documental foram realizadas as entrevistas semiestruturadas que permitiram efetuar uma análise de conteúdo temática de onde se retiraram os resultados apresentados a seguir.

## **5. Representações dos magistrados do DIAP-Porto sobre a violência doméstica**

Neste ponto apresentam-se os resultados obtidos através das entrevistas realizadas aos magistrados da 1ª secção do DIAP-Porto com vista a compreender as suas opiniões e representações acerca da família e da violência doméstica, do Direito e da Justiça, mas também conhecer as suas expectativas futuras em relação a este flagelo social.

Antes de expor os resultados obtidos através das entrevistas, convém notar que todos os entrevistados são sexo feminino; as suas idades variam entre os 40 e os 50 anos de idade; e em termos do estado civil duas são eram casadas e com filhos, uma solteira e uma divorciada.

Em termos da experiência das entrevistadas na área da Justiça esta oscila entre os 15 e os 26 anos, enquanto na área da violência doméstica (enquanto competência

especializada) essa experiência varia entre os 4 e os 7 anos.

De seguida, procura-se explorar as entrevistas a partir das categorias derivadas da análise de conteúdo efetuada. Tais categorias correspondem aos pontos apresentados seguidamente.

### **5.1. A Família: representações e definição**

Esta dimensão de análise permitiu conhecer qual a perceção das magistradas acerca da família, do papel do casamento, dos papéis sexuais, mas também da relação com o outro.

No sentido de verificar a existência de mitos ou estereótipos referentes à definição de família (e.g., obrigatoriedade da celebração de casamento, ideal da família nuclear) questionou-se as entrevistadas sobre como definiriam o conceito de família.

Começando pela forma como as entrevistadas definem o conceito de família, observa-se que, globalmente, elas consideram que a família deve refletir três palavras: *afeto*, *respeito* e *confiança*. No entanto, uma entrevistada enfatiza igualmente a dimensão formal da família, cuja constituição implica a celebração de um contrato ou acordo de casamento. Tais representações são ilustradas através dos seguintes excertos:

*“Uma família é um conjunto de pessoas que estão ligadas seja por um contrato. Quando eu digo contrato é o casamento... (...) [ou] por laços de afetividade que levam as pessoas a juntar-se e eventualmente a terem filhos... O que é essencial é o respeito...”* (Entrevistada 1, 42 anos, casada)

*“Uma relação de projeto comum, uma relação de afeição e de confiança.”* (Entrevistada 4, 50 anos, divorciada)

Posteriormente, a entrevistada 1 refere que defende a existência do casamento, principalmente após a existência de descendentes, no sentido de existir um laço - *“Eu sou apologista que uma pessoa deve, principalmente depois de haver filhos, casar. Nem que seja pelo civil.”* (Entrevistada 1, 42 anos, casada). Já as restantes entrevistadas

referem que o casamento não é uma condição necessária para a constituição de uma família, mas antes a existência de uma relação afetiva entre duas pessoas.

No que diz respeito aos papéis sexuais na relação afetiva e familiar, tentou-se perceber se as mulheres são caracterizadas por um papel meramente emocional, ao contrário do homem que seria caracterizado pelo papel de ganha-pão, como se observa no excerto:

*“Apesar da tão falada igualdade continuamos a verificar (...) que a maior parte das funções de cariz doméstico continuam a ser desempenhadas pelas mulheres. (...) A maioria dos casais trabalha, portanto nesse aspeto [do homem como ganha-pão] não há diferença. Há uma divisão de tarefas.”* (Entrevistada 3, 42 anos, casada)

De notar que apenas uma das entrevistadas não desenvolveu esta temática em termos dos papéis sexuais no seio familiar, contudo, a mesma refere que o peso que os papéis sexuais têm culturalmente afeta em muito a violência doméstica:

*“Culturalmente, um homem apresentar queixa por violência doméstica é muito complicado. Porque o homem tem de ser macho. Porque o homem era o chefe de família.”* (Entrevistada 4, 50 anos, divorciada)

Deste modo, a imagem do homem como “macho” e “chefe de família” leva a que muitos homens vítimas de violência doméstica sintam-se constrangidos socialmente em adotarem o estatuto de vítima e, por consequência, a denunciarem às autoridades competentes.

Por último, no que se refere à relação com o outro as entrevistadas referem que o respeito e as capacidades relacionais são fatores importantes, que não raras vezes são determinantes da violência, como se pode verificar nos dois excertos a seguir:

*“E percebermos que num relacionamento seja ele qual for (de amor, de casamento, entre pais e filhos, entre netos e avós) há certas situações em que o respeito é fundamental e quando se perde (...) não vale a pena.”* (Entrevistada 1, 42 anos,

casada)

*“Quando as pessoas têm uma incapacidade de se relacionar em termos igualitários e em termos cooperantes... (...) Estamos a falar de relações afetivas, emocionais onde muitas vezes não se sabe perder. (...) Muitas vezes esta incapacidade das pessoas não conseguirem gerir as emoções leva a episódios graves.”* (Entrevistada 4, 50 anos, divorciada)

Decorrente disto, a entrevistada 4 refere que se deve intervir no domínio relacional, no sentido de criar relações igualitárias baseadas no respeito mútuo, ou seja, relações em que um indivíduo respeite o outro como um ser individual.

O facto da incapacidade de gerir as emoções ser um fator para a existência de violência doméstica, segundo as entrevistadas, procedeu-se à indagação das mesmas acerca da forma como percecionam a violência doméstica.

## **5.2. Violência doméstica: a quebra da confiança e do afeto**

Esta categoria, tal como a anterior, foi subdividida na definição de violência doméstica e maus-tratos, nas formas de expressão, na aprendizagem social, nos motivos subjacentes à violência, e ainda na destrição de métodos educativos e abuso físico.

Denota-se que a *quebra de confiança, do respeito e dos laços de afetividade* são, na perceção das entrevistadas, a base para a violência doméstica, no entanto referem que a definição deste conceito no âmbito legal exige a coabitação:

*“Em princípio toda a violência é violência doméstica... (...) Para que seja crime de violência doméstica tem que morar necessariamente na mesma casa... (...) A violência doméstica é mais uma coisa de género...”* (Entrevistada 2, 47 anos, solteira).

Ainda assim, tal como se viu no primeiro capítulo, a violência doméstica não ocorre apenas em situações de coabitação, mas também ocorre fora da habitação (e.g., situações de divórcio, violência por ex-parceiros). Esta premissa é também atestada nos resultados obtidos quantitativamente, onde se verifica que uma parte das ocorrências

que chegam a tribunal tiveram lugar em espaços públicos e nos locais de trabalho das vítimas.

De notar ainda que, na perceção da entrevistada 3, a violência doméstica remete para uma relação desigual em termos da distribuição de poder entre duas pessoas, referindo ainda a abrangência que este fenómeno social tem em termos da vitimação, isto é, refere que as vítimas tanto podem ser um parceiro, um menor, ou até mesmo pessoas dependentes (e.g., os idosos), como se verifica no seguinte excerto:

*“A violência doméstica é todo o tipo de poder de autoridade que é exercido sobre um membro de um casal, sobre o outro, ou sobre os filhos, ou sobre qualquer pessoa que seja dependente...”* (Entrevistada 3, 42 anos, casada)

Todavia, existe uma clara noção por parte das entrevistadas de que a violência doméstica ainda é percecionada, pelo sistema judicial, como violência de género.

O carácter multidimensional da violência doméstica reflete-se nas múltiplas definições que este conceito abarca, tal como já foi discutido no capítulo teórico. Deste modo, não raras vezes, ocorrem casos em que os próprios magistrados sentem dificuldades em delimitar os comportamentos que se referem à violência doméstica, como é afirmado pela entrevistada 4 no seguinte excerto:

*“Há aí uma grande confusão de conceitos e há juristas [e magistrados] que não entendem.”* (Entrevistada 4, 50 anos, divorciada).

Subjacente a esta questão procurou-se compreender a forma como os maus-tratos são percecionados e se existe algum tipo de similitude com a violência doméstica. Neste sentido, apenas três entrevistadas desenvolveram este tópico no decorrer das entrevistas e referem que os maus-tratos, na sua generalidade, designam os abusos institucionais. Contudo, para uma entrevistada existe semelhança nos crimes referindo:

*“ [Os maus-tratos e a violência doméstica] são similares sim. (...) Não vejo grande diferença em termos de proteção dos bens jurídicos, para mim é semelhante.”*



(Entrevistada 3, 42 anos, casada).

Em termos das formas de expressão da violência as inquiridas referem que a violência física e a psicológica são as mais visíveis ao nível processual e as mais reportadas pelas vítimas, - *“Na minha percepção dos processos, a violência física é a que mais se vê, assim como a violência psicológica. Geralmente, andam as duas aliadas... Os insultos e as agressões veem sempre de mãos dadas... Depois pode haver violência sexual ali pelo meio, mas nunca é uma coisa que as vítimas deem muito destaque.”* (Entrevistada 1, 42 anos, casada).

Todavia, a entrevistada 3 sublinha que ao nível da investigação criminal a violência psicológica é mais difícil de comprovar, uma vez que, *“não há marcas [visíveis]”*.

Além disto, uma das entrevistadas refere que existem diferenças na forma como os homens e as mulheres utilizam a violência, ou seja, a violência contra os homens tem um carácter mais psicológico de acordo com a entrevistada 1, como se pode ver no seguinte excerto:

*“Eu acho que os processos de violência contra homens são sobretudo situações de violência psicológica, insultos, manipulação de não poder ver os filhos... São sobretudo aquelas situações em que as mulheres não aceitam a rutura, a separação e então partem para este tipo de violência.”* (Entrevistada 1, 42 anos, casada)

Tal como foi discutido anteriormente a aprendizagem social é um meio de transmissão intergeracional da violência. Nos seguintes excertos verifica-se que algumas entrevistadas consideram que a passagem do sistema de valores, crenças e até mesmo as atitudes de geração em geração perpetuam a violência como um recurso para impor os interesses de um indivíduo sobre outro, mas também, torna possível a interiorização por parte dos indivíduos de que os comportamentos agressivos são normais e não vitimizantes:

*“Os valores que nos são transmitidos, aquilo que nos ensinam a ser e a postura*

*que nos ensinam a ter perante os homens, o casamento... Se nós vemos as nossas mães, as nossas avós serem vítimas de violência, se calhar interiorizamos aqueles comportamentos como normais e aceitamo-los.”* (Entrevistada 1, 42 anos, casada)

*“Se calhar as pessoas foram criadas nesse ambiente, acham que aquilo não é violência.”* (Entrevistada 3, 42 anos, casada)

Subjacente a esta questão, as entrevistadas procuraram desenvolver as possíveis razões, na sua opinião, que poderiam estar na origem da violência praticada sobre um parceiro íntimo ou sobre um familiar. Neste domínio, as entrevistadas salientaram o consumo de álcool e/ou drogas, questões culturais, nível de literacia, questões relacionais (e.g., ciúmes, sentimento de posse, fraca gestão das emoções, divórcio) e questões financeiras (e.g., desemprego) como possíveis motivos subjacentes à violência, como se verifica nos seguintes excertos:

*“ (...) por norma são as dependências do álcool e da droga. (...) Ou porque os agressores já viram os pais a fazer isto... Ou então é a má formação das pessoas (...). O álcool e a droga são apenas desculpas para fazer (...) como lhe disse, eles bebem no café e não batem em ninguém, chegam a casa e batem, porque têm o sentimento de posse das mulheres.”* (Entrevistada 1, 42 anos, casada),

*“ [Na violência contra idosos] é mais aquela situação dos filhos que batem (...) tiram dinheiro, porque ou nunca se casaram ou divorciaram-se, estão desempregados...”* (Entrevistada 2, 47 anos, solteira)

*“Eu acho que contra as mulheres continua a ser uma questão de mentalidade (...) A maior para das vezes é «Pois dei-lhe um tabefe (...) E então? A mulher é minha». [Contra os homens] Normalmente são quando terminam os relacionamentos e as mulheres não aceitam.”* (Entrevistada 3, 42 anos, casada).

A par disto, as entrevistadas referiram que na violência doméstica contra menores existe uma dificuldade acrescida, no sentido, de que na nossa sociedade ainda subsiste o

castigo físico como uma prática comumente usada na educação das crianças e adolescentes, tal como é referido pela entrevistada 4: “ (...) *ainda há a velha ideia que de te portas mal tenho de te castigar com punição física.*” (Entrevistada 4, 50 anos, divorciada).

Assim, na prática judicial os magistrados, segundo as entrevistadas, têm de ter este fator em conta e definir o limite do que é aceitável enquanto modelo educativo e o que se considera abuso, como se pode observar nos seguintes excertos:

*“Depois nós temos de ver se aquele castigo físico é mesmo castigo que está dentro do direito dos pais castigarem e educarem os filhos, ou se ultrapassou o limite e já passa a ser um crime de violência doméstica.”* (Entrevistada 1, 42 anos, casada)

*“Por exemplo, o pai dá uma bofetada no filho (...) pode estar na causa de exclusão do direito de educar... (...) E nós temos que ver os dois, se naquela circunstância concreta e perante o que fez e os poderes de educação de um e de obediência de outro...”* (Entrevistada 2, 47 anos, solteira).

Após as entrevistadas efetuarem a definição da violência, a identificação dos motivos para a prática desta e ainda as formas de expressão que, na sua aceção, mais chegam aos tribunais foi-lhes pedido que abordassem algumas questões no âmbito da vítima. Os resultados são introduzidos no ponto a seguir.

### **5.3. As Vítimas: a dependência e a fragilidade**

Neste domínio, o principal objetivo era compreender de que forma as magistradas percecionavam a condição de vítima, o tipo de vítimas associado aos crimes de violência doméstica, a relação que as vítimas têm com a justiça, mas também a fase processual mais complexa para as vítimas, na aceção das magistradas.

Decorrente da análise de conteúdo realizada, observa-se, nos excertos a seguir apresentados, que no discurso das magistradas entrevistadas a condição de vítima é caracterizada pela incapacidade de ação, pela passividade e pela submissão perante o seu agressor:

*“ (...) é uma pessoa que não é capaz de tomar a decisão de pôr fim e de sair ou de pedir apoio. É uma pessoa que não tem força suficiente para se defender sozinha (...). É uma pessoa frágil emocionalmente ao ponto de não ser capaz de tomar uma decisão que a proteja.”* (Entrevistada 2, 47 anos, solteira)

*“O ser vítima é exatamente uma pessoa não ter capacidade de se impor, capacidade de responder e estar subjugada à vontade do agente do crime.”* (Entrevistada 3, 42 anos, casada)

Neste sentido, pode-se afirmar, de certa forma, que na *praxis* judicial existe um estereótipo de vítima muito claro. Retomando os estereótipos identificados por Duarte (2011)<sup>20</sup>, denota-se uma presença clara do estereótipo da *Maria* no discurso das entrevistadas. Contudo, convém notar que os outros estereótipos são identificáveis em alguns momentos das entrevistas efetuadas, designadamente a *Eva* no seguinte excerto:

*“ [nos casos das ofensas simples] na maior parte desses casos elas também insultam. É uma coisa recíproca.”* (Entrevistada 2, 47 anos, solteira).

E o estereótipo da *Super- Mulher* na citação extraída de entrevista 1:

*“ (...) situações em que as pessoas dizem que ao longo da sua vida toda só levantaram um ou duas vezes dinheiro?! E não podia fazê-lo e que tinha de pedir cinquenta cêntimos por dia... Principalmente quando eram mulheres que trabalhavam e ganhavam o seu próprio dinheiro.”* (Entrevistada 1, 42 anos, casada).

Relacionado com a definição de vítima, uma parte das entrevistadas referiu a dependência emocional e económica das vítimas em relação ao seu agressor. Neste sentido, associam estes estados de dependência às situações que envolvem a violência nas relações de intimidade, onde o homem assume o papel de agressor e as mulheres são

---

<sup>20</sup> Convém notar que os estereótipos já foram descritos no capítulo I.

vítimas.

Verifica-se que, na perspectiva das entrevistadas, a dependência emocional desempenha um papel importante na justificação para a permanência numa relação abusiva, tal como se pode observar nos excertos:

*“Tive aqui já vários casos de vítimas em que foi feita perícia e que se veio a apurar que padeciam de um défice cognitivo (...) que depois se traduz numa dependência emocional relativamente ao agressor. (...) Elas próprias se convencem que têm muita sorte por terem um companheiro e, portanto, vão-se mantendo naquela relação em que são maltratadas.”* (Entrevistada 3, 42 anos, casada)

*“Uma das coisas que a violência doméstica denuncia é uma dependência emocional enorme da vítima em relação ao agressor. Como ela é desfeita... Esfarelada pelo agressor, na sua própria personalidade e autonomia ela chega a um ponto em que vê o agressor (...) como alguém que tem a generosidade de viver com ela.”* (Entrevistada 4, 50 anos, divorciada)

A dependência económica é também relacionada com a permanência da vítima numa relação abusiva, segundo a entrevistada 1, este tipo de dependência “ (...) é outro fator... Ainda são as situações que eu ainda consigo conceber que algumas pessoas, sobretudo as mulheres, se consigam deixar diminuir, porque precisam efetivamente dos homens e porque têm filhos...” (Entrevistada 1, 42 anos, casada).

Nos casos que envolvem violência doméstica contra idosos, uma entrevistada refere que existe uma dependência física do idoso agredido sobre o seu agressor que executa, muitas vezes, o papel de cuidador e é o próprio filho da vítima:

*“ [o caso dos idosos] é um processo complicado, porque muitas vezes, o idoso depende do agressor, que é o seu cuidador. Segundo, porque o próprio progenitor (...) traz consigo a assunção de uma quase culpabilização daquilo que faz. (...) De que há um fracasso completo dele em relação ao projeto educativo que teve em relação àquele filho. (...) Não chega a dificuldade de o idoso chegar aqui, mesmo que queira tem uma*

*enorme dificuldade, porque, muitas vezes, não tem capacidade para se movimentar ou chegar às instâncias formais, ou não tem discernimento para isso.”* (Entrevistada 4, 50 anos, divorciada)

Esta dependência é incapacitante por um lado pelo facto do próprio não conseguir deslocar-se às entidades (e.g., polícia, tribunais, associações) para efetuar a denúncia, e, por outro lado, porque o idoso assume a culpa das agressões, isto porque, sente que existe um fracasso da sua parte, no que diz respeito à educação que deu ao filho.

Ao longo das entrevistas foi possível verificar que as entrevistadas referem as mulheres como as principais vítimas de violência doméstica, mas não descaram as restantes vítimas, como as crianças e os idosos, por exemplo. Todavia, afirmam que a violência doméstica no sistema judicial ainda é concetualizada como violência de género, decorrente disto, uma entrevistada diz que:

*“Fala-se muito da violência de género (...) mas não me chega. Primeiro, porque os idosos não têm género. A Lei não diz se é homem ou mulher. As crianças também não têm género. Há uma série de vítimas que não têm género. (...) Porque também temos de considerar que há relações homossexuais. (...) Portanto, reduzir este problema inter-relacional num problema de género, para mim é muito complicado e não chega.”* (Entrevistada 4, 50 anos, divorciada)

Acerca da violência contra menores é mencionado pelas inquiridas o debate em torno da violência direta e indireta sobre as crianças em situações de violência conjugal. Na aceção das entrevistadas, a violência que ocorre entre o casal tem uma segunda vítima, por norma o filho menor, uma vez que este assiste às discussões e às agressões perpetradas entre o casal. Então, segundo as inquiridas os menores não devem ser considerados, nestes casos, como vítimas secundárias, mas sim primárias, como se pode verificar nos seguintes excertos:

*“Ora bem sobre as crianças há um tipo de violência que costumamos dizer que é violência indireta, que na verdade não é... Porque a criança que vive anos a fio com os*

*progenitores que discutem e que se agridem e que estão num constante clima de guerra, eu acho que é violência mesmo sobre a própria criança.”* (Entrevistada 3, 42 anos, casada)

*“Vamos pegar num caso de violência doméstica na conjugalidade e vamos colocar, no meio das discussões, um menor de seis anos. Há quem chame de vítima indireta. Eu chamo de vítima direta. Na minha opinião, este agressor comete dois crimes de violência doméstica. (...) Num contexto familiar em que os pais estão juntos e não há violência contra o menor, mas sim entre eles, vamo-nos esquecendo do menor que também é vítima.”* (Entrevistada 4, 50 anos, divorciada)

A par do que já foi referido, foi questionado a forma como as vítimas se relacionavam com a justiça, com o objetivo de compreender se existia cooperação ou se desistiam do procedimento criminal contra o seu agressor.

Denota-se que ainda subsiste uma parte substancial de vítimas que pretende desistir do procedimento, apesar do tipo-legal não aceitar a desistência em alguns casos pode existir uma homologação por parte do juiz e do procurador que concede esse direito à vítima. Além disto, as entrevistadas referem que um número elevado dos processos arquivados se deve à não prestação de declarações da vítima, quer por reconciliação com o agressor, quer por medo do mesmo. Neste sentido, as magistradas referem que numa tentativa de contrariar os efeitos da não declaração, optam por explicar a suspensão provisória do processo às vítimas e, caso estas queiram, aplicam-na.

*“Concordo com a SPP em duas circunstâncias. Primeiro, naquelas em que a ofendida chega ao fim de um inquérito e já quer desistir (...). Depois também é bom porque nas situações que, efetivamente, eles se reconciliarem (...) ou em que há filhos e eles os dois têm que se dar bem e manter contactos (...) a SPP (...) vai ensinar a conviver.”* (Entrevistada 1, 42 anos, casada)

Subjacente a esta questão, convém notar que é apontado pela entrevistada 3 que

existem diferenças entre os homens e as mulheres vítimas ao nível do seu relacionamento com a justiça, uma vez que ao contrário das mulheres os homens “*A partir dos momento em que decidem apresentar queixa, não vi nenhum requerimento a dizer que queria desistir da queixa. Portanto, apresentam queixa e o processo segue*” (Entrevistada 3, 42 anos, casada).

Ainda nesta categoria de análise, efetuaram-se algumas questões no sentido de compreender qual seria a fase processual mais complexa para as vítimas na opinião das entrevistadas.

*“Eu acho que deve ser o momento em que a ofendida decide apresentar queixa... Pode ser essa e a fase de julgamento, porque aqui [na fase do inquérito] ainda estão numa relação de proximidade (...) no julgamento as coisas não se passam assim.”* (Entrevistada 3, 47 anos, solteira)

*“Eu diria que é o julgamento. Porque muitas das queixas são feitas no momento após um episódio e as vítimas não tiveram tempo de refletir. No inquérito, é feito com resguardo em que não tem confronto com o agressor (...). Na sala de audiências ela está com o agressor atrás dela e com o mandatário atrás delas, em que a defesa do arguido passa muitas vezes pela destruição da vítima.”* (Entrevistada 4, 50 anos, divorciada).

A partir dos excertos acima transcritos constata-se que as magistradas associam a queixa/denúncia do crime e o julgamento como as fases mais exigentes, do ponto de visto emocional, para a vítima.

Um outro tópico com interesse para o presente estudo trata-se do tipo de resposta jurídica que é dada aos crimes de violência doméstica, uma vez que estes apresentam um carácter urgente e uma das lacunas que é apontada ao sistema judicial é o tempo de resposta. Procedeu-se então à inquirição das entrevistadas nesse sentido e os resultados são apresentados de seguida.



#### **5.4. O Sistema Judicial: celeridade e eficácia das respostas**

Em termos da *praxis* judicial procurou-se compreender quais as respostas existentes para os crimes de violência doméstica e seus intervenientes, se existem redes de cooperação com outras entidades, mas também, analisar a opinião das magistradas relativamente às alterações legislativas dos últimos trintas anos.

Globalmente, para as entrevistadas a resposta do sistema judicial, mais concretamente do DIAP-Porto, *é célere e eficaz*, principalmente com a introdução do Projeto “Um Passo Mais”. Contudo, nos últimos tempos, as entrevistadas referem que existe um entrave ao andamento dos processos, designadamente o atraso de cerca de quatro meses para a obtenção dos relatórios e perícias do Instituto de Medicina Legal, sendo que estes são, em muitos casos, uma fonte de prova de grande relevo, tal como se verifica nas seguintes passagens:

*“Ora bem nós nas situações mais graves marcamos as inquirições das ofendidas dentro de 10 dias (...), e 10 a 20 dias nas situações que nos parecem um bocadinho menos graves. (...) e portanto as coisas vão correndo com bastante celeridade. (...) O principal entrave neste momento, ao avançar dos processos tem o INML... (...) Neste momento estão a marcar para Setembro... Depois demora mais um ou dois meses a chegar o relatório (...). [Mas] não depende de nós.”* (Entrevistada 3, 42 anos, casada)

*“É sobretudo crucial o momento que decorrer entre o episódio, a queixa e a resposta ao risco. (...) Porque depois a acusação depende de muitos fatores e nós, ultimamente, temos um fator muito complicado e que nos atrasa muito os processos que é os exames médicos. Não por culpa dos médicos, mas por culpa da estrutura e da falta de recrutamento de recursos humanos. (...) Estão a demorar cerca de quatro meses em processo que, como disse, costumam demorar cinco meses...”* (Entrevistada 4, 50 anos, divorciada)

Verificou-se que as medidas de coação são o instrumento por excelência para reduzir o risco e garantir a segurança da vítima, segundo as entrevistadas, a medida de afastamento do agressor e da proibição de contactos são as mais adequadas aos casos de

violência doméstica, sendo que, existe a possibilidade da aplicação de meios técnicos de controlo à distância:

*“ Obviamente a retirada da habitação, proibição de contactos com a vítima e aplicação de vigilância eletrónica, com ou sem pulseira eletrónica. Menos do que isto não vale a pena. Mais do que isso temos a prisão preventiva e aí tem de se ter um fundamento muito forte para a aplicar.”* (Entrevistada 1, 42 anos casada).

*“Ordem de afastamento. Cada caso é um caso. Acho que o afastamento é uma medida fundamental, sendo vigiada... Mas também acho que ainda há muita resistência em termos das prisões preventivas que se deveriam aplicar e, muitas vezes, não se aplicam. (...) Temos é um problema, porque a prisão preventiva pressupõe quase o prognóstico de que o indivíduo irá ser condenado a pena de prisão efetiva. E com a moldura penal que temos este prognóstico não é muito seguro. E portanto, eu percebo os juízes.”* (Entrevistada 4, 50 anos, divorciada)

Não obstante, nas situações que envolvem crianças é realizado também um pedido de retirada da criança da residência para que, posteriormente seja colocada numa instituição. Sobre isto, a entrevistada 1 acrescenta que *“não é a melhor forma, logicamente, porque é revitimizá-las”*, no entanto, é uma das respostas que permite garantir a segurança do menor.

Em termos das vítimas idosas é referido pelas magistradas que não existe qualquer tipo de resposta, citando a mesma entrevistada: *“Pedimos ajuda, relatórios e respostas à Segurança Social e não há. (...) Vieram aqui umas técnicas da Segurança Social e disseram-me mesmo que não há respostas para os idosos.”* (Entrevistada 1, 42 anos, casada).

Segundo as entrevistadas, a forma como atuam nos casos de violência doméstica é um meio muito importante na passagem de mensagens e imagens dos tribunais para a comunidade. Isto é visível nas duas citações expostas a seguir:

*“Isso é muito bom, pela imagem e pela mensagem que passa para a vítima, de*

*que não precisa de estar sozinha e que não tem razões para isso, porque nós estamos aqui e temos meios para, efetivamente a proteger.”* (Entrevistada 1, 42 anos, casada)

*“Tem de se ter uma resposta rápida e forte, pelo menos para passarmos a mensagem... de que estes agressores... sejam considerados como exemplo para os potenciais agressores. (...) Nós temos de passar a mensagem de eficácia e de eficiência, no sentido de que o sistema judicial não compactua com isto. É essa a imagem sobretudo.”* (Entrevistada 4, 50 anos, divorciada)

Assim, verificou-se que há a necessidade de transmitir a mensagem de que o sistema judicial não compactua com a criminalidade no seio familiar, que as suas respostas são rápidas, eficazes e eficientes e que os magistrados e demais funcionários trabalham em conjunto para a defesa e proteção das vítimas, sejam elas mulheres, homens, crianças, idosos.

Estas mensagens derivam também das redes de cooperação com outras entidades, como as forças de segurança, que, não raras vezes, atuam no terreno como polícia de proximidade; a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens uma organização essencial nos casos de violência contra menores; o Instituto de Medicina Legal, que apesar dos entraves ainda é uma fonte importante para a recolha de provas; e ainda o Tribunal de Família e Menores e a 1ª secção de Instância Central de Instrução Criminal, locais que exigem uma forte colaboração, nomeadamente em casos de violência doméstica associados a divórcios e regulação das responsabilidades parentais, mas também, da aplicação das medidas de coação tão importantes para a segurança da vítima e para o afastamento do risco.

Além disto, as entrevistadas referem que algumas mudanças legislativas tiveram um forte impacto na prevenção e no combate à violência doméstica, como por exemplo a natureza do crime de violência doméstica tornar-se pública; as leis serem claras e eficazes; não existir a necessidade de reiteração; e, também a introdução de um capítulo sobre a vítima no CPP.

*“O crime a principal modificação foi o facto de ter sido decidido que é um crime de natureza pública. O que veio impedir o «agora quero, agora já não quero; o agora desisto, agora não desisto». (...) [Sobre a introdução de um capítulo da vítima no CPP] No fundo é um reforçar da importância e da visibilidade. (...) Os códigos refletem o estado de uma sociedade numa determinada altura. E quer queiramos ou não, o crime de violência doméstica é um crime que se está a tentar combater e, portanto, todas estas medidas implementadas são importantes.”* (Entrevistada 1, 42 anos, casada)

*“Mudou muita coisa. Mudou a preocupação do legislador, sobretudo em relação à vítima e à consideração pela vítima. (...) Mas este salto em relação à vítima foi dado o enfoque, ou seja, o esquema mental do legislador foi da violência doméstica na conjugalidade. (...) Mas há uma grande mudança de mentalidade. (...) [Sobre a reiteração] Esta alteração veio colmatar as situações em que já havia episódios graves, mas que nunca haviam sido denunciados e cuja prova não era possível ”* (Entrevistada 4, 50 anos, divorciada)

Não obstante, foi também observado que existiam falhas que deviam ser colmatadas na aceção das entrevistadas, deste modo procedeu-se à inquirição das mesmas em torno das mudanças que faltam implementar no âmbito da violência doméstica.

### **5.5. O Futuro: mais investimento e intervenção social**

Nesta dimensão verificou-se que na opinião das magistradas as principais mudanças a implementar incidem sobre a educação, a sociedade civil, os programas para agressores e vítimas, as respostas para os idosos, homens e vítimas com défices cognitivos, o sistema judicial.

Para as entrevistadas a introdução de currículos nas escolas que abordem a temática da violência doméstica seria uma mais-valia para a prevenção deste tipo de crime, sendo que aludem à prevenção contra o tabagismo e segurança nas estradas para referenciar o potencial que programas educativos como este têm para passar a

mensagens às crianças.

Ao nível da comunidade é referido que se devia investir no financiamento de associações, juntas de freguesia, câmaras municipais, por exemplo, no sentido de implementar projetos e meios para a prevenção da violência doméstica, mas também para o bem-estar e segurança das vítimas deste crime ao nível local, como podemos observar no seguinte excerto:

*“ [Por norma] É sempre mudar a Lei e criticar os magistrados. As Leis são boas e os magistrados aplicam-nas. (...) [Deve-se] Estimular a sociedade civil para que no seu prédio, no seu lar, na sua junta de freguesia haja os meios para as pessoas se sentirem seguras e para não terem medo de falar. Isso sim, isso é que é a verdadeira luta contra a violência doméstica.”* (Entrevistada 2, 47 anos, solteira)

Na perspetiva das inquiridas os programas existentes para os agressores de violência doméstica têm um papel fundamental na sua reabilitação, na gestão das emoções, mas também na prevenção da violência na família. Contudo, criticam o facto de só existirem programas para agressores masculinos e denunciam, mais uma vez, a forma como a Justiça e o Direito encaram este crime, nomeadamente a violência doméstica ser perspectivada como violência conjugal e de género, excluindo, assim, um grande número de vítimas que não se inserem neste grupo. A par disto, introduzem também a hipótese de programas para as vítimas quando é comprovada a existência de violência recíproca.

Uma outra mudança importante que falta implementar é a criação de casas de abrigo e respostas sociais para homens e idosas vítimas de violência, visto que, até hoje as associações e casas de abrigo existentes apenas trabalham no âmbito das vítimas do sexo feminino, tal como se verifica no seguinte excerto:

*“As cifras negras dos idosos. (...) Tem que se criar meios de sinalização, nomeadamente com a polícia de proximidade, mas também considerar a violência doméstica não só como violência de género. (...) Há casas de abrigo para homens?”*

*Não. Há instituições de apoio para homens? Não. Há programas para agressoras de violência doméstica? Não. Porque tudo foi estruturado com base na violência de género. (...) Tem algum serviço de geriatria em alguma casa abrigo? Não. Tem alguma resposta social para os idosos? Não. Tem métodos de sinalização e entidades que apoiem ou denunciem a violência contra idosos? Não. (...) Tem imensas instituições que estudam, que publicitam e que previnem a violência de género, mas não tem para a violência contra um idoso, contra uma criança, nem para uma vítima especialmente vulnerável, como as pessoas deficientes.” (Entrevistada 4, 50 anos, divorciada)*

Ao nível do sistema judicial, a entrevistada 4 refere que se deviam considerar as emoções da vítima como elemento de prova, *“ou seja, o silêncio da vítima devia ser considerado... tido em consideração porque espelha uma decomposição de alguém de tal maneira enquanto pessoa, com um medo enorme de ser conseqüente e de avançar com as coisas.”* (Entrevistada 4, 50 anos, divorciada). Mas também, afirma que existe a intenção de criar em conjunto com a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) um modelo de acompanhamento da vítima no âmbito do julgamento, por forma, a reduzir os possíveis constrangimentos (e.g., remeter-se ao silêncio, encontro com o agressor na sala de espera) que advêm desta fase processual para a vítima, como já foi referido anteriormente.

No âmbito legislativo, a entrevistada 4 refere ainda que se devia efetuar algumas alterações no CPP, no sentido de valorizar a vítima, isto porque, o CPP tem os direitos do arguido bem estruturados e definidos, no entanto, os direitos da vítima, em alguns casos, são relegados para segundo plano (e.g., buscas domiciliárias). Deste modo, a inquirida afirma que *“aos poucos deve desenvolver-se mais, no sentido de considerar a vítima como uma peça relevante na investigação”* (Entrevistada 4, 50 anos, divorciada).

Para concluir, ainda é apontado pelas entrevistadas que o crime de violência doméstica vai continuar a existir, porque, tal como afirma a entrevistada 2, *“é o que eu digo, o espaço de afetos é um espaço de conflitos. (...) É provável que aumente [o número de casos de violência doméstica]”* (Entrevistada 2, 47 anos, solteira). Neste sentido, importa investir e financiar projetos de prevenção e combate a este flagelo

social, mas também projetos que cuja o seu trabalho incida sobre o apoio a vítima de violência doméstica, sejam elas, mulheres, homens, idosos, crianças e indivíduos com défices cognitivos e deficiências físicas.

Seguidamente será realizada uma reflexão final sobre a investigação realizada, no decorrer do estágio curricular, e também sobre os resultados obtidos e analisados ao longo deste relatório.

## **Considerações finais**

A oportunidade de estagiar no DIAP-Porto permitiu uma aproximação com a área do Direito, uma troca de conhecimentos e partilha de experiências, uma aprendizagem sobre as dinâmicas jurídico-legais, mas também, um crescimento a nível pessoal e profissional.

Ao longo do estágio foram vários os constrangimentos encontrados, no entanto, estes foram ultrapassados e refletem-se nos resultados obtidos. Posto isto, este estudo revelou as principais tendências dos crimes de violência doméstica na cidade do Porto, nomeadamente o perfil-tipo de agressores e vítimas e, ainda, um conjunto de características associadas a este crime.

Foi possível constatar que existe uma constante em termos do sexo do agressor, isto porque a maioria dos agressores, que integram a amostra analisada são homens, algo que vai ao encontro com as teorias anteriormente abordadas. Contudo, ressalva-se o facto de existir uma percentagem de mulheres que inflige abusos a outros indivíduos no seio familiar, o que não deve ser relegado para segundo plano ou para meras ofensas. Estes casos devem, pois, ser considerados graves e devem ser criados programas que permitam a reabilitação das agressoras, assim como, já existem para os agressores masculinos.

Ao mesmo tempo, fica patente o alerta de que é necessário a existência de redes de apoio às vítimas masculinas, mas também aos idosos e vítimas com défices cognitivos e deficiências físicas, que fazem parte do grupo das “vítimas esquecidas” quer pelo sistema de justiça criminal, quer pela própria sociedade. Este tipo de vítimas, em muitos casos, não denunciam os abusos que sofrem, quer pela vergonha social, quer pela dependência emocional e física que face aos agressores, mas também pelo facto de ainda não existirem respostas sociais para estas vítimas.

Das análises efetuadas foi possível confirmar que a violência física e psicológica são as formas de violência mais comuns. Simultaneamente, depreendeu-se que as mulheres agressoras infligem, na maioria, violência menos grave, como insultos e



bofetadas, ao contrário dos homens que infligem mais violência física e consequentemente produzem mais danos.

Subjacente a esta questão, ressalva-se ainda o facto do fenómeno de *stalking* estar presente em cerca de 20% dos casos de violência doméstica. Neste sentido, a introdução de um tipo-legal que abrange os comportamentos de assédio permitiu colmatar uma falha legal que existia até 2015. Relativamente, ao *stalking* salienta-se o facto deste tipo de violência preceder, muitas vezes, atos de extrema violência e, em alguns casos, o próprio homicídio da vítima.

Acerca dos motivos para a prática da violência identificaram-se quatro grupos, a saber, fatores externos, relacionais, familiares, e psicológicos. No entanto, verificou-se que as ruturas relacionais e a incapacidade de gerir as emoções dos indivíduos são as principais razões subjacentes à violência doméstica. Neste sentido, tal como foi referido durante as entrevistas, existe a necessidade de se criar programas que permitam desenvolver competências relacionais, quer dos indivíduos agressores, quer das próprias vítimas, num sentido preventivo e reabilitador.

Ao nível dos fatores de risco, sabe-se que na prática judicial existe uma preocupação patente em torno do controlo e afastamento do risco. Assim, concluiu-se que o consumo de álcool e/ou substâncias ilícitas é um forte indicador de futuros episódios violentos. Não obstante, também devem ser tomados em consideração fatores como o isolamento social da vítima, que em alguns casos é impercetível; a dependência económica da vítima; o acesso a armas; a duração dos comportamentos agressivos; o histórico de queixas; mas também, o registo criminal do agressor.

Relacionado com o registo criminal do agressor, no decorrer das análises, tornou-se patente a existência de uma relação entre os crimes estradais e a violência doméstica. Neste sentido, seria benéfico e interessante estudar esta associação por forma a organizar novos mecanismos de prevenção desta criminalidade.

A partir do estudo espaço-temporal dos crimes de violência doméstica na cidade do Porto, observou-se que existem diferenças significativas ao nível das freguesias. No entanto, não foi possível realizar um exame mais aprofundado sobre as causas para esta

diferenciação. Posto isto, numa futura investigação em torno da temática da violência doméstica no Porto seria interessante procurar descortinar se a existência de mais crimes na freguesia de Paranhos e de menos crimes na União de Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos e na União de Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde se deve a fatores socioeconómicos, como, por exemplo, a presença de bairros sociais ou a outros fatores. Paralelamente, ficou por responder por que é que os crimes de violência doméstica ocorrerem mais nos meses de verão e o facto do período do dia mais expressivo ao nível da sua ocorrência ser o final do dia.

Em termos da prática judicial, foi possível observar que existe uma tentativa clara por parte dos profissionais em resguardar, ao máximo, as vítimas no decorrer das diligências. Contudo, ainda se constatou que alguns profissionais têm que usar de salas comuns para a audição das vítimas. Deste modo, pode existir um certo receio destas “em partilhar” os abusos por elas sofridos, tal como se concluiu das observações efetuadas, uma vez que, do acompanhamento realizado às diligências observou-se que as vítimas tentavam “travar” o procedimento criminal ao não prestar declarações.

Decorrente disto, concluiu-se que um dos principais motivos para o arquivamento dos inquéritos se deve à não prestação de declarações das vítimas o que, por consequência, dificulta muito o trabalho do MP em comprovar os factos e os agentes do crime. Ao mesmo tempo, observou-se que apesar de em 55% dos casos existirem testemunhas das agressões a grande maioria dos inquéritos é arquivado por falta de indícios. Com isto, revela-se a necessidade de uma maior sensibilização da comunidade em torno da violência doméstica, para que os intervenientes/testemunhas se apercebam da importância dos seus depoimentos para o sucesso da investigação.

Em continuidade com o que já foi referido, os profissionais que lidam diretamente com os casos de violência doméstica referem que sentem dificuldades em definir e delimitar a noção de violência doméstica, assim como demarcar os comportamentos considerados abusivos, daqueles que são típicos das discussões e dos modelos educativos.

Para a instituição acolhedora, este estudo trouxe consigo dados estatísticos

relevantes que permitem à mesma e às entidades com quem colabora a partir do seu programa “Um Passo Mais” criar novas áreas de intervenção, como, por exemplo, procurar por evidências sobre o porquê da incidência do crime de violência doméstica ser diferente consoante as freguesias e, a partir desse diagnóstico, efetuar um plano de prevenção e combate da violência doméstica específico.

A par disto, a base de dados criada a partir dos inquéritos arquivados possibilita que se insiram novas informações, que incidam sobre os processos arquivados e, até mesmo, sobre os processos pendentes, facilitando, assim, a elaboração de relatórios e/ou a comunicação entre as entidades que cooperam com o DIAP-Porto.

O estágio no DIAP-Porto contribuiu para colocar em prática os conhecimentos adquiridos ao longo do curso, mas também permitiu o contacto com o mundo do trabalho, da justiça e das leis. Permitiu ainda compreender todas as fases processuais pelas quais passam as vítimas e os agressores, nomeadamente o momento inicial em que é realizado o auto de denúncia/auto de notícia/queixa criminal nas entidades competentes; a sua distribuição ao magistrado; o primeiro despacho onde, normalmente são solicitadas as diligências investigatórias, as datas para audição dos intervenientes, os pedidos de relatórios médicos, entre outros; e finda a investigação é proferido despacho final que pode ser de arquivamento ou de acusação.

O estágio permitiu também contactar com profissionais que têm uma experiência única e rica, enquanto pessoas que lidam diariamente com os casos de violência doméstica, o que proporcionou uma aprendizagem mais aprofundada sobre as dinâmicas jurídico-legais, organizacionais, sociais e relacionais que envolvem este tipo de crime.

Em jeito de conclusão, pode-se afirmar que esta investigação demonstra o potencial que a Sociologia tem no âmbito dos tribunais, podendo criar parcerias e projetos de intervenção importantes.

## Referências bibliográficas

ALBARELLO, *et al.* (1997) - *Práticas e métodos de investigação em ciências sociais*. s/l: Gradiva. ISBN 978-972-662-554-4.

ARCHER, John (2000) - *Sex differences in aggression between heterosexual partners: a meta-analytic review*. *Psychological bulletin*. Vol. 126. n.º 5. p. 651-680. [Consult. 25. Ago. 2016.]. Disponível em: <<http://www.batteredmen.com/ArcherSexDifferencesMetaAnalyticReviewf2000.pdf>>. ISSN 1939-1455.

ARCHER, John (2002) - *Sex differences in physically aggressive acts between heterosexual partners: A meta-analytic review*. *Aggression and violent behavior*. Vol. 7. n.º 4. p. 313-351. [Consult. 1. Ago. 2016.]. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1359178901000611>>. ISSN 1359-1789.

ANDERSEN, Margaret L. (1997) - *Thinking about women: sociological perspectives on sex and gender*. 4ª ed., Needham: Allyn and Bacon. ISBN 0-205-17566-X.

ANDERSON, Kristin L. (2005) - *Theorizing gender in intimate partner violence research*. *Sex Roles*. Vol. 52. n.º 11. p. 853-865. [Consult. 20. Jun. 2016.]. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1007/s11199-005-4204-x>>. ISSN 1573-2762.

ANDERSON, Kristin L. (2010) - *Conflict, Power, and Violence in Families*. *Journal of Marriage and Family*. n.º 72. p. 726 – 742. [Consult. 20. Jun. 2016.]. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1741-3737.2010.00727.x/abstract>>. ISSN 1741-3737.

ANDERSON, Kristin L. (2013) - *Why do we fail to ask “why” about gender and intimate partner violence?* *Journal of Marriage and Family*. n.º 75. p. 314 – 318. [Consult. 19. Jun. 2016.]. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/jomf.12001/abstract>>. ISSN 1741-3737

BAKER, Helen (2013) - *The significance of shame in the lives of women who experience male violence*. *Liverpool Law Review*. Vol. 34, n.º 2, p.145-171. [Consult. 30. Setembro. 2015]. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1007/s10991-013-9134-z>>. ISSN 0144-932X.

BARDIN, Laurence (1977) - *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

BELSKY, Jay (1980) - *Child maltreatment: an ecological integration*. *American psychologist*. Vol. 35, n.º 4. ISSN 1935-990X.

BERSANI, Carl A.; CHEN, Huey-Tsyh (1988) - *Sociological perspectives in family*

violence. in Vincent B. Van Hasselt *et al.*- (eds), *Handbook of Family Violence*, Nova Iorque: Plenum Press. ISBN 0-306-42648-X. p. 57-88.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari (1994) - *Investigação qualitativa em educação*. Porto: Porto Editora. ISBN 978-972-0-34112-9.

BREIDING, Matthew J., [et al.] (2015) - *Intimate partner violence surveillance: uniform definitions and recommended data elements*. [Consult. 19. Jun. 2016]. Atlanta: National Center for Injury Prevention and Control. Disponível em: <<https://www.cdc.gov/violenceprevention/pdf/intimatepartnerviolence.pdf>>.

BROWNE, Angela (1988) - *Family homicide: when victimized women kill*. In *Handbook of Family Violence*. Nova Iorque: Plenum Press. ISBN 0- 306-42648-X.

CAMPBELL, Jacquelyn C., [et al.] (2007) - *Intimate partner homicide: review and implications of research and policy*. *Trauma, Violence and Abuse*. Vol. 8, n.º 3, p.246-269. [Consult. 27. Nov. 2015] Disponível em: <<http://tva.sagepub.com/content/8/3/246.abstract>>. ISSN 1524-8380.

CARDOSO, Cristina (2012) - *A violência doméstica e as penas acessórias*. Porto: Universidade Católica do Porto. Dissertação de Mestrado em Direito Criminal. [Consult. 14. Jun. 2016]. Disponível em: <<http://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/9686/1/Tese%20mestrado%20-%20A%20Viol%C3%Aancia%20dom%C3%A9stica%20e%20as%20penas%20acess%C3%B3rias.pdf>>.

CASIMIRO, Cláudia (2008) - *Violências na conjugalidade: a questão da simetria do género*. *Análise Social*. Vol. XLIII. n.º 3. p. 579-601. [Consult. 3. Ago. 2016.]. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1222271301F5hRJ2yz1Oz55WJ0.pdf>>. ISSN 2182-2999.

COSTA, António Firmino (2004) - *Será a sociologia profissionalizável?*. *Sociologia no ensino superior: conteúdos, práticas pedagógicas e investigação*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. p. 35-59.

COSTA, Procurador da República J. M. Nogueira (2016) - *Guião sobre violência doméstica*. Lisboa: Procuradoria- Geral da República. p. 2-118.

CRESWELL, John (2014) - *Research design*. 4ª ed. California: Sage Publications. ISBN 978-1-4522-2610-1.

DIAS, Isabel (2004) - *Violência na família: uma abordagem sociológica*. ed.924. Porto:

Edições Afrontamento. ISBN 972-36-0737-9.

DIAS, Isabel (2008) - *Violência e género em Portugal: abordagem e intervenção*. Cuestiones de género: de la igualdad y la diferencia. n.º 3, p.153-171. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3345592>>. ISSN 1699-597X.

DIAS, Isabel (2015) - *Sociologia da família e do género*. Lisboa: Pactor. ISBN 978-989-693-053-0.

DIAP (2016) – *Ministério Público no DIAP*. [Consult. 5. Mai. 2016]. in <http://diap-porto.ministeriopublico.pt/>.

DUARTE, Madalena (2011) - *Violência doméstica e sua criminalização em Portugal: obstáculos à aplicação da lei*. Sistema Penal & Violência. Vol. 3, n.º 2, p.1-12. [Consult. 31. Mai. 2016]. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/sistemapenaleviolencia/article/view/9842>>. ISSN 2177-6784.

DUARTE, Madalena (2012) - *O lugar do Direito nas políticas contra a violência doméstica*. Ex-aequo. n.º 25. p. 59-73. [Consult. 31. Mai. 2016]. Disponível em: <[http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0874-55602012000100006](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-55602012000100006)>. ISSN 0874-5560.

DUARTE, Teresa (2009) - *A possibilidade da investigação a 3: reflexões sobre a triangulação (metodológica)*. CIES e-Working Paper. n.º 60. p. 1-24. [Consult. 25. Ago. 2016]. Disponível em: <[http://cies.iscte-iul.pt/destaques/documents/CIES-WP60\\_Duarte\\_003.pdf](http://cies.iscte-iul.pt/destaques/documents/CIES-WP60_Duarte_003.pdf)>. ISSN 1647-0893.

DURKHEIM, Émile (1983) – *Coleção: Os pensadores*. 2ª ed., São Paulo: Abril Cultural. [Consult. 12. Jul. 2016] Disponível em: <<https://docs.google.com/file/d/0BxOYJ-xQU9kxaGUwdHh5SIJXVGc/edit>>.

ECKSTEIN, Jessica J. (2011) - *Reasons for staying in intimately violent relationships: comparisons of men and women and messages communicated to self and others*. [em linha] *Journal of Family Violence*. Vol. 26. n.º 1. p. 21-30. [Consult. 6. Out. 2015.] Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1007/s10896-010-9338-0>>. ISSN 0885-7482.

FARO, Patrícia Ribeiro (2012) - *Representações das vítimas de violência doméstica sobre o sistema de justiça criminal*. Porto: Universidade Fernando Pessoa. Dissertação de Mestrado em Psicologia Jurídica. [Consult. 10. Out. 2015]. Disponível em: <[http://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/3475/3/DM\\_24309.pdf](http://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/3475/3/DM_24309.pdf)>.

FELSON, Richard B.; CARES, Alison C. (2005) - *Gender and the Seriousness of Assaults on Intimate Partners and Other Victims*. Journal of Marriage and Family. Vol. 67, n.º 5, p.1182-1195. [Consult. 1. Dez. 2015]. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3600305>>. ISSN 1741-3737.

FINKELHOR, David; YLLO, Kersti (1983) - *Rape in marriage: a sociological view*. in Finkelhor, D. et al. (eds.), *The dark side of families: current family violence research*, Virginia: Sage Publications. ISBN 0-80-391-935-2. p. 119-131.

FRASIER, P. Y.; SLATT, L.; KOWLOWTIZ, V; GLOWA, P. T. (2001) - *Using the stages of change model to counsel victims of intimate partner violence*. Patient Education & Counseling. Vol. 43. n.º 2. p. 211-217. [Consult. 20. Jun. 2016.]. Disponível em: <[http://www.pec-journal.com/article/S0738-3991\(00\)00152-X/abstract](http://www.pec-journal.com/article/S0738-3991(00)00152-X/abstract)>.

GELLES, R. J. (1983) - *An exchange/social theory*. in Finkelhor, D. et al. (eds.), *The dark side of families: Current family violence research*. Beverly Hills: Sage. ISBN 0-8039-1934-4. p. 151-165.

GELLES, R. J. (1993) - *Through a sociological lens: social structure and family violence*. in Richard J. Gelles; Donileen R. Loseke (eds.), *Current controversies on family violence*, California: Sage Publications ISBN 0-8039-4673-2. . p. 31- 46.

GELLES, R. J. (1998) - *Family violence: the handbook of crime and punishment*. Oxford: Oxford University Press. [Consult. 30. Mai. 2016]. Disponível em: <<https://books.google.pt/>>. ISBN 0-19-511066-8.

GOODE, W. J. (1971) - *Force and violence in the family*. Journal of Marriage and Family, n.º 33. p. 624-636. ISSN 1741-3737.

HAMBERGER, L. Kevin; GUSE, Clare E. (2002) - *Men's and women's use of intimate partner violence in clinical samples*. Violence Against Women. Vol. 8. n.º 11. p. 1301-1331. [Consult. 25. Ago. 2016.]. Disponível em: <<http://vaw.sagepub.com/content/8/11/1301.abstract>>. ISSN 1077-8012.

HELPEES, SINTIA SOARES (2014) - *A entrada da Sociologia na cena do crime: uma breve revisão literária*. Revista Café com Sociologia. Vol. 3, n.º 3, p.141-160. [Consult. 2. Set. 2015]. Disponível em: <<http://www.revistacafecomsociologia.com/revista/index.php/revista/article/view/399>>. ISSN 2317-0352.

HO, Truc-Nhu (2003) - *The influence of suspect gender in domestic violence arrests*. American Journal of Criminal Justice. Vol. 27. n.º 2. p. 183-195. [Consult. 19. Jun. 2016.]. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1007/BF02885693>>. ISSN 1936-1351.

JOHNSON, Michael P. (2005) - *Domestic violence: it's not about gender—or is it?* Journal of Marriage and Family. n.º 64. p. 1126–1130. [Consult. 19. Jun. 2016.]. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1741-3737.2005.00204.x/abstract>>. ISSN 1741-3737.

JOHNSON, Michael P. (2010) - *Langhinrichsen-Rolling's confirmation of the feminist analysis of intimate partner violence*. Sex Roles. n.º 62. p. 212–219. [Consult. 19. Jun. 2016.]. Disponível em: <<http://link.springer.com/article/10.1007/s11199-009-9697-2>>. ISSN 1573-2762.

KEATING, Barbara (2015) - *Violence against women: a disciplinary debate and challenge*. The Sociological Quarterly. n.º 56, p.108-124. [Consult. 21. Junho. 2016.]. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/tsq.12075/abstract>>. ISSN 0038-0253.

KREBS, Christopher, [et al.] (2011) - *The association between different types of intimate partner violence experienced by women*. Journal of Family Violence. Vol. 26, n.º 6, p.487-500. [Consult. 3. Out. 2015.]. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1007/s10896-011-9383-3>>. ISSN 0885-7482.

KURZ, Demie (1989) - *Social science perspectives on wife abuse: current debates\_and future directions*. Gender and Society. Vol. 3, n.º 4, p.489-505. [Consult. 21. Jun. 2016.]. Disponível em: <<http://gas.sagepub.com/content/3/4/489.abstract#cited-by>>. ISSN 0891-2432.

LOUREIRO, Eduardo (2015) - *Objetivos processuais e ações a desenvolver (2015-2016)*. Porto: DIAP. [Consult. 15. Mar. 2016] Disponível em: <<http://diap-porto.ministeriopublico.pt/pagina/objetivos-25>>.

LOURENÇO, Nelson; LISBOA, Manuel e PAIS, Elza (1997) - *Violência contra as mulheres*. Cadernos da Condição Feminina, n.º 48 Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.

LOURENÇO, Nelson; CARVALHO, Maria João de (2001) - *Violência doméstica: conceito e âmbito. Tipos e espaços de violência*. [Consult. 5. Jun. 2016] Themis. Vol. II, n.º 3, p.95-121. Disponível em: <<https://repositorio-cientifico.ualantica.pt/handle/10884/407>>. ISSN 1810-9934.



MANITA, Celina (org.); RIBEIRO, Catarina; PEIXOTO, Carlos (2009) - *Violência doméstica: compreender para intervir*. Violência de Género. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género. ISBN 978-972-597-317-2.

MACHADO, Andreia; MATOS, Marlene (2012) - *Homens de quem não se fala: as vítimas esquecidas da violência na intimidade*. Sociedade Portuguesa de Psiquiatria e Psicologia da Justiça. p.5-28. [Consult. 17. Fev. 2016] Disponível em: <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/30893?mode=full>>. ISSN 2182-9381.

MACHADO, Andreia; MATOS, Marlene (2014) - *Homens vítimas na intimidade: análise metodológica dos estudos de prevalência*. Psicologia & Sociedade. Vol. 26, n.º 3, p.726-736. [Consult. 19. Fev. 2016]. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v26n3/a21v26n3.pdf>>. ISSN 1807-0310.

MATOS, Marlene (2006) - *Violência nas relações de intimidade: estudo sobre a mudança psicoterapêutica na mulher*. Braga: Universidade do Minho. Dissertação de Doutoramento em Psicologia da Justiça. [Consult. 19. Jun. 2016.] Disponível em: <<https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/5735>>.

MCFARLANE, Judith; CAMPBELL, Jacquelyn C.; WATSON, Kathy (2002) - *Intimate partner stalking and femicide: urgent implications for women's safety*. Behavioral Sciences and The Law. Vol. 20, p.51-68. [Consult. 27. Nov. 2015] Disponível em WWW: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/bsl.477/abstract>>. ISSN 1099-0798.

MIZE, Krystal D.; SHACKELFORD, Todd K. (2008) - *Intimate partner homicide methods in heterosexual, gay, and lesbian relationships*. Violence and Victims. Vol. 23, n.º 1, p. 98-114. [Consult. 25. Nov. 2015.]. Disponível em: <<http://www.toddkshackelford.com/downloads/Mize-Shackelford-VV-2008.pdf>>. ISSN 1945-7073.

MOREIRA, Carlos Diogo (2007) - *Teorias e práticas de investigação*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. ISBN 978-972-8726-95-9.

NICOLSON, Paula; WILSON, Richard (2004) - *Is domestic violence a gender issue? Views from a british city*. Journal of Community and Applied Social Psychology. n.º 14, p.266-283. [Consult. 19. Jun. 2016]. Disponível em: <[www.interscience.wiley.com](http://www.interscience.wiley.com)>. ISSN 1099-1298.

O'LEARY, K. Daniel (1988) - *Physical aggression between spouses: a social learning theory perspective.* in Vincent B. Van Hasselt *et al.* (eds.), *Handbook of Family Violence*. Nova Iorque: Plenum Press. ISBN 0-306-42648-X. p. 31-56.

PALERMO, George P. (2008) - *Domestic Violence.* in David N. Weisstub; Guillermo Díaz Pintos (eds.), *Autonomy and Human Rights in Health Care: An International Perspective*. Holanda: Springer. [Consult. 3. Out. 2015.] Disponível em WWW: [http://dx.doi.org/10.1007/978-1-4020-5841-7\\_10](http://dx.doi.org/10.1007/978-1-4020-5841-7_10). ISBN 978-1-4020-5841-7. p. 123-142.

PASINATO, Wânia (2006) - *Questões atuais sobre gênero, mulheres e violência no Brasil*. Praia Vermelha. n.º 14-15. p. 130-155. [Consult. 21. Ago. 2016.]. Disponível em: <<https://revistapraiavermelha.wordpress.com/edicoes-anteriores/>>. ISSN 1414-9184.

PEDROSO, João; BRANCO, Patrícia (2008) - *Mudam-se os tempos, muda-se a família: as mutações do acesso ao direito e à justiça de família e das crianças em Portugal*. Revista Crítica de Ciências Sociais. n.º 82, p.53-83. [Consult. 28. Fev. 2016]. Disponível em: <<https://rccs.revues.org/619>>. ISSN 2182-7435.

PINTO, José Madureira (2004) - Formação, tendências recentes e perspectivas de desenvolvimento da sociologia em Portugal. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 46. ISSN 0873-6529. p. 11-31.

PORTUGAL (2016) – *Código do Processo Penal*. 17ª ed. Coimbra: Almedina.

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA (2013) - *Estatuto do Ministério Público*. Lisboa: PGR. [Consult. 16. Jun. 2016]. Disponível em: <<http://csmg.pgr.pt/legislacao/EMP.pdf>>.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van (2008) - *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva. ISBN 978-972-662-275-8.

STALNAKER, Sylvia; SHIELDS, Patricia (1994) - *Perspectives of violence by attorneys, police and women's shelter directors: divisive differences and significant similarities*. *Journal of Police and Criminal Psychology*. Vol. 10, n.º 1, p.29-36. [Consult. 1. Dez. 2015]. Disponível em: <<http://link.springer.com/article/10.1007%2F02803666>>. ISSN 1936-6469.

STARK, Evan (2010) - *Do violent acts equal abuse? Resolving the gender parity/asymmetry dilemma*. *Sex Roles*. Vol. 62. n.º 3. p. 201-211. [Consult. 20. Jun. 2016.]. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1007/s11199-009-9717-2>>. ISSN 1573-2762.

STRAUS, Murray A. (1973) - *A general systems theory approach to a theory of violence between family members*. *Social Science Information/sur les sciences sociales*. ISSN 0539-0184.

STRAUS, Murray A. (1979) - *Measuring intrafamily conflict and violence: the conflict tactics (CT) scales*. Journal of Marriage and Family. Vol. 41. n.º 1. p. 75-88. [Consult. 15. Jun. 2016.]. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/351733>>. ISSN 1741-3737.

STRAUS, Murray A.; HAMBY, Sherry L.; BONEY-McCOY, Sue; SUGARMAN, David B. (1996) - *The revised conflict tactics scales (CTS2): development and preliminary psychometric data*. Journal of Family Issues. Vol. 17. n.º 3. p. 283-316. [Consult. 25. Ago. 2016.]. Disponível em: <<http://jfi.sagepub.com/content/17/3/283.abstract>>. ISSN 0192-513X.

RISMAN, B. (1998) - *Gender vertigo: American families in transition*. New Haven: Yale University Press. ISBN 978-030-008-083-4.

VAZ, Maria João (1998) - *Crime e sociedade: Portugal na segunda metade do século XIX*. Oeiras: Celta Editora. ISBN 972-8027-98-2.

WALKER, Lenore (2009) - *The battered woman syndrome*. 3ªed. Nova Iorque: Springer. ISBN 978-0-8261-4315-0.

YLLO, Kersti (1983) - *Using a feminist approach in quantitative research*. in David Finkelhor, The dark side of families, Virginia: Sage Publications. ISBN 0-80-391-935. p. 227-288.

## **Legislação Consultada**

Decreto-Lei n.º343/99 de 26 de agosto, *Diário da República*, 1.ª série, n.º 199, Ministério da Justiça: Lisboa.

Lei n.º 59/2007, de 4 de setembro, *Diário da República*, 1.ª série, n.º 170, Assembleia da República: Lisboa.

Lei 112/2009, de 16 de setembro, *Diário da República*, 1.ª série, n.º 180, Assembleia da República: Lisboa.

Lei n.º 62/2013, de 26 de agosto, *Diário da República*, 1.ª série, n.º 163, Assembleia da República: Lisboa.

Lei n.º 20/2013 de 21 de fevereiro, *Diário da República*, 1.ª série, n.º 37, Assembleia da República: Lisboa.

Lei n.º 130/2015, de 4 de setembro, *Diário da República*, 1.ª série, n.º 173, Assembleia da República: Lisboa.

Lei n.º 83/2015, de 5 de agosto, *Diário da República*, 1.ª série, n.º 151, Assembleia da República: Lisboa.

## **Anexos**

## **Anexo 1 – Guião das entrevistas realizadas aos magistrados da 1ª secção do DIAP-Porto**

### **I - Caracterização Sociodemográfica**

1. Idade \_\_\_\_\_
2. Sexo: \_\_\_\_\_
3. Estado Civil \_\_\_\_\_
4. Tem filhos? \_\_\_\_\_ 4.1. Se sim, quantos? \_\_\_\_\_
5. Anos de Serviço na Justiça \_\_\_\_\_
6. Anos de Serviço na área da Violência Doméstica \_\_\_\_\_

### **II – Família e violência doméstica: representações e significados**

1. Na sua opinião o que define uma família?
  - 1.1. Qual o papel da mulher numa relação afetiva/conjugal? E o papel do homem?
  - 1.2. Qual é o papel do casamento nos nossos dias? Ele é necessário para a constituição de uma família?
2. Como vê a violência no seio familiar?
  - 2.1. Para si o que é a violência doméstica?
  - 2.2. A violência doméstica e os maus-tratos são sinónimos? Para si são conceitos similares?
  - 2.3. Para si, dentro da violência doméstica, existe algum tipo de violência que considere mais grave (psicológica, física, sexual, social, económica e stalking)?
  - 2.4. Como é que encara o stalking (assédio e perseguição persistente)?
  - 2.5. Como define uma vítima? O que é ser vítima?
  - 2.6. Para si quem são as principais vítimas?
  - 2.7. Na sua perspetiva, que tipo de violência é que afeta mais as vítimas (psicológicas, física, sexual, social, económica ou stalking)?

- 2.8. Como percebe a violência exercida sobre as crianças, os idosos e as mulheres? Entre estas vítimas, quais são os casos que, do ponto de vista pessoal e emocional, lhe custa mais lidar?
- 2.9. Que razões, na sua opinião, estão na origem dos diferentes tipos de violência (contra mulheres, crianças, idosos e homens)?
- 2.10. Qual é a violência mais prevalente? É a praticada contra as mulheres, as crianças ou os idosos?
- 2.11. Pode-me falar um pouco do comportamento das vítimas, por exemplo, no caso das mulheres vítimas de violência doméstica, o que é mais comum acontecer? (desistem da queixa, não prestam declarações)
- 2.12. Tem trabalhado muitos casos de abusos de crianças? Que tipos de abusos são mais frequentes?
- 2.13. E o que se passa ao nível dos abusos de idosos? Chegam muitos casos há justiça?
- 2.14. Mais recentemente o número de casos de violência contra os homens tem ganho mais atenção. O que pensa sobre este tipo de violência? E como vê este tipo de vítimas?

### **III – Direito, Justiça e Violência Doméstica**

1. O Direito e a legislação portuguesa sofreram modificações ao longo dos últimos trinta anos. Qual a sua opinião sobre a evolução legislativa no domínio da família e da violência doméstica?
  - 1.1. O que me pode dizer sobre a criminalização da violência familiar?
  - 1.2. E sobre o crime de violência doméstica ser considerado nos nossos dias um crime público?
  - 1.3. Qual é a sua opinião, sobre a introdução de um capítulo referente à Vítima no Código do Processo Penal?
  - 1.4. Como é que percebe os casos de violência doméstica que envolvem o stalking (assédio e perseguição persistente)?
2. Na sua opinião, qual é a medida de coação mais utilizada no âmbito da violência doméstica? E qual é que acha mais adequada para o bem-estar e segurança da vítima?

3. A Suspensão Provisória do Processo é uma medida que na sua base tem como principal objetivo prevenir a reincidência dos crimes de violência doméstica. Concorda com esta medida?
  - 3.1. Na sua opinião, como é que se poderia diminuir a reincidência do crime de VD?
4. A questão do tempo que decorre entre a queixa e a acusação num processo de violência doméstica é crucial. Que tipo de medidas ou diligências são efetuadas para dar resposta às vítimas, mas também aos agressores no menor espaço de tempo possível?
  - 4.1. Existe algum tipo de cooperação entre a justiça e outras entidades? Como funcionam essas redes de cooperação?
  - 4.2. E em termos da cooperação dos intervenientes (vítimas, agressores, testemunhas) no decorrer do processo, o que é que se passa?
  - 4.3. Em que medida, a não prestação de declarações no decorrer do inquérito acaba por o condicionar? Qual é o mecanismo que se coloca em prática para diminuir a não-declaração por parte dos intervenientes?
5. Para si, qual é a fase mais complexa ou mais difícil de um processo (queixa, inquérito, acusação, julgamento) para a vítima? Porquê?
  - 5.1. Como se poderia diminuir exposição da vítima nesse momento?
6. Em termos das penas aplicadas após julgamento, quais são as mais usuais?
  - 6.1. Porque é que na maioria dos casos a pena é suspensa?
7. Apesar da evolução registada neste domínio, considera que, de algum modo, o crime de violência doméstica ainda é relativamente impune na sociedade portuguesa?

#### **IV – Expetativas face ao futuro**

1. O que é que ainda falta colocar em prática na Justiça portuguesa no âmbito da violência doméstica?
  - 1.1. Considera que ainda existem tipos de violência e de vítima que necessitam de maior intervenção e atenção por parte da Justiça? Se sim, em que casos? (ex. violência contra idosos, crianças, etc.)
  - 1.2. Como analisa comparativamente o trabalho que se fez no caso da violência contra as mulheres face às restantes formas de violência, como por exemplo o abuso de crianças, idosos, homens ou entre casais do mesmo sexo?



2. Por último, considera que as respostas sociais e jurídico-legais dadas aos casos de violência doméstica em Portugal são suficientes?
3. Na sua opinião, o que é que ainda falta fazer? Que expectativa tem, neste domínio, em relação ao futuro?

**Anexo 2 – Grelha de análise de conteúdo das entrevistas realizadas**

<b>Categoria</b>	<b>Subcategoria</b>
Família	<ul style="list-style-type: none"><li>- Definição do conceito</li><li>- Papéis sexuais</li><li>- Papel do casamento</li><li>- Relação com o outro</li></ul>
Violência	<ul style="list-style-type: none"><li>- Definição de violência doméstica</li><li>- Definição de maus-tratos</li><li>- Formas de expressão</li><li>- Aprendizagem Social</li><li>- Motivos</li><li>- Destrinça entre métodos educativos e abuso físico</li></ul>
Vítima	<ul style="list-style-type: none"><li>- Definição de ser vítima</li><li>- Dependência emocional</li><li>- Dependência económica</li><li>- Tipos de vítima</li><li>- Relação com a justiça</li><li>- Fase mais complexa</li></ul>
Sistema Judicial	<ul style="list-style-type: none"><li>- Medidas de coação</li><li>- Respostas</li><li>- Transformações implementadas</li><li>- Imagem</li><li>- Suspensão provisória do processo</li><li>- Cooperação com outras entidades</li></ul>
Futuro	<ul style="list-style-type: none"><li>- Mudanças a implementar</li></ul>

### Anexo 3 – Estrutura Orgânica da Comarca do Porto

